

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – MESTRADO E DOUTORADO

JEFFERSON VOSS

**O CONCEITO DE FORMAÇÃO DISCURSIVA DE FOUCAULT  
E O TRATAMENTO DE OBJETOS DA MÍDIA:**

SOBRE A RESPONSABILIDADE SOCIAL NA PUBLICIDADE IMPRESSA BRASILEIRA

MARINGÁ – PR

2011

JEFFERSON VOSS

**O CONCEITO DE FORMAÇÃO DISCURSIVA DE FOUCAULT  
E O TRATAMENTO DE OBJETOS DA MÍDIA:**

SOBRE A RESPONSABILIDADE SOCIAL NA PUBLICIDADE IMPRESSA BRASILEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras (Mestrado e Doutorado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras, área de concentração Estudos Linguísticos – Estudos do Texto e do Discurso.

**Orientador:** Dr. Pedro Navarro

**Financiamento:** CNPq

MARINGÁ – PR

2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Biblioteca da Universidade Estadual do Paraná – *campus* de Campo Mourão)

Voss, Jefferson

V969c O conceito de formação discursiva de Foucault e o tratamento de objetos da mídia :  
sobre a responsabilidade social na publicidade impressa brasileira / Jefferson  
Fernando Voss dos Santos. -- Maringá, 2011.  
140 f.

Orientador : Prof. Dr. Pedro Luis Navarro Barbosa.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-  
Graduação em Letras, área de concentração em Estudos Linguísticos, 2011.

1. Análise do Discurso. 2. Michel Foucault. 3. Método Arqueológico. 4. Formação  
Discursiva. 5. Práticas Discursivas. 6. Práticas não discursivas. 7. Dispositivo  
teórico para análise do discurso. 8. Responsabilidade Social – Análise. I. Barbosa,  
Pedro Luis Navarro, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Programa de  
Pós-Graduação em Letras. III. Título.

CDD - 410  
- 401.4

**Índices para catálogo sistemático:**

- |                                      |       |
|--------------------------------------|-------|
| 1. Análise do discurso : Linguística | 410   |
| 2. Discurso : Análise : Linguística  | 410   |
| 3. Linguagem e história              | 401.4 |

JEFFERSON FERNANDO VOSS DOS SANTOS

**O CONCEITO DE FORMAÇÃO DISCURSIVA DE FOUCAULT E O  
TRATAMENTO DE OBJETOS DA MÍDIA: SOBRE A RESPONSABILIDADE  
SOCIAL NA PUBLICIDADE IMPRESSA BRASILEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: Estudos Linguísticos.

Aprovado em 11 de março de 2011.

BANCA EXAMINADORA



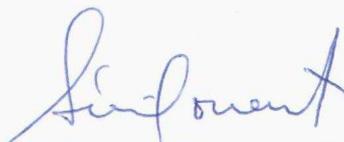
---

Prof. Dr. Pedro Luis Navarro Barbosa  
Universidade Estadual de Maringá – UEM  
- Presidente -



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sonia Aparecida Lopes Benites  
Universidade Estadual de Maringá – UEM



---

Prof. Dr. Sírio Possenti  
Universidade Estadual de Campinas – Unicamp/Campinas-SP

*À memória de meus avós paternos, Afonso e Maria.  
Eles estariam orgulhosos de mim e deste texto.*

## AGRADECIMENTOS

Infelizmente, este texto é resultado de um trabalho solitário. Boa parte deles sempre é: escrever uma dissertação é sentar sozinho e ter como companhia apenas uma pilha de livros que se tornam cada vez mais velhos, acompanhando, talvez, nosso amadurecimento.

Ainda assim, e muito felizmente, existem os momentos em que o texto é deixado de lado e guarda consigo nossa solidão. São os momentos em que somos reabastecidos de felicidade, empolgação e criatividade. São os momentos que nos convencem do quanto vale a pena continuar, porque nos mostram que, apesar de todo o pessimismo possível, não estamos sozinhos. Por isso, quero muito agradecer às pessoas que me proporcionaram esses momentos e que me permitem continuar, sem a solidão.

Quero agradecer imensamente, e primeiramente, à minha família, por me oferecer sempre um lugar aconchegante e habitável para o qual eu posso voltar cada vez que me sinto deslocado e sozinho: é em Campina da Lagoa, perto dos meus pais, irmão, avós, tios e primos que eu tenho a sensação real de “estar em casa”. Em especial, agradeço aos meus pais, Dalmo e Clarice, pelo nome e educação que me deram, por a cada instante me fazer acreditar que minhas possibilidades são ainda maiores do que eu mesmo possa imaginar. Minha vontade de vencer tem sido, desde sempre, uma vontade de mostrar para eles que, no final, estavam certos.

Depois, quero agradecer à família da qual agora faço parte. Agradeço, muito e eternamente, ao Rosinaldo, por ter sido o companheiro ideal e necessário durante esses mais de quatro anos em que estivemos juntos. Se existiu um sentido real para a unidade, este sentido descreveu bem o laço que nos uniu: eu e você já somos inseparáveis, unidade. O amor e o convívio tatuam com tamanha intensidade que as eventualidades pequenas e a separação espacial não são o bastante para diminuir a grandeza de tudo o que construímos juntos. Eu te amo. Também preciso agradecer ao nosso anjo mais querido, ao meu calmante natural: Maria Luísa. Este texto foi escrito durante seu primeiro ano de vida; foi a vendo crescer que essa dissertação ganhou páginas e pontos finais. Acima da realização de qualquer mestrado ou doutorado, minha missão é a de fazê-la ilimitadamente feliz.

É necessário também agradecer aos meus poucos, porém indispensáveis, amigos. O Val, que sempre tem feito as imensas responsabilidades e os compromissos inadiáveis se tornarem as maiores piadas: não existe remédio maior para aliviar o trabalho árduo que o riso Obrigado, *bigô*. E o Vinícius, que ainda conhecerão muito bem como Vinícius Dorne: mais

que amigo, é companheiro. É a quem mais agradeço quando penso que este texto e este mestrado se encontram em fase de conclusão. Nunca esquecerei todas as conversas, todos os desabaços, todas as piadas sobre teorias, professores e disciplinas, todos os acordos a fim de que as dissertações fossem produzidas, toda a coragem para defender pontos de vista e também para se intrometer onde, de fato, deveria; enfim, toda a convivência durante esses dois anos em que estivemos juntos no mestrado. Sem você, não teria sido a metade do que foi. Muito obrigado e toda sorte do mundo.

Também agradeço a todos os meus professores, que vêm me auxiliando desde sempre para que eu me mantenha um estudante e um pesquisador. De modo especial, agradeço: à Professora Rosemary, que lecionou Língua Portuguesa para minha turma quando eu estava no Ensino Médio e me levou à paixão pela nossa área; à Professora Olinda, minha corajosa e determinada professora de História também durante o Ensino Médio; à Professora Elizabeth Labes, que me orientou na Iniciação Científica e me apresentou a Análise do Discurso; ao Professor Carlos Piovezani, por ter me oferecido as mais ricas aulas e as mais duras críticas e por ter sido sempre meu exemplo de pesquisador; ao Professor Pedro Paulo, pelas altas doses de sinceridade, pelos sábios conselhos e pela amizade; e à Professora Adriana Polato, por sempre me fazer acreditar que ainda vale a pena ser professor neste país.

Ainda preciso agradecer ao Pedro, meu professor e orientador, e também a todos os colegas do nosso grupo de pesquisas, o Grupo de Estudos Foucaultianos da UEM. O ano de 2010 foi indiscutivelmente produtivo para mim por conta de todos nossos encontros e conversas. Esta dissertação, de modo geral, nasceu das reflexões que pudemos empreender no Grupo. Sou muito grato a todos vocês por tudo: ao Pedro, por ter sido o orientador mais calmo do mundo e por ter me puxado pela canela quando eu estava flutuando em meio às minhas divagações; ao restante do Grupo (principalmente Vinícius, Adriana, Poliana, Bruno e Andrea) por ter pacientemente me escutado, tentado me entender e, principalmente, me podado nos momentos em que eu fazia os mais loucos e duvidosos questionamentos. Pudemos crescer muito com tudo isso.

No mais, apesar de não terem sido fundamentais para me tirar da solidão (e isso realmente não é problema deles), devo agradecer também aos meus professores no mestrado, ao órgão de financiamento que me concedeu uma bolsa de estudos e à banca examinadora de meu trabalho. Agradeço, então, aos professores Renilson Menegassi, Sonia Benites, Edson Romualdo e Ismara Tasso, pela competência nas aulas ministradas e pelo árduo trabalho que têm feito na promoção deste Programa de Pós-Graduação em Letras; ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pela bolsa concedida durante o segundo

ano do mestrado; e, finalmente, aos professores que se dispuseram a acompanhar a realização desse trabalho e a avaliá-lo em sua fase final, Professor Dr. Sírio Possenti, da Unicamp, e Professora Dra. Sonia Benites, da UEM. A estes últimos, agradeço, principalmente, pela rica e minuciosa leitura que fizeram de meu texto para a qualificação e que permitiu uma vasta melhoria em minhas reflexões.

A todos vocês, sou eterna e humildemente grato. Obrigado a todos por me acompanhar e tornar a caminhada menos cansativa.

*Me voici donc en présence de quatre tentatives, de quatre échecs,  
- e de quatre hypothèses qui en prennent le relais.  
Il va falloir maintenant les éprouver.  
(Michel Foucault. L'Archéologie du Savoir)*

*O fato é que tenho nas minhas mãos um destino  
e no entanto não me sinto com o poder  
de livremente inventar: sinto uma oculta linha fatal.  
Sou obrigado a procurar uma verdade que me ultrapassa.  
(Clarice Lispector. A Hora da Estrela)*

## RESUMO

VOSS, Jefferson. **O Conceito de Formação Discursiva de Foucault e o Tratamento de Objetos da Mídia:** sobre a responsabilidade social na publicidade impressa brasileira. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Letras). Maringá / PR: Universidade Estadual de Maringá, 2011.

A presente dissertação tem por objetivo detalhar as particularidades do conceito de formação discursiva em *A Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 2008b) e mostrar seu funcionamento na análise de um objeto da mídia. Para tanto, partimos do pressuposto de que a análise de objetos da mídia recai, prioritariamente, sobre o que Foucault (ibidem) chama de práticas não discursivas e que, dessa forma, pode não exigir do analista que este estabeleça relações entre o discurso e os saberes, já que as práticas não discursivas não mantêm laços tão firmes com a produção de saberes na sociedade. Em nossa descrição do conceito de formação discursiva no método arqueológico, mostramos que este é dividido por Foucault (ibidem) em quatro direções de análise: a formação dos objetos, a formação das modalidades enunciativas, a formação dos conceitos e a formação das estratégias. Para Foucault (ibidem), somente será completa a descrição de uma formação discursiva quando analisadas essas quatro direções de seu funcionamento. A análise dos objetos, dos tipos de enunciação, dos conceitos e das estratégias ainda dá vez a inúmeras outras noções e fenômenos a serem contemplados pelo analista na descrição arqueológica: superfícies de emergência, grades de especificação, posição sujeito, formas de sucessão e de coexistência, procedimentos de intervenção, pontos de difração etc. Uma vez que Foucault (2008b) oferece esses conceitos e noções para uma arqueologia de saberes, tratamos de tentar aplicá-los a um objeto que não é dado somente por práticas discursivas e não é, por isso, um objeto do saber, mas que, ao contrário, aparece na mídia publicitária impressa e é fruto de práticas não discursivas. Trata-se da responsabilidade social em propagandas governamentais e campanhas publicitárias publicadas entre 2003 e 2006. A partir do conceito de enunciado reitor, que nos é muito caro no método arqueológico, mostramos como também um objeto da mídia pode ser descrito a partir dos tipos de enunciação, dos conceitos e dos temas surgidos no seu entorno. Como resultado, verificamos que a responsabilidade social também pode ser tomada enquanto objeto do discurso e ter especificados suas modalidades enunciativas, seus conceitos e suas estratégias. A abordagem que oferecemos, além de aprofundar as dimensões do conceito de formação discursiva de Foucault para a análise de discurso, ainda mostra que este conceito pode ser válido na análise de objetos não tratados pelo filósofo.

**Palavras-chave:** Formação Discursiva. Método Arqueológico. Objetos da Mídia. Práticas não Discursivas. Responsabilidade Social.

## RÉSUMÉ

VOSS, Jefferson. **La Notion de Formation Discursive de Foucault et l'Approche d'Objets des Médias**: à propos de la responsabilité sociale dans la publicité imprimée brésilienne. Dissertation (Master en Linguistique). Maringá / PR: Universidade Estadual de Maringá, 2011.

Ce travail vise à préciser les caractéristiques de la notion de formation discursive dans *L'Archéologie du Savoir* (Foucault, [1969] 2008b) et à montrer son fonctionnement dans l'analyse d'un objet des médias. Pour ce faire, nous supposons que l'analyse des objets des médias se concentre principalement sur ce que Foucault (ibidem) appelle des pratiques non discursives et, par conséquent, ne peut pas exiger de l'analyste l'établissement de la relation entre le discours et les savoirs, puisque les pratiques discursives ne sont pas entièrement liées à la production de savoir dans la société. Dans notre description de la notion de formation discursive dans la méthode archéologique, nous montrons que ce concept est divisé, pour Foucault (ibidem), en quatre directions d'analyse: la formation des objets, la formation des modalités énonciatives, la formation des concepts et la formation des stratégies. Pour Foucault (ibidem), la description d'une formation discursive n'est accompli que quand analysées ces quatre directions de son fonctionnement. L'analyse des objets, des types d'énonciation, des concepts et des stratégies génère également d'autres concepts et phénomènes à analyser dans la description archéologique: surfaces d'émergence, des grilles de spécification, la position du sujet, des formes de coexistence et de succession, des procédures d'intervention, des points de diffraction etc. Comme Foucault (2008b) propose ces concepts et notions pour une archéologie du savoir, nous essayons de les appliquer à un objet qui n'est pas donné uniquement par des pratiques discursives et n'est donc pas un objet du savoir, qui apparaît, en revanche, dans les médias et dans la publicité imprimée et qui n'est pas le résultat de pratiques discursives. Cet objet est la responsabilité sociale dans les campagnes de publicité et dans les annonces du gouvernement publiées entre 2003 et 2006. Avec l'utilisation de la notion d'énoncé recteur, nous montrons comment un objet des médias peut être décrit à partir des types d'énonciation, des concepts et des thèmes qui l'entourent. Les résultats montrent que la responsabilité sociale peut aussi être décrite comme un objet de discours et ont défini leur modes d'énonciation, leur concepts et leur stratégies. L'approche que nous offrons approfondit les dimensions de la notion de formation discursive de Foucault pour l'analyse de discours et montre encore que cette notion peut être valable dans l'analyse d'objets qui n'ont pas été abordés par le philosophe dans son travail.

**Mots-clés:** Formation Discursive. Méthode Archéologique. Objets des Médias. Pratiques non Discursives. Responsabilité Sociale.

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 01 – Feixes de relações das regras de formação de uma formação discursiva. ....	51
Figura 02 – Marca do Governo Federal na era Lula.....	77
Figura 03 – Marca do Governo Federal na era Fernando Henrique Cardoso.....	83
Figura 04 – Propaganda Governamental do Programa Fome Zero com transcrição.....	85
Figura 05 – Campanha Publicitária do Projeto Prato Popular da Coca-Cola.....	88
Figura 06 – Campanha Publicitária da Gol – Linhas Aéreas. ....	91
Figura 07 – Campanha Publicitária da Gol – Linhas Aéreas. ....	92
Figura 08 – Campanha Publicitária da Bradesco Vida e Previdência. ....	92
Figura 09 – Campanha Publicitária Fundação Bradesco.....	93
Figura 10 – Propaganda do Programa Bolsa Família – Governo Federal. ....	95
Figura 11 – Propaganda do Programa Luz para Todos – Governo Federal. ....	96
Figura 12 – Intertextualidade entre o quadro <i>Retirantes</i> e a Propaganda do Bolsa Família. ...	98
Figura 13 – Campanha Publicitária da Monsanto. ....	100
Figura 14 – Campanha Publicitária do Sonrisal. ....	101
Figura 15 – Propaganda do Programa Escola de Todos.....	104
Figura 16 – Campanha Publicitária da Mercedes-Benz. ....	105
Figura 17 – Campanha Publicitária da Stora Enso.....	108
Figura 18 – Campanha Publicitária da Natura.....	109
Figura 19 – Campanha Publicitária da Coca-Cola. ....	110
Figura 20 – Campanha Publicitária da Ford Caminhões. ....	113

**LISTA DE ANEXOS**

Anexo 01 – Propaganda Governamental do Programa Fome Zero.....	124
Anexo 02 – Campanha Publicitária do Projeto Prato Popular da Coca-Cola.....	125
Anexo 03 – Campanha Publicitária da Gol – Linhas Aéreas .....	126
Anexo 04 – Campanha Publicitária da Gol – Linhas Aéreas. ....	127
Anexo 05 – Campanha Publicitária da Bradesco Vida e Previdência.....	128
Anexo 06 – Campanha Publicitária da Fundação Bradesco.....	129
Anexo 07 – Propaganda do Programa Bolsa Família – Governo Federal.....	130
Anexo 08 – Propaganda do Programa Luz para Todos – Governo Federal.....	131
Anexo 09 – Campanha Publicitária da Monsanto. ....	132
Anexo 10 – Campanha Publicitária do Sonrisal.....	133
Anexo 11 – Propaganda do Programa Escola de Todos.....	134
Anexo 12 – Campanha Publicitária da Mercedes-Benz.....	135
Anexo 13 – Campanha Publicitária da Stora Enso.....	136
Anexo 14 – Campanha Publicitária da Natura. ....	137
Anexo 15 – Campanha Publicitária da Coca-Cola.....	138
Anexo 16 – Reportagem da Revista Veja.....	139
Anexo 17 – Campanha Publicitária da Ford Caminhões.....	140

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO - O AINDA ESTRANHO ESPELHO DA ANÁLISE DO DISCURSO .....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO I - NO LIMIAR DO CONCEITO DE FORMAÇÃO DISCURSIVA.....</b>	<b>20</b>
1.1 NO PRINCÍPIO, A MÁQUINA ESTRUTURAL FECHADA .....	21
1.2 FORMAÇÃO DISCURSIVA EM PÊCHEUX E EM FOUCAULT .....	25
1.3 UMA VISADA FOUCAULTIANA SOBRE O CONCEITO DE FD .....	28
<b>CAPÍTULO II - O CONCEITO DE FORMAÇÃO DISCURSIVA NO MÉTODO ARQUEOLÓGICO.....</b>	<b>36</b>
2.1 HIPÓTESES DE AGRUPAMENTOS DISCURSIVOS E A DESCRIÇÃO DOS ENUNCIADOS.....	37
2.1.1 A FORMAÇÃO DOS OBJETOS.....	37
2.1.2 A FORMAÇÃO DAS MODALIDADES ENUNCIATIVAS .....	42
2.1.3 A FORMAÇÃO DOS CONCEITOS.....	45
2.1.4 A FORMAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS .....	48
2.1.5 A FUNÇÃO ENUNCIATIVA E A DESCRIÇÃO DOS ENUNCIADOS.....	52
2.1.6 ENUNCIADO, FORMAÇÃO DISCURSIVA E ARQUIVO .....	59
2.2 SOBRE AS PRÁTICAS DISCURSIVAS E O PAPEL DO ARQUEÓLOGO/ANALISTA DE DISCURSO .....	62
2.3 PELA CONSTRUÇÃO DE UM DISPOSITIVO TEÓRICO.....	67
2.4 PAUSA PARA ALGUMAS RESSALVAS EM RELAÇÃO AO MÉTODO.....	72
<b>CAPÍTULO III - A RESPONSABILIDADE SOCIAL NA PUBLICIDADE IMPRESSA BRASILEIRA .....</b>	<b>75</b>
3.1 DO ENUNCIADO REITOR À SÉRIE ENUNCIATIVA.....	76
3.2 ALGUMAS DIMENSÕES DO OBJETO RESPONSABILIDADE SOCIAL NA MÍDIA .....	84
3.3 A FORMAÇÃO DAS MODALIDADES ENUNCIATIVAS .....	94
3.4 A FORMAÇÃO DOS CONCEITOS .....	102
3.5 A FORMAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS.....	112
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS - AINDA SE TRATA DE UMA ARQUEOLOGIA DO SABER?.....</b>	<b>116</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>119</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>123</b>

---

## O AINDA ESTRANHO ESPELHO DA ANÁLISE DO DISCURSO

---

*Il serait étrange que les praticiens de l'analyse de discours soient les derniers à s'avertir de la conjonction entre l'aveuglement sur l'histoire e la surdité à la langue qui concerne à la fois leurs objets e leurs pratiques. / Il était temps de commencer à casser les miroirs (PÊCHEUX, 1981, p. 08)<sup>1</sup>.*

“J      era hora de começar a quebrar os espelhos”, dizia Michel Pêcheux em 1981, no prefácio da tese *Analyse du discours politique: le discours communiste adress   aux chrétiens*, de Jean-Jacques Courtine (2009). Na   poca, Pêcheux reconhecia na análise de discurso (AD) um estranho paradoxo. Indagava ele: “*encore une ville construite à la campagne*” (PÊCHEUX, 1981, p. 05)? A análise de discurso alcançava uma dimensão que fugia ao projeto inicial para o qual foi articulada – fato que incomodava Pêcheux e o fazia reconhecer espelhos a serem quebrados.

Primeiramente, Pêcheux reclama da rela  o da análise de discurso com seu principal objeto de análise, o discurso político. Pêcheux critica aquela análise de discurso político que logo se tornou uma política de análise do discurso. Era um espelho que refletia a própria imagem do objeto analisado e que, por isso, gerou uma prática de “imbecilidade”, como disse Pêcheux. Era uma prática que partia de um ponto de vista político para falar de um discurso político e que acabou se tornando caolha: não conseguia enxergar a heterogeneidade que constituía os discursos, dado que sua   tica ajustada já cerceava o que o discurso poderia produzir. Era um dispositivo que, segundo Pêcheux, tendia “*   trater les indig  nes de la politique comme des imb  ciles*” (1981, p. 06), já que ensinava o próprio político a ler textos políticos: dupla falha, uma vez que afetou o campo da língua e também o da história. Esse era, para Pêcheux, um espelho a ser quebrado. E o foi. Segundo Pêcheux, foi quebrado, inicialmente, por Jean-Jacques Courtine (2009), em sua tese de 1981.

O que Courtine (2009) trouxe de inovador foi a possibilidade de analisar os discursos partindo de sua heterogeneidade e contradi  o constitutivas. Falar sobre o discurso comunista dirigido aos cristãos era mostrar que as ideologias falhavam, que os discursos eram menos

---

<sup>1</sup> “Seria estranho que os analistas do discurso fossem os últimos a saber da conjun  o existente entre a cegueira quanto    história e a surdez quanto    língua que diz respeito a seus objetos e suas práticas. / Já era hora de começar a quebrar os espelhos” (PÊCHEUX in COURTINE, 2009, p. 26).

sólidos do que pareciam. Esse foi um grande mérito de Courtine e também um espelho quebrado.

Curiosamente, Courtine (2009) é também uns dos primeiros a articular a tese metodológica de Foucault (2008b), *A Arqueologia do Saber*, aos princípios teórico-metodológicos da análise de discurso. Courtine (ibidem) fez uma leitura do conceito de formação discursiva e também do conceito de enunciado e de desempenho da função enunciativa sob a ótica da AD, tentando articulá-los ao que esta última prescrevia. Se por um lado, alguns espelhos eram quebrados, por outro, espelhos ulteriores seriam postos em funcionamento.

O primeiro desses espelhos é a transferência das noções trabalhadas por Foucault (2008b) para a AD. Esse espelho acabou refletindo aquilo que os analistas de discurso queriam ver nele refletido: um prolongamento das noções já anteriormente abordadas por Pêcheux nos primórdios do desenvolvimento da disciplina. Atualmente, mesmo Courtine (2010) assume que foi uma transferência “[...] originalmente operada *contra* o próprio Foucault” (grifo do original), isso porque, “[...] primeiramente, [...] o próprio Foucault tinha se distanciado daquilo que ele desenvolvera em *A arqueologia*; e, em segundo lugar, [...] porque ele tinha, de alguma maneira, tomado a precaução de nos advertir em seu próprio texto que essa transferência não lhe parecia verdadeiramente legítima” (COURTINE, 2010, p. 25). Courtine procedeu por uma transferência das noções arqueológicas para a AD sem perceber que deixava de lado alguns pontos essenciais do trabalho de Foucault. Era a AD refletindo seus conceitos no trabalho do filósofo. Mais um espelho fortemente consolidado.

No Brasil, a aproximação da AD com os trabalhos de Michel Foucault fez com que estes se tornassem como que a base para uma das ramificações da disciplina. Quase que efetivamente se reconhece, atualmente, uma análise de discurso pelo viés de Michel Pêcheux, outra pautada nos trabalhos de Dominique Maingueneau e uma forte corrente de estudos que fazem aquilo que poderia ser até chamado *análise de discurso foucaultiana* (não que estejamos incitando os leitores à adoção do termo). Contudo, malgrado a importância das reflexões de Foucault para as mais diversas áreas, inclusive para os estudos da linguagem, demonstramos aprioristicamente certo incômodo por conta do modo meio linear pelo qual Foucault é adaptado à AD. Butturi Junior (2008) chega a falar em *incomensurabilidade* entre os pensamentos de Foucault e Pêcheux, o que tornaria quase que impossível essa aproximação entre a AD feita por Pêcheux e a obra de Foucault.

Não ocupamos, todavia, uma posição tão radical quanto a de Butturi Junior, apesar de não negarmos, afinal, que algumas ressalvas devem ser feitas quando tomamos o método

arqueológico para ser discutido e empregado em análises de discurso. E talvez seja este o objetivo fundamental deste nosso texto: explorar essas restrições metodológicas que *A Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 2008b) impõe e repensá-las para a análise dos novos objetos sobre os quais a AD vem se debruçando nas últimas décadas – em especial os objetos da mídia ou midiaticizados.

Nossa intervenção incide, então, em uma discussão acerca da abrangência do conceito de formação discursiva, doravante FD, n’*A Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 2008b) e das peculiaridades desse conceito na definição dada por Foucault. Das generalidades às especificidades, o trabalho apresenta os seguintes objetivos: **(a)** definir o alcance e particularidades do conceito de FD no método arqueológico; **(b)** discutir as hipóteses de Foucault sobre as repartições e direções de análise da FD; **(c)** esclarecer algumas peculiaridades da terminologia de Foucault comparando-as à AD, principalmente em relação aos conceitos de verdade, saber, formação discursiva, prática discursiva e discurso; **(d)** discutir a importância dos conceitos de enunciado reitor e de árvore de derivação enunciativa para uma análise de discurso que se debruce sobre o método arqueológico; **(e)** refletir sobre os alcances do conceito de FD e também de enunciado e função enunciativa para a análise de objetos da mídia, tratando especificamente da midiaticização do *objeto responsabilidade social*; e **(f)** analisar a formação dos objetos, das modalidades enunciativas, dos conceitos e das estratégias em torno da “responsabilidade social” manifestada em propagandas governamentais e campanhas publicitárias que circularam entre 2003 e 2006 em revistas impressas brasileiras.

Na tentativa de apresentar o cumprimento de tais objetivos, o texto está organizado em três capítulos. O primeiro deles, *No Limiar do Conceito de Formação Discursiva*, contempla o objetivo **(a)** e traz uma discussão sobre a dimensão do conceito de FD na análise de discurso de Michel Pêcheux e também no tratamento dado a essa noção por Michel Foucault.

Já o segundo capítulo, intitulado *O Conceito de Formação Discursiva no Método Arqueológico*, cumpre o objetivo **(b)**, detalhando as direções de análise de uma FD. O capítulo ainda apresenta discussões sobre o tratamento que Foucault dá ao conceito de enunciado e função enunciativa, sobre as especificidades da terminologia de Foucault por conta das peculiaridades dos objetos que o filósofo tomou para análise e sobre os conceitos de enunciado reitor e árvore de derivação enunciativa na construção de um dispositivo teórico em AD – estas discussões respondem aos objetivos **(c)** e **(d)**.

O terceiro capítulo, por sua vez, intenta cumprir os objetivos **(e)** e **(f)**, trazendo análises de propagandas governamentais e campanhas publicitárias e discutindo

possibilidades de direcionamentos metodológicos para os analistas de discurso que se valham do método arqueológico de Michel Foucault. Sob o título de *Uma Formação Discursiva em Torno do Objeto Responsabilidade Social*, o capítulo aposta na possibilidade de se analisar as quatro direções de uma formação discursiva (objetos, modalidades enunciativas, conceitos e estratégias) no tratamento de um objeto midiaticizado. A discussão insiste na importância de se tomar os enunciados em sua dimensão semiológica e a partir do modo como exercem determinada regularidade.

O objeto do discurso que trazemos para análise é o que chamaremos *objeto responsabilidade social*, tomado a partir das dimensões que adquire no caso específico das propagandas governamentais e campanhas publicitárias em circulação depois da primeira eleição do ex-Presidente Lula no ano de 2002. O material selecionado para análise compreende, então, textos que circularam em revistas impressas entre os anos de 2003 e 2006, período que abarca o primeiro mandato do ex-Presidente Lula, e que se relacionam de alguma forma com certo estatuto do *responsabilizar-se socialmente* a partir desse acontecimento político, qual seja a posse de Lula em 2003. Partindo especialmente das noções dadas por Foucault (2008b), assumimos a marca/slogan do Governo Federal, *Brasil, um país de todos*, como um *enunciado reitor* (FOUCAULT, 2008b) que concentra determinadas regras de formação e que está na base de uma árvore de derivação enunciativa.

O objetivo do terceiro capítulo, ao tomar este objeto do discurso para análise, é o de averiguar o funcionamento das direções de análise de uma FD quando da existência de um objeto midiaticizado, levando-se em conta, neste percurso, que este objeto é dado a partir de práticas *não discursivas*, ou seja, é um objeto que, mesmo não mantendo relações diretas com aquilo que Foucault (2008b) define como *práticas discursivas*, ainda garante a produção de conhecimentos a partir de determinada vontade de verdade.

O que estamos admitindo, nesse caso, é que a tese metodológica de Foucault (2008b) n’*A Arqueologia do Saber* incide sobre objetos por vezes diversos daqueles mais ultimamente tratados pelos analistas do discurso e que essa prática de transposição metodológica pode não estar respeitando alguns limites impostos por Foucault em seu método arqueológico – alguns deles já explorados por Possenti (2009). Courtine (2009, p. 82), já em 1981, afirmava que “[...] reler Foucault não é ‘aplicá-lo’ à AD, é trabalhar sua perspectiva no interior da AD”. Contudo, o mesmo Courtine, em 2010, assume que Foucault já foi e está sendo, de certa forma, aplicado à AD – o autor denuncia essa postura mesmo em seu trabalho de 1981 e alerta os analistas de discurso da atualidade, em especial os brasileiros, de que essa aplicação pode estar ainda ocorrendo. É aí que talvez encontremos um estranho espelho a ser quebrado, no

sentido de que haja a utilização da perspectiva de Foucault mesmo se valendo ainda de toda a maquinaria de conceitos daquela AD elaborada por Pêcheux na década de 60 do século passado. Seria como se a AD se mantivesse na mesma perspectiva de trabalho, porém empregando uma terminologia diferente – como uma indumentária que mascara os conceitos já esfacelados.

Não estamos, contudo, entendendo que nada foi feito a esse respeito ou que todos que trabalham a perspectiva de Foucault na AD erram ao fazê-lo – mesmo porque isso implicaria assumirmos, de antemão, um erro que estamos em via de cometer. Maingueneau (2008a), Gregolin (2006), Navarro (2004), Piovezani (2007), Baronas (2007), entre tantos outros que poderíamos elencar, são exemplos de pesquisadores, trabalhos, pesquisas e coletâneas importantes que já discutiram ou mostraram analiticamente essa relação já consolidada entre a AD e os trabalhos de Michel Foucault – ou, ao contrário, problemas que estão nos limiares dessa relação. Na verdade, nosso trabalho é um minúsculo grão de areia em um deserto já povoado por pirâmides gigantescas. Ainda assim, isso não nos tira a possibilidade de trazer alguma novidade em nossa discussão ou de sugerir algumas mudanças para o campo teórico em que estamos inscritos. Mantemos-nos na esperança de que, malgrado tudo que foi e tem sido feito em AD com Foucault, possamos indicar ajustes nos olhares e nos percursos metodológicos, pelo menos em relação a esse conceito tão gasto em AD, que é o conceito de formação discursiva.

---

## NO LIMAR DO CONCEITO DE FORMAÇÃO DISCURSIVA

---

*O perigo, em suma, é que em lugar de dar fundamento ao que já existe, em lugar de reforçar com traços cheios de linhas esboçadas, em lugar de nos tranquilizarmos com esse retorno e essa confirmação final, em lugar de completar esse círculo feliz que anuncia, finalmente, após mil ardis e igual número de incertezas, que tudo se salvou, sejamos obrigados a continuar fora das paisagens familiares, longe das garantias a que estamos habituados, em um terreno ainda não esquadrinhado e na direção de um final que não é fácil prever (FOUCAULT, 2008b, p. 44).*

O exercício intelectual que consiste em sustentar uma reflexão sobre a dimensão e abrangência de um tema não se esgota no desenrolar de algumas páginas forçosamente empreendidas e dada a presença angustiante das limitações – desde as temporais até as intelectuais e filosóficas – que cerceiam o ato de autoria. Contudo, é de se esperar que ele, esse exercício intelectual, ao menos não se insira na rede de enunciados aos quais responde sob a presença repressiva de uma cadeia que o determina.

Ora, a pretensão é a de, então, não entrar mansamente no ritmo das continuidades, mas, ao contrário, de invadi-las e se construir como denúncia em seu interior, garantindo talvez a si o *status* de um acontecimento: aquele capaz de produzir memória, capaz de se inserir descontinuadamente no ritmo da permanência e sacudir a estreiteza de seu fechamento. Logo, o próprio tratamento dado ao objeto, deixando em suspenso os laços que o mantêm imanente, reinscreve esse objeto na ordem do saber e lhe permite novas correlações, posições, funcionamentos e transformações.

A noção de formação discursiva (FD) se tornou, pois, na história da análise de discurso, um desses objetos que existem pura e simplesmente como efeito dos enunciados que o circunscrevem na história, sendo que as transformações que sofreu e sofre durante sua existência se deram justamente pelo modo como essa noção foi chocada progressivamente com saberes de outras ordens: posta em contato com as teorias do discurso materialistas, reaparecendo viva mesmo no trabalho de correntes pragmáticas.

Em gestos de grandes acontecimentos discursivos ou em empreendimentos de rupturas tangenciais e ofuscadas? Não obstante seu aparecimento em qualquer um desses casos, a noção de formação discursiva continua no seio das discussões dos analistas do discurso e também nos trabalhos daqueles que se vêem fora das margens dessa disciplina. Cabe a nós, na discussão que segue, refletir sobre o estatuto dessa noção na empresa da Escola Francesa de

Análise de Discurso (AD), tentando, a partir da abrangência de sua acepção original na arqueologia de Foucault, reinseri-la – no sentido de repontuar a empreitada epistemológica que a suscita – como categoria metodológica operante na AD.

A fim de levarmos a cabo essa proposta, dividimos nossa discussão em quatro partes: 1.1) um trajeto que mostra o desdobrar da noção de FD na teoria discursiva de Michel Pêcheux; 1.2) uma breve reflexão sobre o método arqueológico foucaultiano, para que se localize, assim, suas dimensões filosóficas; e, finalmente, 1.3) algumas agitações sobre as extensões teórico-filosóficas abrangidas pela noção de FD (ou regras de formação) na arqueologia de Michel Foucault. Começemos, então, por Pêcheux e o limiar de sua *Teoria Geral das Ideologias*.

## 1.1 NO PRINCÍPIO, A MÁQUINA ESTRUTURAL FECHADA

*No encontro de vários “continentes”, mesmo se a tentação da grande construção foi viva em certo momento, [Michel Pêcheux] não produziu nem síntese, nem sistema, mas deslocamentos e questionamentos. Michel Pêcheux não construiu no firme (MALDIDIER, 2003, p. 15).*

Iniciar uma discussão sobre o conceito de formação discursiva (FD) na perspectiva de Michel Pêcheux pressupõe, primeiramente, relevar o percurso que essa noção vive no interior da obra desse linguista e filósofo e, principalmente, entender o projeto teórico que ele tentou firmar e que garantiu positividade a essa noção nas primeiras fases da análise de discurso. Dessa forma, tal empreitada exige partir do modo como o conceito de FD se aglutinou devidamente ao projeto de Pêcheux e também como, a partir de certas derrocadas nesse projeto, a noção sofre mutações e, de certa forma, se esfacela. Começemos, então, pela definição do projeto mais primitivo: a *Teoria Geral das Ideologias*.

A Teoria Geral das Ideologias, projeto inicial de Michel Pêcheux que culminou nas bases teórico-filosóficas da análise de discurso, consistiu em uma tentativa de, por meio de motivações filosófico-políticas específicas surgidas no decorrer dos anos 50, criar um dispositivo que substituísse as “ciências ideológicas” (conjunto das ciências sociais, que, segundo o grupo do filósofo Louis Althusser, seriam representações ideológicas das próprias ideologias) e que, assim, pudesse desenvolver uma ciência das ideologias – a qual teria como objeto de análise o funcionamento das ideologias na sociedade. Para Maldidier (2003, p. 20), são as bases desse projeto teórico inicial, representado, principalmente por artigos publicados sob o pseudônimo de Thomas Herbert, que incidem no texto inaugural da AD: *Análise Automática do Discurso*, de 1969. Trata-se, para Maldidier, de um “[...] terreno da

epistemologia e da crítica das ciências humanas e sociais” (2003, p. 20). Esse projeto de Pêcheux, empreendido sob os fundamentos da releitura que Althusser faz da obra de Marx, se apoia na linguística e na psicanálise como base tanto metodológica (principalmente por meio dos recursos estruturalistas desenvolvidos e difundidos pela Linguística saussuriana já relida por fundamentos formais e funcionais<sup>2</sup>) quanto propriamente teórica (como no caso em que há apropriação das teses lacanianas sobre o inconsciente para justificar os processos de assujeitamento do sujeito à ideologia). Ao lançarmos um olhar global sobre esse contexto epistemológico de surgimento da AD, vemos que, ao tentar empreender o engendramento de uma *ciência* das ideologias, os critérios de cientificidade da época levam Pêcheux (ainda ocultado sob o pseudônimo de Thomas Herbert) a se apropriar lentamente da Linguística e da Psicanálise a fim de caracterizar seus procedimentos como efetivamente científicos. Assim, a teoria do discurso de Pêcheux nasce num contexto filosófico dominado pelo marxismo de Althusser, tem seus objetivos primeiros fixados numa tentativa de redefinir o campo das ciências sociais a partir da noção de ideologia e utiliza a Linguística e a Psicanálise como bases teórico-metodológicas para dar sistematicidade científica ao projeto teórico.

Conforme a Teoria Geral das Ideologias de Michel Pêcheux e seu método de *escuta social* começam a esboçar os primeiros traços de uma Teoria do Discurso, também se delinea o objeto discurso: com sua existência material dada pela linguagem, mas determinado pelas instâncias sociais e ideológicas – as formações sociais e as formações ideológicas<sup>3</sup>. Essa constituição do discurso dada por complexos sociais e aparelhos ideológicos que mantêm entre si “relações de antagonismo, de aliança ou de dominação” (HAROCHE et al., 2007, p. 26), leva Pêcheux e seu grupo a admitir também *formações discursivas* que estariam num último nível – material, diga-se de passagem – para além das formações sociais e ideológicas<sup>4</sup>. Essa noção é desenvolvida positivamente por Pêcheux em grande parte de seus

---

<sup>2</sup> “Saussure, mas também a ‘ciência linguística’ e a brisa que ela faz passar sobre o campo das idéias na França. Jakobson e a ‘revolução chomskiana’ estão no horizonte do livro de Pêcheux [*Análise Automática do Discurso*]. Apesar de todas as fragilidades que se possam aí ver, é a arrumação do lado da linguística que faz sua força” (MALDIDIER, 2003, p. 21).

<sup>3</sup> Nessa definição da Teoria do Discurso e de seu objeto, Pêcheux e seu grupo fazem uma discussão sobre papel da Semântica dentre os níveis de análise linguística desenvolvidos pela Linguística Geral de Saussure. Assim, Pêcheux passa a defender a ideia de uma revisão do lugar da Semântica e incorpora a esta os fundamentos do Materialismo Histórico-Dialético no que concerne ao modo como este inscreve os conceitos de formação social e ideológica nas Ciências Sociais. Segundo Pêcheux, o valor do signo não seria dado na língua, mas na *posição* ocupada por aqueles que a utilizam.

<sup>4</sup> “[...] as formações ideológicas assim definidas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas, que determinam o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura dada: o ponto essencial aqui é que *não se trata apenas da natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo) de construções nas quais essas palavras se combinam*, na medida em que elas determinam a significação que tomam essas palavras: como apontávamos no começo, as palavras

trabalhos publicados após o inaugural *Análise Automática do Discurso* de 1969. É, contudo, retomada posteriormente de forma negativa quando da publicação de seus últimos trabalhos no início da década de 80. Podemos destacar dentre eles: *A Análise de Discurso: três épocas* (1983), *Discurso: estrutura ou acontecimento?* e *Papel da Memória*. Nestes textos, percebemos uma forte crítica ao marxismo, ao modo como o conceito de FD se engendrou na AD a partir dele, à forma como se negou a noção de acontecimento no interior da AD e aos procedimentos metodológicos que, com o auxílio imprescindível do conceito de FD, resultaram em um positivismo de novo tipo.

As análises e críticas empreendidas por Michel Pêcheux em *A Análise de Discurso: três épocas* (1983), sobre o modo como a noção de formação discursiva (FD), “tomada de empréstimo de Michel Foucault” (1993, p. 314), resultou em uma noção de “máquina estrutural fechada” (ibidem), mostram que a cunhagem desse conceito nas primeiras fases da Análise de Discurso (AD) funcionou apenas para garantir as premissas marxistas de assujeitamento do sujeito do discurso a aparelhos ideológicos e repressores. É o que, nessa mesma época, em *O Discurso: estrutura ou acontecimento*, Michel Pêcheux chamou de “narcisismo da estrutura” (2006, p. 46), uma vez que o movimento descritivo-interpretativo realizado pela AD até então havia deslocado o narcisismo subjetivista do positivismo a um narcisismo estrutural materialista. Segundo Pêcheux,

Este narcisismo teórico se marca, na inclinação estruturalista, pela reinscrição de suas “leituras” no espaço unificado de uma lógica conceptual. A suspensão da interpretação (associada aos gestos descritivos da leitura das montagens textuais) oscila assim em uma espécie de sobre-interpretação estrutural da montagem como efeito de conjunto: esta sobre-interpretação faz valer o “teórico” como uma espécie de metalíngua, organizada ao modo de uma rede de paradigmas. [...] (2006, p. 46)

Como é possível notar, a crítica recai sobre o estruturalismo que atravessa a AD em seu projeto teórico. São essas inclinações estruturalistas das duas primeiras fases da AD, período que compreende sua fundação na década de 60 do século XX (com a publicação de *Análise Automática do Discurso*, 1969) e percorre praticamente toda a década de 70, que legaram às formações discursivas o caráter de complexos imanentes antagônicos que determinariam a produção de sentidos nos discursos. Os discursos, dessa forma, estariam também atravessados por essa maquinaria e funcionariam por meio daquilo que é repetível. Quando em *Semântica e Discurso* (PÊCHEUX, 1997) Pêcheux lança sua mais conhecida tese sobre o conceito de formação discursiva, podemos ver dela emergir os traços de um complexo

---

mudam de sentido segundo as posições ocupadas por aqueles que as empregam. Podemos agora deixar claro: as palavras ‘mudam de sentido’ ao passar de uma *formação discursiva* a outra” (HAROCHE [et al.], 2007, p. 26, grifos do original).

paradigmático que condicionaria o sentido à repetição. Segundo Pêcheux, a FD seria, nesse momento de sua obra,

[...] aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito* (articulado sob forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) (1997, p.160).

É visível, nessa citação de Pêcheux, o modo como sua teoria sobre as formações discursivas está atrelada à releitura althusseriana das teses marxistas, uma vez que as FD seriam determinadas pela luta de classes – o que também pressupõe que os limites das formações discursivas seriam estritamente antagônicos e que o centro que as engendraria seria o das divisões ideológicas as quais a sociedade está submetida, divisões estas regidas e controladas pelas determinações do Estado e de seus aparelhos ideológicos e repressores. As FD limitariam a produção de sentidos àquilo que é permitido – o que pode e deve ser dito – no interior de uma formação ideológica específica.

De certa forma, o desenvolvimento da AD em suas primeiras fases foi uma tentativa de, no limiar da teoria geral das ideologias, definir a leitura “correta” dos textos políticos e identificar suas fronteiras ideológicas: uma prática ao mesmo tempo didática e política (COURTINE, 2006). O problema central desse objetivo é o progressivo esfacelamento de suas bases teórico-metodológicas: o Materialismo Histórico-Dialético e o estruturalismo (linguístico e psicanalítico). No momento mesmo em que Pêcheux percebe o quão não-linear é a história e como essa não-linearidade mobiliza aquilo que estaria sujeito à estrutura repetível, as bases de sua teoria se deslocam e outras reflexões sobre o discurso emergem. A história prova que as ideologias não são assim tão sólidas no tempo e mesmo as mais arraigadas delas podem se arruinar. Essa foi uma das grandes decepções de Michel Pêcheux<sup>5</sup>.

Como resultado dessa necessidade de deslocamentos, tanto em *A Análise de Discurso: três épocas* (1983) quanto em *O Discurso: estrutura ou acontecimento*, Pêcheux já sinalizava algumas mobilizações teórico-metodológicas que, distanciando-se das correntes estruturalistas que atravessaram a emergência da AD, deveriam insurgir no *continuum* do desenvolvimento da disciplina por ele fundada. Segundo Pêcheux,

a noção de “formação discursiva” emprestada a Foucault pela análise de discurso derivou muitas vezes para a idéia de uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo voltada à repetição: no limite, esta concepção estrutural da discursividade desembocaria em um apagamento

<sup>5</sup> A respeito dessa decepção de Pêcheux frente ao marxismo, ver o prefácio intitulado *O Estranho Espelho da Análise do Discurso* o qual ele escreveu para a tese *Análise do Discurso Político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*, de Jean-Jacques Courtine, São Carlos / SP, EDUFSCar, 2009. pp. 21-6.

do acontecimento, através de sua absorção em uma sobre-interpretação antecipadora. (2006, p. 57)

Dessa citação de Pêcheux, é importante que assinalemos um ponto em particular que, além de definir esse distanciamento em relação ao estruturalismo e uma crítica à máquina estrutural fechada que a FD havia se tornado, indica novos rumos para o desenvolvimento da AD: a preocupação com a noção de *acontecimento* – noção que atravessa toda a discussão empreendida em *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Essa conferência de Pêcheux se firma como uma reflexão sobre tudo que se havia feito até ali: seria o discurso apenas reiteração do já-posto? Seria a estrutura histórico-ideológica a resposta a todas as perguntas? Estaríamos nós fadados a uma história linear já determinada pelo que nos antecede?

A partir da preocupação com a noção de acontecimento é que se percebe mais detidamente uma aproximação maior entre Pêcheux e os trabalhos de Michel Foucault e um esforço para sugerir mudanças conceituais necessárias a uma nova ordem metodológica na Análise de Discurso. Contudo, dado que Pêcheux não levou adiante suas aproximações com Foucault, o conceito de FD apresenta diferenças profundas na obra dos dois teóricos. Na próxima seção, tratamos rapidamente dessas diferenças.

## 1.2 FORMAÇÃO DISCURSIVA EM PÊCHEUX E EM FOUCAULT

De fato, antes de mais nada, convém pontuarmos que essa nossa discussão não ignora os esforços que têm sido empreendidos por muitos analistas de discurso franceses e brasileiros a fim de responder à necessidade de se diferenciar o conceito de FD de Pêcheux daquele de Foucault. Como exemplo emblemático, podemos citar o livro organizado por Baronas (2007), trazendo artigos de diversos autores importantes do cenário brasileiro e francês da AD e tratando especificamente da “noção-conceito” de formação discursiva. Também não estamos negando a existência de trabalhos importantes que já se empenharam para conciliar os temas de Michel Foucault às problemáticas da AD, como o de Jean-Jacques Courtine (2009).

Ao indicarmos a preocupação com a noção de acontecimento como um índice importante que permite revelar em Pêcheux um contato maior com o trabalho de Foucault<sup>6</sup>, é necessário que precisemos o modo como essa noção afeta o exercício de análise de discursos.

---

<sup>6</sup> Segundo Gregolin, esse contato com o trabalho de Foucault se deu pela aproximação entre Pêcheux e alguns historiadores (Jean-Jacques Courtine, Jacques Guilhaumau, Denise Maldidier, etc.) que, em seus trabalhos, realizaram “uma síntese entre as propostas da análise do discurso e as teses foucaultianas” (2006, p.64).

No interior de uma prática marxista que busca identificar, nos discursos, a fonte ideológica de seus sentidos com base naquilo que já é dado no interdiscurso, a noção de acontecimento povoa um universo em alguma medida oposto ao que pressupõem os limites da estrutura: a enunciação é, no limiar de sua existência material, *nova* enquanto acontecimento discursivo. O arquivo – o *a priori* histórico que sustenta as possibilidades de sentidos – não rege a história de forma imanente e contínua, mas abre possibilidade de rupturas e deslocamentos. Nas palavras de Foucault, ao falar sobre o comentário, “O novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (FOUCAULT, 2008a, p. 26). Esse modo de conceber o enunciado, unidade mínima passível de análise segundo Foucault, implicou uma revisão das teses de Pêcheux, como as sobre o sujeito assujeitado, sobre os aparelhos ideológicos de Estado e sobre o conceito de formação discursiva. O sujeito assujeitado já não o seria em termos de aparelhos ideológicos e repressivos de Estado. Para Foucault, o poder do Estado é descentrado e dissipado por micro-esferas sociais. O discurso não está mais dado em um eixo paradigmático que, pelo bloco fechado de uma FD, determina o que pode e deve ser dito, mas nas práticas sociais que, no ritmo dos acontecimentos, constituem os discursos de uma época.

O trabalho de Foucault se divide em três fases em que seus objetivos se reestruturam, sendo elas a fase arqueológica, a genealógica e a da ética e governo de si. Como ponto nodal de nossa discussão, nos interessa principalmente a primeira fase, em que, com a publicação de *A Arqueologia do Saber (L'Archéologie du Savoir, 1969)*, Foucault define a noção de formação discursiva.

Essa primeira fase das pesquisas de Michel Foucault recaiu sobre o estudo da constituição dos saberes na sociedade, sendo por isso chamada de fase arqueológica, já que o filósofo se preocupou em observar como os saberes de uma época são organizados em forma de arquivos passíveis de serem analisados em suas manifestações enunciativas. Nessa fase, Foucault teve como norte para suas pesquisas uma concepção de história diferente daquela tradicional. Para essa concepção, a história não desliza em um fluxo contínuo e causal, mas, ao contrário, está constantemente se reformulando no delinear dos acontecimentos. Quando, em *A Arqueologia do Saber*, Foucault sintetiza e esclarece o método utilizado em seus principais trabalhos anteriores, *História da Loucura*, *O Nascimento da Clínica* e *As Palavras e as Coisas*, ele já deixa claro, mesmo na introdução do livro, os pressupostos teóricos de suas análises:

É preciso desligar a história da imagem com que ela se deleitou durante muito tempo e pela qual encontrava sua justificativa antropológica: a de uma memória milenar e

coletiva que se servia de documentos materiais para reencontrar o frescor de suas lembranças; ela é o trabalho e a utilização de uma materialidade documental (livros, registros, atas, edifícios, instituições, regulamentos, técnicas, objetos, costumes, etc.) que apresenta sempre e em toda parte, em qualquer sociedade, formas de permanências, quer espontâneas, quer organizadas (2008b, p. 07-8).

Sendo a continuidade um efeito criado pela própria história, na condição de disciplina, para definir a linearidade de suas fronteiras, o trabalho do arqueólogo do saber seria o de apontar as disparidades fronteiriças da história e identificar os acontecimentos que romperam progressivamente a organização e a permanência. Cabe aqui também a distinção entre a imobilidade temporal, descrita pela história linear e geral, e as múltiplas temporalidades designadas por Foucault em sua defesa da história global. Segundo Foucault, a forma como a história se desenha por uma temporalidade única é somente um efeito de noções como as de tradição, evolução e mentalidade de uma época, uma vez que os acontecimentos na história se atravessam por temporalidades múltiplas que atingem os indivíduos de maneiras diferentes. A história é múltipla e vivida sob formas diversas dentro de um mesmo tempo cronológico.

Esse quadro filosófico do pensamento de Foucault o leva a conceituar formação discursiva sugerindo aquilo que é regular em meio à dispersão dos acontecimentos. O indício de uma FD seriam as regularidades na função de desempenho dos enunciados. Para Foucault,

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade, [...] diremos por convenção que se trata de uma formação discursiva – evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e conseqüências [...] para designar semelhante sistema de dispersão, tais como ‘ciência’, ou ‘ideologia’, ou ‘teoria’, ou domínio de objetividade (2008b, p. 43).

O que distingue, à primeira vista, esse conceito de FD em Foucault daquele de Pêcheux é o caráter não antagônico e não estável das condições de existência das FD. Enquanto para Pêcheux, as FD, como maquinarias discursivas, determinariam os efeitos de sentido do discurso segundo os condicionantes ideológicos de uma classe social específica que estaria em conflito com outra que lhe seria antagônica, Foucault não se preocupa em mostrar o discurso fluindo no ritmo das ideologias. A FD, para Foucault (2008b), pode até ser esse conjunto disperso de enunciados do qual é possível depreendermos uma regularidade. Contudo, a diferença entre o conceito em Foucault e Pêcheux, não se dá somente pela utilização ou não do conceito de ideologia. A diferença primordial está nos objetivos e finalidades dos trabalhos realizados por ambos, Pêcheux e Foucault. À medida que Pêcheux apresentava preocupações primeiramente ligadas à elaboração de uma Teoria Geral das Ideologias amparada em Althusser e que deriva, então, sua teoria do discurso, a preocupação

de Foucault é filosófica e se instala na problemática da epistemologia científica, sobre o modo como os saberes se instituem socialmente e sobre os mecanismos sociais que permitem a circulação dos saberes. Pêcheux quer fixar uma ciência social não ideológica que possa analisar a manifestação das ideologias. Foucault quer instituir, na esteira de outros pensadores, um novo modo de conceber o olhar da história sobre a constituição dos saberes.

Michel Foucault pensará na formação discursiva como esse emaranhado contextual que coloca em jogo um arquivo dado pelo *a priori* histórico e inscreve à circulação de saberes um caráter homogêneo dentro daquilo que é fundamentalmente heterogêneo na multiplicidade de práticas discursivas. Em um extremo oposto, na sistematização da disciplina Análise de Discurso, Michel Pêcheux utilizará a noção de FD para indicar as demarcações territoriais/discursivas entre discursos historicamente opostos no interior de uma luta de classes vigente.

Diante disso, fica claro que formação discursiva, para os dois autores, não é um mesmo conceito. Além disso, apesar de ter havido um movimento de leitura da obra de Foucault pela Análise de Discurso – movimento que começa com Jean-Jacques Courtine na França e se estende no Brasil com o trabalho de vários pesquisadores –, não houve um momento de sistematização e operacionalização do conceito foucaultiano de FD para a AD. Pêcheux pode até ter dado indícios de que a obra de Foucault era necessária à AD e inúmeros pesquisadores já se propuseram a aproximar a filosofia foucaultiana e a teoria do discurso de Pêcheux. Entretanto, mesmo os desenvolvimentos analíticos flagrados nos trabalhos de Courtine não demonstram uma explanação e utilização do conceito de FD pela AD de modo a seguir restritamente as determinações de Foucault sobre esta categoria.

### **1.3 UMA VISADA FOUCAULTIANA SOBRE O CONCEITO DE FD**

Na parte II de *A Arqueologia do Saber*, intitulada *As Regularidades Discursivas*, Foucault inicia o primeiro item de sua discussão com a proposta de falar sobre *As Unidades do Discurso* (FOUCAULT, 2008b, pp. 23-34). Contudo, essa abordagem consiste em criticar e desconstruir as mais variadas noções que conduzem os discursos a agrupamentos unitários e contínuos. Já no começo de suas alterações, Foucault nos adverte: “Há, em primeiro lugar, um trabalho negativo a ser realizado: libertar-se de todo um jogo de noções que diversificam, cada uma à sua maneira, o tema da continuidade. Elas, sem dúvida, não tem uma estrutura conceitual bastante rigorosa: mas sua função é precisa” (2008b, p. 23). As seguintes noções

são apontadas por Foucault: a de tradição, a de influência, as de desenvolvimento e evolução e as de mentalidade e de espírito [de uma época]. Segundo Foucault, a respeito dessas noções,

[...] É preciso pôr em questão [...] essas sínteses acabadas, esses agrupamentos que, na maioria das vezes, são aceitos antes de qualquer exame, esses laços cuja validade é reconhecida desde o início; é preciso desalojar essas formas e essas forças obscuras pelas quais se tem o hábito de interligar os discursos dos homens; é preciso expulsá-las das sombras onde reinam. E ao invés de deixá-las ter valor espontaneamente, aceitar tratar apenas, por questão de cuidado com o método e em primeira instância, de uma população de acontecimentos dispersos (2008a, p. 24).

Na sequência, Foucault caracteriza outro tipo de mecanismo que procura manter a unidade dos discursos: os “tipos de discursos” ou os “gêneros” (ibidem, p. 24) (não confundamos essa terminologia com as acepções bakhtinianas). O filósofo aí reconhece, dentre esses agrupamentos, a ciência, a literatura, a filosofia, a religião, a história, a ficção, etc.; e também nos aconselha a respeito destes:

De qualquer maneira, esses recortes – quer se trate dos que admitimos ou dos que são contemporâneos dos discursos estudados – são sempre, eles próprios, categorias reflexivas, princípios de classificação, regras normativas, tipos institucionalizados: são, por sua vez, fatos de discurso que merecem ser analisados ao lado dos outros, que com eles mantêm, certamente, relações complexas, mas que não constituem seus caracteres intrínsecos, autóctones e universalmente reconhecíveis (ibidem, p. 25).

Como se pode notar, Foucault admite características próprias que esses “tipos de discurso” possuem nas práticas discursivas que os agrupam em dada época, mas nos diz que eles não podem ser analisados sem que se os confronte com os outros agrupamentos discursivos que os cerceiam. Foucault destaca, dessa forma, a não imanência desses agrupamentos e seu não fechamento em unidades.

Além destas, outras unidades discursivas são questionadas por Foucault – sendo estas as que mais preocupam o filósofo: as do livro e da obra. Quanto ao livro, segundo Foucault,

[...] Por mais que [...] se apresente como um objeto que se tem na mão; por mais que ele se reduza ao pequeno paralelepípedo que o encerra: sua unidade é variável e relativa. Assim que a questionamos, ela perde sua evidência; não se indica a si mesma, só se constrói a partir de um campo complexo de discursos (ibidem, p. 26).

E, da mesma forma, a respeito da obra

[...] Admite-se que deve haver um nível (tão profundo quanto é preciso imaginar) na qual a obra se revela, em todos os seus fragmentos, mesmo os mais minúsculos e os menos essenciais, como a expressão do pensamento, ou da experiência, ou da imaginação, ou do inconsciente do autor, ou ainda das determinações históricas a que estava preso. Mas vê-se logo que tal unidade, longe de ser apresentada imediatamente, é constituída por uma operação; que essa operação é interpretativa [...] (FOUCAULT, 2008b, p. 27).

Tanto o livro quanto a obra são problematizados por Foucault em função de seu valor de síntese em relação ao pensamento de um autor ou de uma época; de seu valor de mantenedor das unidades contínuas dos temas dos discursos. São, para Foucault, construções históricas que corroboram a continuidade dos discursos e o apagamento dos acontecimentos – acontecimentos estes que deslocam, sabotam e rompem a permanência dos temas e dos objetos.

São as noções da história global (tradição, influência, desenvolvimento, evolução, mentalidade e espírito de uma época), os agrupamentos disciplinares (tipos e gêneros de discursos) e os complexos coesos do livro e da obra as unidades que dão coerência à história e a seu desenvolvimento contínuo, e Foucault pretende colocá-las em suspenso.

A essas unidades Foucault ainda acrescenta aquela que busca continuamente uma origem secreta para os acontecimentos e aquela que inscreve os acontecimentos em uma teia de enunciados presumíveis – dada sua inserção num sistema fadado à repetição. A primeira “[...] quer que jamais seja possível assinalar, na ordem do discurso, a irrupção de um acontecimento verdadeiro; que além de qualquer começo aparente há sempre uma origem secreta – tão secreta e tão originária que dela jamais poderemos nos reapoderar inteiramente” (ibidem, p. 27); já a segunda diz respeito a esse tema

[...] segundo o qual todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito; e que este já-dito não seria simplesmente uma frase pronunciada, um texto já escrito, mas um ‘jamais-dito’, um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escrita que não é senão o vazio de seu próprio rastro. Supõe-se, assim, que tudo que o discurso formula já se encontra articulado nesse meio-silêncio que lhe é prévio, que continua a correr obstinadamente sob ele, mas que ele recobre e faz calar. O discurso manifesto não passaria, afinal de contas, da presença repressiva do que ele diz; e esse não-dito seria um vazio minando, do interior, tudo que se diz (ibidem, p. 28).

Ora, essas categorias de unidade deixadas em suspenso por Foucault e não incluídas em seu método arqueológico podem muito bem ser comparadas a noções próprias da AD em sua ramificação pecheutiana e mesmo àquelas que se dão pelo desdobramento dessa disciplina a partir de outros autores. Um exemplo: o já-dito que Foucault problematiza poderia justamente ser relacionado ao interdiscurso, entendido em AD como a memória discursiva inscrita em cada tomada de palavra pelo sujeito do discurso.

De modo contrário à positividade que esse *já-dito* encontra no solo epistemológico em que a AD se firma em suas primeiras épocas, as reflexões de Foucault sobre esse tema o inscrevem de modo negativo em seu método arqueológico, no sentido de que ele (o já-dito) seria um dos mecanismos que garantiriam o tratamento dos discursos a partir de unidades que se repetem continuamente no curso da história. Havendo a pretensão de Foucault em

desconstruir essas continuidades e mostrar os lugares em que os saberes se deslocam e irrompem enquanto acontecimentos, a noção de já-dito não encontra aplicação positiva na arqueologia foucaultiana.

Da tradição e evolução ao livro, essas noções e temas dos quais Foucault se afasta apresenta algo que delas aflora e que é comum a todas: elas agrupam os discursos em unidades, lhes imprimem um caráter lógico na ordem da história, fazem com que eles descansam plenamente sob uma continuidade que os embala. A vontade de Foucault, todavia, é a de descrever os enunciados não por meio de seu resgate em uma dessas ilhas em que eles se deleitam, mas encontrar nos enunciados algo que lhes seja singular, exótico, estranho mesmo aos olhos afeiçoados do observador que neles vê o rosto de uma época. Para Foucault,

[...] A supressão sistemática [...] [dessas] unidades inteiramente aceitas permite, inicialmente, restituir ao enunciado sua singularidade de acontecimento e mostrar que a descontinuidade não é somente um desses grandes acidentes que produzem uma falha na geologia da história, mas já no simples fato do enunciado; faz-se, assim, como que ele surja em sua irrupção histórica; o que se tenta observar é essa incisão que ele constitui, essa irreduzível – e muito freqüentemente minúscula – emergência. Por mais banal que seja, por menos importante que o imaginemos em suas conseqüências, por mais facilmente esquecido que possa ser após sua aparição, por menos entendido ou mal decifrado que o suponhamos, um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente (2008b, p. 31).

A negação dessas unidades do discurso é, por certo, o que mais marca a postura de Foucault em seu método arqueológico a fim de cumprir seu objetivo principal: mostrar que o aparecimento dos enunciados em redes não é, ao todo, determinado por condições históricas permanentes dadas *a priori*; que o laço que mantém uma relação entre os enunciados não se dá por generalizações históricas, nem pela singularidade de um pensamento, nem pela referência que esse enunciado faz a um jamais-dito que condiciona sua aparição e permanência. Pois, então, nos cabe questionar, o que, afinal, está no limiar desses laços que relacionam os enunciados entre si, senão uma unidade discursiva? A fim de responder a essa questão, Foucault, lança a segunda discussão apresentada na seção d’*As Regularidades Discursivas* em *A Arqueologia do Saber: As Formações Discursivas* (FOUCAULT, 2008b, pp. 35-44).

No capítulo sobre as formações discursivas, Foucault se propõe a definir, então, as “relações que podem ser legitimamente descritas entre esses enunciados, deixados em seu grupamento provisório e visível” (2008b, p. 35). A partir daí, o autor lança quatro hipóteses sobre as propriedades que evidenciam, entre os enunciados, laços e relações que não sejam justificáveis pelas unidades já colocadas em suspenso.

A primeira hipótese diz respeito ao objeto a que os enunciados se referem. Segundo o que mostra Foucault, há enunciados que “[...] diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto” (2008b, p. 36). Mas não nos enganemos ao tentar mostrar, a partir dessa afirmação, que há objetos dados, *a priori*, no mundo, e que a função do arqueólogo é a de empreender um levantamento dos enunciados que, em diversos lugares, se referem a esse objeto. Foucault logo adverte que a própria existência dos objetos é dada pelo modo como os enunciados os recortam. Fazendo referência a suas análises arqueológicas apresentadas em *História da Loucura* (2008c), o filósofo lembra que

[...] a doença mental foi constituída pelo conjunto do que foi dito no grupo de todos os enunciados que a nomeavam, recortavam, descreviam, explicavam, contavam seus desenvolvimentos, indicavam suas diversas correlações, julgavam-na e, eventualmente, emprestavam-lhe a palavra, articulando em seu nome, discursos que deviam passar por seus (2008b, 36).

E, além de, nos próprios enunciados, estar o lugar onde os objetos tomam corpo na história, é neles também que, segundo Foucault, estão suas transformações e as múltiplas faces que eles apresentam em diferentes épocas ou em um mesmo recorte temporal. Foucault não está negando, evidentemente, que o mundo exista e que as coisas existam no mundo. A questão que Foucault coloca é em relação ao modo como os objetos são descritos nas relações enunciativas e como eles se tornam, então, objetos do saber, fazendo com que práticas discursivas se instalem em torno deles.

A segunda hipótese para definir um grupo de relações entre os enunciados é definida por Foucault como a forma e o tipo de encadeamento destes enunciados. Essa propriedade diz respeito aos grupamentos de enunciados que recortam objetos a partir de uma mesma perspectiva e utilizando os mesmos instrumentos. Na retomada que Foucault faz de suas reflexões em *O Nascimento da Clínica* (2008d), ele nos mostra que houve épocas em que os enunciados médicos provinham de

[...] um *corpus* de conhecimentos que supunha uma mesma visão das coisas, um mesmo esquadramento do campo perceptivo, uma mesma análise do fato patológico segundo o espaço visível do corpo, um mesmo sistema de transcrição do que se percebe no que se diz (mesmo vocabulário, mesmo jogo de metáforas) (2008b, p. 38).

Entretanto, Foucault não crê que esse agrupamento funcione de forma contínua e determinada, sem que sofra interferências. Para ele, “[...] Se há unidade, o princípio não é, pois, uma forma determinada de enunciados” (ibidem, p. 38), mas um conjunto de regras que torna possível, simultaneamente, “[...] descrições puramente perceptivas, mas, também,

observações tornadas mediatas por instrumentos, protocolos de experiências de laboratórios, cálculos estatísticos, constatações epidemiológicas ou demográficas, regulamentações institucionais, prescrições terapêuticas” (ibidem, pp. 38-9). Esse princípio de coerência dos enunciados por meio de seu tipo de encadeamento implica tomarmos as práticas discursivas que, dos mais diversos lugares, recortam o objeto como singular, mas também o transformam. Para Foucault, a esse respeito,

[...] Seria preciso caracterizar e individualizar a coexistência desses enunciados dispersos e heterogêneos; o sistema que rege sua repartição, como se apóiam uns nos outros, a maneira pela qual se supõem ou se excluem, a transformação que sofrem, o jogo de seu revezamento, de sua posição e de sua substituição (ibidem, p. 39).

A terceira hipótese trabalhada por Foucault diz respeito ao “sistema dos conceitos permanentes e coerentes” que se encontra em jogo num agrupamento discursivo. Foucault, entretanto, logo adverte sobre alguns cuidados a serem tomados quando da descrição desses sistemas de conceitos permanentes. A partir de suas análises sobre a Gramática, apresentadas em *As Palavras e as Coisas* (2007), Foucault mostra que muitos conceitos, em uma mesma unidade de enunciados, podem ser dessemelhantes entre si e até mesmo incompatíveis, tendo em vista os saberes que os entrecortam em certo momento da história. Conforme diz Foucault, “[...] talvez fosse descoberta uma unidade discursiva se a buscássemos não na coerência dos conceitos, mas em sua emergência simultânea ou sucessiva, em seu afastamento, na distância que os separa e, eventualmente, em sua incompatibilidade” (ibidem, p. 40). Se assim o fizéssemos, “[...] Não buscaríamos mais, então, uma arquitetura de conceitos suficientemente gerais e abstratos para explicar todos os outros e introduzi-los no mesmo edifício dedutivo; tentaríamos analisar o jogo de seus aparecimentos e de sua dispersão” (ibidem, p. 40). Esse sistema de conceitos não deve, dessa forma, ser analisado somente a partir de sua centralização em torno de um objeto, mas também levando em conta os entraves que, para fora da permanência e nos meandros da dispersão, impõem novas ordens ao modo como os saberes são agrupados – as formas de “descontinuidade, de corte, de limiar e de limite” (ibidem, p. 34).

Já a quarta e última hipótese de Foucault diz respeito às estratégias que, por meio da dispersão dos pontos de escolha, definem diferentes olhares e posicionamentos sobre um mesmo tema. Foucault começa a indicar essa hipótese lançando a ideia de que haveria, numa dada época um conjunto de estratégias que determinariam os temas possíveis de serem tratados a respeito de um objeto. Contudo, o filósofo nos mostra, a partir daí, que há outras estratégias discursivas que trabalham de forma tangencial àquilo que está no eixo das

continuidades. Assim, as escolhas temáticas que definem um objeto se mostram tanto dispersas quanto diversas e diversificadas indicando diferentes parâmetros de existência de um objeto numa mesma época: alguns deles são autorizados e validados, outros se localizam nas margens do dizível e são, por isso, clandestinos e ilegais; entretanto, não se pode negar que eles existem, rompem enquanto acontecimentos discursivos e eclodem na massa contínua dos agrupamentos discursivos dados como estáveis. Diante da hipótese de que os temas sejam permanentes e contínuos, Foucault a refuta: “[...] Ora, encontramos, em vez disso, possibilidades estratégicas diversas que permitem a ativação de temas incompatíveis, ou ainda a introdução de um mesmo tema em conjuntos diferentes” (2008b, p. 42).

Assim que discorre a respeito das quatro hipóteses sobre os agrupamentos de enunciados, mostrando que cada uma delas abre espaço não para a ideia de saberes que se localizam em conjuntos fechados, mas, de modo contrário, para a aceção segundo a qual as cadeias de enunciados estão dispersas, desniveladas e desorganizadas, pode, então, Foucault chegar aos feixes de reflexão que designam as formações discursivas. Para ele, se trata da

[...] ideia de descrever essas dispersões; de pesquisar se entre esses elementos, que seguramente não se organizam como um edifício progressivamente dedutivo, nem como um livro sem medida que se escreveria, pouco a pouco, através do tempo, nem como a obra de um sujeito coletivo, não se poderia detectar uma regularidade: uma ordem em seu aparecimento sucessivo, correlações em sua simultaneidade, posições assinaláveis em um espaço comum, funcionamento recíproco, transformações ligadas e hierarquizadas. Tal análise não tentaria isolar, para descrever sua estrutura interna, pequenas ilhas de coerência; não se disporia a suspeitar e trazer à luz os conflitos latentes; mas estudaria formas de repartição. Ou, ainda, em lugar de reconstituir *cadeias de inferência* (como se faz frequentemente na história das ciências ou da filosofia), em lugar de estabelecer *quadros de diferenças* (como fazem os linguistas), descreveria *sistemas de dispersão* (2008b, pp. 42-3, grifos do original).

É desse projeto que nasce o conceito de formação discursiva e de regras de formação. As formações discursivas são, pois, essa regularidade que pode ser descrita no caso em que, entre os enunciados, vislumbre-se o funcionamento de um sistema de dispersão, sistema esse que compreende “[...] os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, [e] as escolhas temáticas” (ibidem, p. 43) e a partir do qual se é possível conceber “[...] uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações” (ibidem, p. 43).

Portanto, a noção de FD em Foucault não diz respeito somente a designações temáticas sem relação com um domínio epistemológico (ex.: formação discursiva do discurso de responsabilidade social), também não se relaciona a repartições institucionais firmadas em um *locus* polarizado (ex.: formação discursiva escolar), e muito menos a divisões sociais precisamente políticas (ex.: formação discursiva de direita). Foucault, no limiar de seu

conceito de FD, também designado por *regras de formação*, não encontra ao todo uma unidade fechada em si mesma, mas um sistema disperso. Daí sua necessidade de negar todas as unidades, questionar todas as permanências mal justificadas e acusar, na continuidade da história, a existência de fendas pelas quais os enunciados escapam e criam novas redes de memória.

A FD pode ter sua existência concebida quando, na dispersão dos enunciados, em suas irrupções enquanto acontecimentos discursivos e nos saberes que são convocados para tais práticas discursivas, se detectar certa regularidade no modo pelo qual os objetos são recortados, nos tipos de enunciação que mantêm ou apagam esses objetos, nos conceitos semelhantes ou incompatíveis que recobrem a existência material desses objetos e também nas estratégias que definem as escolhas temáticas circunscritas na realidade enunciativa dos objetos destacados pelo discurso.

É importante lembrar que o fato de se tentar descrever, entre os enunciados, essa sua *regularidade* dispersa não pressupõe a ideia de que o sistema de dispersão esteja *regulando* a organização dos saberes. A realidade histórica da qual uma FD pode ser recortada existe pelas regularidades dispersas e não pela regulação de um sistema. Ao conceber a existência desse sistema, Foucault mostra que devemos, sim, buscar um princípio de organização dos discursos; mas, nem por isso, podemos ignorar os princípios de transformação dos objetos, incompatibilidade dos temas e conceitos e mudanças de estratégias, os quais, todos eles, também recobrem a existência das regras de formação e a irrupção do acontecimento

---

## O CONCEITO DE FORMAÇÃO DISCURSIVA NO MÉTODO ARQUEOLÓGICO

---

[...] *reler Foucault não é “aplicá-lo” à AD, é trabalhar sua perspectiva no interior da AD*  
(COURTINE, 2009, p. 82).

**M**ais difícil que esgotar a abrangência de um tema é tentar criar amarrações entre temas e teorias que, a princípio, parecem se estranhar. É sabido que, no sentido disciplinar do termo, Michel Foucault não foi analista de discurso, isso não o impediu, contudo, de falar de uma análise de discurso no interior de sua *Arqueologia do Saber*. Michel Pêcheux, fundador da AD, foi quem primeiro deu indícios de que Foucault era necessário, *O Discurso: Estrutura ou Acontecimento* não dá margens para que se duvide desse fato. Atualmente, na AD brasileira, Foucault é quase analista de discurso: para além do método arqueológico, de onde Pêcheux (2006) e Courtine (2009 e 2010) extraíram, respectivamente, suas reflexões a respeito, primeiramente, da formação discursiva e, depois, das redes de formulação, do enunciado e do domínio de memória, Foucault ainda oferece suas discussões sobre a analítica do poder e sobre as técnicas de subjetivação. De forma geral, não parece haver estranhamento algum entre Foucault e a AD: ao contrário, há laços cada vez mais firmes e relevantes; aliás, são laços cada vez mais difíceis de serem cortados.

Na tentativa de contribuir com a consolidação desse casamento que tem se mostrado cada vez mais consolidado e fértil, nossa discussão procurará, a partir de agora, esmiuçar as quatro direções de descrição de uma formação discursiva. Essas direções, antes tratadas por Foucault (2008b) como hipóteses, dão vez a uma árvore de conceitos que, imaginamos, devem ser abordados quando da tentativa de descrever uma FD. Na sequência, ainda tratamos do modo como Foucault (ibidem) concebe o enunciado, o desempenho da função enunciativa e suas quatro propriedades existenciais e falaremos sobre a relação entre enunciado, discurso e arquivo na descrição arqueológica. Finalmente, chegamos a uma reflexão sobre o uso terminológico dos conceitos de saber, discurso, prática discursiva e formação discursiva de Foucault na Análise de Discurso. Essa última discussão é a que problematiza, por meio da distinção entre práticas discursivas e práticas não discursivas, a aplicação do conceito de FD foucaultiano a domínios não nomeados, pelo filósofo, como discursivos.

## 2.1 HIPÓTESES DE AGRUPAMENTOS DISCURSIVOS E A DESCRIÇÃO DOS ENUNCIADOS

*É preciso fazer agora um levantamento das direções abertas e saber se podemos dar conteúdo a esta noção, apenas esboçada, de “regras de formação” (FOUCAULT, 2008b, p. 45).*

É sabido, de modo que assim o esclarecemos no capítulo anterior e também o remarcamos no início da discussão acima, que Foucault, em sua *Arqueologia do Saber*, primeiramente critica e coloca em suspenso quaisquer categorias que coadunem com e reforcem os temas da continuidade na história. Após isso, o filósofo lança, então, hipóteses sobre o caso em que se possam vislumbrar regularidades entre os discursos. Foucault pretende, daí, incidir sua análise sobre uma organização dos saberes possível de ser flagrada na dispersão dos enunciados. Essa organização ou regularidade é dada, diz Foucault, pela existência de formações discursivas ou regras de formação. Estas, por sua vez, são os “sistemas dispersos” que garantem, em uma dada época, determinadas relações entre os saberes postos em circulação. A fim de caracterizar e descrever os princípios de organização das formações discursivas, Foucault aponta quatro hipóteses as quais, cada uma delas, recorta um princípio da organização dos saberes e da existência das regras de formação. Esses princípios dizem respeito à formação dos objetos, das modalidades enunciativas, dos conceitos e das estratégias. Nos capítulos que procedem *As Formações Discursivas* (2008b, p. 35-44), Foucault analisa separadamente cada um desses princípios que atuam na organização dos saberes dispersos. A seguir, traçaremos brevemente o tratamento que Foucault dá ao desdobrar das hipóteses de agrupamento discursivos esboçadas em *As Formações Discursivas* e explicitaremos o método que consiste na descrição do desempenho da função enunciativa.

### 2.1.1 A FORMAÇÃO DOS OBJETOS

Ao procurar caracterizar a formação dos objetos, Foucault avança em sua discussão sobre a relação entre as palavras e as coisas, a qual havia sido empreendida em *As Formações Discursivas* (2008b, p. 35-44). Naquele ponto, Foucault nos mostrava que os objetos pouco têm a ver com realidades materiais anteriores ao discurso, mas que são criações dos discursos, uma vez que só se dão pela existência de práticas discursivas que os recortam, os transformam ou os deixam em suspenso. Já nesse capítulo específico sobre *A Formação dos Objetos* (2008b, p. 45-55), Foucault passa a questionar esse regime de existência dos objetos e, a fim

de exemplificar suas análises e considerações, trata do objeto “loucura” (doenças psicopatológicas) abordado em suas pesquisas precedentes (*A História da Loucura*).

A primeira hipótese de Foucault sobre o regime de existência dos objetos do discurso consiste em delinear três procedimentos metodológicos a serem seguidos pelo pesquisador quando da descrição dos objetos. O primeiro desses procedimentos incide sobre a demarcação das *superfícies de emergência* dos objetos. Segundo Foucault,

Seria preciso inicialmente demarcar as *superfícies* primeiras de sua *emergência*: mostrar onde [os objetos] podem surgir, para que possam, em seguida, ser designadas e analisadas essas diferenças individuais que, segundo os graus de racionalização, os códigos conceituais e os tipos de teoria, vão receber a qualificação de doença, alienação, anomalia, demência, neurose ou psicose, degenerescência etc. (2008b, p. 46).

Foucault fala, nesse ponto, da “família”, do “grupo social próximo”, do “meio de trabalho”, da “comunidade religiosa” (2008b, p. 46). Demarcar a superfície de emergência do objeto seria, desse modo, estabelecer as fronteiras sociais que sugerem seu aparecimento, sua transformação e mesmo seu desaparecimento. É a partir do funcionamento dessas superfícies de aparecimento dos objetos que podemos detectar novas condições para o *status* que eles adquirem nas práticas discursivas e, assim, limitar também os domínios de sua diferenciação, definir aquilo que o torna nomeável e descritível (2008b, p. 47).

O segundo procedimento consiste em descrever as *instâncias de delimitação* dos objetos. No caso do objeto loucura, Foucault mostra que, para além da medicina (“como instituição regulamentada, como conjunto de indivíduos que constituem o corpo médico, como saber e prática, como competência reconhecida pela opinião pública, a justiça e a administração” (2008b, p. 47)), houve, sobretudo, uma coerção de outras instâncias sociais a fim de se distinguir, designar, nomear e instaurar a loucura como objeto. Esse papel também coube à justiça penal, às autoridades religiosas e à crítica literária e artística. Há, portanto, uma heterogeneidade de práticas institucionalizadas que delimitam e constituem certo objeto numa determinada época, organizam os saberes em torno desse objeto e garantem o funcionamento das práticas discursivas.

Já o terceiro e último procedimento impõe a descrição das *grades de especificação* segundo as quais “separamos, opomos, associamos, reagrupamos, classificamos, derivamos” (FOUCAULT, 2008b, p. 47) uns dos outros os diferentes objetos. Trata-se das propriedades que nos permitem estabelecer repartições entre um e outro objeto e também entre aquilo que distingue um mesmo objeto nas várias práticas que o discursivizam.

Foucault já assume, na sequência, que esses três procedimentos (diagnóstico das superfícies de emergência, das instâncias de delimitação e das grades de diferenciação), separadamente, são insuficientes para a definição e delimitação dos objetos do discurso. Primeiramente, e isso já havia sido problematizado por Foucault n’*As Formações Discursivas*, porque a indicação dessas propriedades das regras de formação não pode deixar assumir a existência de objetos do discurso já-dados ou fornecidos por suas regras de repartição: “O discurso é algo inteiramente diferente do lugar em que vêm se depositar e se superpor, como em uma simples superfície de inscrição, objetos que teriam sido instaurados anteriormente” (FOUCAULT, 2008b, p. 48). A segunda razão da insuficiência desses procedimentos consiste no modo pelo qual, de antemão, não se estabelecem relações entre eles:

Ela [a enumeração que Foucault acabara de realizar] demarcou, uns após outros, vários planos de diferenciação em que os objetos do discurso podem aparecer. Mas, entre eles, que relações existem? Por que esta enumeração e não outra? Que conjunto e definido fechado acreditamos circunscrever desta maneira? E como podemos falar de um “sistema de formação” se conhecemos apenas uma série de determinações diferentes e heterogêneas, sem ligações ou relações assinálaveis?” (FOUCAULT, 2008b, p. 48).

Nesse caso, definir o objeto do discurso é determinar as *relações* que se estabelecem entre as superfícies de emergência, as instâncias de delimitação e as grades de diferenciação: “São essas relações que, atuando no discurso psiquiátrico, permitiram a formação de todo um conjunto de objetos diversos” (p. 49).

A argumentação que sucede essa primeira problematização de Foucault a respeito dos procedimentos primeiramente descritos incide justamente nesse *campo de relações* que deve ser estabelecido entre as superfícies de emergência, as instâncias de delimitação e as grades de diferenciação:

Se, em nossa sociedade, em uma época determinada, o delinquente foi psicologizado e patologizado, se a conduta transgressora pôde dar lugar a toda uma série de objetos de saber, deve-se ao fato de que, no discurso psiquiátrico, foi empregado um *conjunto de relações determinadas* (FOUCAULT, 2008, p. 49, grifo nosso).

E Foucault generaliza, num tom de conclusão provisória:

[...] o discurso psiquiátrico, no século XIX, caracteriza-se não por seus objetos privilegiados, mas pela maneira pela qual forma seus objetos, de resto muito dispersos. Essa formação é assegurada *por um conjunto de relações estabelecidas entre instâncias de emergência, de delimitação e de especificação*. Diremos, pois, que uma formação discursiva se define (pelo menos quanto a seus objetos) se se puder estabelecer um conjunto semelhante; se se puder mostrar como qualquer objeto do discurso em questão aí encontra seu lugar e sua lei de aparecimento; se se

puder mostrar que ele pode dar origem, simultânea ou sucessivamente, a objetos que se excluem, sem que ele próprio tenha de se modificar (2008, p. 49-50, grifo nosso).

No que diz respeito aos objetos que recorta, a formação discursiva desempenha seu papel, desse modo, no conjunto de relações que podem ser descritas entre as instâncias de emergência, delimitação e especificação ou diferenciação dos objetos do discurso. São essas relações que organizam os saberes de modo a engendrar o aparecimento, manutenção e coexistência dos objetos, regendo suas leis de formação, os mantendo e também os modificando.

Além dessa generalização provisória, Foucault ainda indica algumas observações e consequências a respeito de suas reflexões sobre a natureza e as condições de existência dos objetos do discurso. A primeira delas consiste em demarcar aquilo que aparecerá posteriormente na conferência *A Ordem do Discurso* (FOUCAULT, 2008a) como um dos procedimentos de controle dos discursos: o princípio de interdição: “[...] nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas [...], enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala” (ibidem, p. 37)<sup>7</sup>. Na ocasião d’*A Arqueologia*, Foucault se limita a lembrar-nos de que não se pode dizer qualquer coisa, já que há um sistema de relações que regulam a existência ou extinção dos objetos: “[...] não é fácil dizer alguma coisa nova; não basta abrir os olhos, prestar atenção, ou tomar consciência, para que novos objetos logo se iluminem e, na superfície do solo, lancem sua primeira claridade” (FOUCAULT, 2008b, p. 50). Todavia, para aqueles que, a partir disso, diagnosticam uma redutibilidade dos discursos a uma cadeia parafrástica da qual é impossível desprender e suscitar transformação, Foucault alerta que

[...] esta dificuldade não é apenas negativa; não se deve associá-la a um obstáculo cujo poder seria, exclusivamente, de cegar, perturbar, impedir a descoberta, mascarar a pureza da evidência ou a obstinação muda das próprias coisas; o objeto não espera nos limbos a ordem que vai liberá-lo e permitir-lhe que se encarne em uma visível e loquaz objetividade; ele não preexiste a si mesmo, retido por algum obstáculo aos primeiros contornos da luz, mas existe sob as condições positivas de um feixe complexo de relações (ibidem, p. 50).

Isso nos guia, sem dúvida, à discussão que percorre o cerne do pensamento de Foucault nesse esmiuçamento da categoria de regras de formação: o fato de o discurso e os objetos de que trata serem constituídos a partir de *práticas discursivas*, práticas estas que se relacionam intrinsecamente ao valor de *acontecimento discursivo* que o enunciado possui e àquilo que

---

<sup>7</sup> Vale ressaltar que o princípio da interdição será questionado por Foucault na última fase de sua obra, o que, de certa forma, desautoriza os analistas de discurso de utilizá-lo como um conceito operante.

Foucault chama propriamente de desempenho da função enunciativa. N’A *Arqueologia*, estas categorias e noções estão todas relacionadas e apontam para um conjunto de regras determinadas no tempo e no espaço e que conduzem para a existência real dos enunciados e para seu agrupamento em discursos.

Outra observação feita por Foucault diz respeito à relação entre o objeto e suas propriedades existenciais. Foucault assume que o conjunto de relações que determinam os objetos (as instâncias de emergência, delimitação e especificação) não definem a constituição interna do objeto, “[...] mas o que lhe permite aparecer, justapor-se a outros objetos, situar-se em relação a eles, definir sua diferença, sua irreducibilidade e, eventualmente, sua heterogeneidade; enfim, ser colocado em um campo de exterioridade” (2008, p. 50-1). Sendo o objeto fruto de práticas discursivas colocadas em jogo num determinado campo de relações, não é válido conceber a existência do objeto como redutível a sua organização interna, como se esta fosse preexistente ao próprio objeto.

Em termos de conclusão do capítulo, Foucault torna a lembrar que a análise do estatuto dos objetos do discurso não deve se fixar naquilo que é dado ao sujeito falante e que é da ordem do produto final da enunciação. O desempenho do enunciado deve ser questionado e indagado sobre suas condições de existência, sobre o conjunto das regras que o formaram. O objeto do discurso não é, de forma alguma, fixo no tempo e espaço, de modo que pudesse suscitar, a partir da singularidade e fechamento de seus caracteres, a presença já definida dos textos que o conceituam. Dessa forma, ao proceder pela análise arqueológica, não estamos diante de um real histórico estável: “[...] descobrimos, assim, não uma configuração ou uma forma, mas um conjunto de regras que são imanentes a uma prática e a definem em sua especificidade” (FOUCAULT, 2008b, p. 52). Para Foucault,

[...] não são os objetos que permanecem constantes, nem o domínio que formam; nem mesmo seu ponto de emergência ou seu modo de caracterização; mas o estabelecimento de relação entre as superfícies em que podem aparecer, em que podem ser delimitados, analisados e especificados. (FOUCAULT, 2008b, p. 52-3)

Talvez possamos nos questionar, nesse ponto, sobre a constância das regras de formação, sua pretensa estabilidade a ser descrita nas tênues, mas dispersas, linhas que as demarcam. Contudo, como a citação acima torna muito claro, não se trata de regras que autorizam somente a produção de um tipo determinado de objetos, inscritos e definidos, assim, por um conjunto homogêneo de caracteres. O dinamismo das práticas discursivas e a singularidade dos acontecimentos discursivos colocam em funcionamento essas regras de formação; mas as relações plurais que as definem permitem a existência de objetos também

plurais. São objetos que não permanecem constantes nas práticas que os definem, que também não emergem de um mesmo lugar e que não se caracterizam como singulares.

### 2.1.2 A FORMAÇÃO DAS MODALIDADES ENUNCIATIVAS

A segunda hipótese sobre a qual se aventa a possibilidade de determinar o funcionamento de um campo discursivo é, para Foucault, aquela em que se descreve a formação das modalidades enunciativas, “[...] fazendo aparecer a permanência de certos tipos de enunciados, certos modos fundamentais de expressão do sujeito” (DREYFUS & RABINOW, 1995, p. 75). Destacando certo estatuto para as mais diversas (“[...] descrições qualitativas, narrações biográficas, demarcação, interpretação e recorte dos signos, raciocínios por analogia, dedução, estimativas estatísticas, verificações experimentais” (FOUCAULT, 2008b, p.56)), o objetivo do capítulo *A Formação das Modalidades Enunciativas* (ibidem, p. 56-61) é o de “[...] encontrar a lei de todas essas enunciações diversas e o lugar de onde vêm” (ibidem, p. 56).

A fim de responder a essa problemática, que, dessa vez, tem a ver também com a enunciação enquanto processo, e não somente com as relações que subsistem à formação dos objetos, Foucault lança três questões que são, cada uma delas, discutidas separadamente: sobre o estatuto do sujeito que fala, sobre os lugares institucionais de onde o sujeito fala e sobre a posição sujeito ocupada pelo sujeito na enunciação. Como lembram Dreyfus e Rabinow, “[...] No caso da medicina, Foucault teve que descrever, entre outras coisas, como os médicos são reconhecidos, os hospitais organizados, e como muda a posição do médico enquanto observador, interrogador, receptor de dados, pesquisador etc.” (1995, p. 76). Já adiantando nossas reflexões acerca do campo de relações que permitem a formação das modalidades enunciativas, também Dreyfus e Rabinow alertam que,

“[...] do mesmo modo que uma análise cuidadosa da formação discursiva não revelou um conjunto de objetos bem definido e denso, mas, ao contrário, uma série de rupturas, permutas e transformações, a tentativa de definir um grupo específico de enunciados, como se este grupo constituísse um ‘grande texto contínuo’, teve que ceder à descrição de um campo de enunciados heterogêneos” (1995, p. 75).

Novamente, a descontinuidade se imporá enquanto caractere constituinte das regras de formação.

O “quem fala?” que cerca a detenção dos saberes (estatuto do sujeito que fala) é, para Foucault, a primeira questão a ser discutida sobre a formação das modalidades enunciativas. Evidentemente, a detenção e exercício dos saberes não está aberta a todas as vontades

(FOUCAULT, 2008a, p. 37), senão a grupos específicos aos quais é garantido o *status* de atuar sobre os saberes: proferir enunciados que os instaurem, manejar técnicas que os consolidem e, principalmente, desempenhar essas ações de modo a exercer *verdade* em suas práticas. Exemplificando com o caso do médico, Foucault lembra que o estatuto deste profissional depende de um sistema de diferenciações e de relações entre ele e todos os outros indivíduos que cerceiam sua prática, depende também de “[...] um número de traços que definem seu funcionamento em relação ao conjunto da sociedade” (FOUCAULT, 2008b, p. 57). Há, desse modo, um emaranhado de relações hierárquicas entre o médico e o restante da sociedade. São essas relações que conferem ao médico o estatuto que ele possui ao enunciar. O desempenho da função enunciativa coincidirá com o funcionamento de todas essas relações na designação do papel que o médico pode e deve ocupar na fala médica.

Também os lugares institucionais que relacionam sujeito e discurso funcionarão como legitimadores da verdade inerente ao discurso e necessária à manutenção e transformação dos saberes. No caso de sua análise sobre a medicina, Foucault mostra que o *status* do médico enquanto profissional habilitado à tomada da palavra dá substância à prática discursiva, mas também o hospital e o laboratório, enquanto lugares institucionais por meio dos quais essas práticas são legitimadas, desempenham esse papel de “local de um discurso” e, sendo assim, autorizador de uma prática. Não basta um sujeito detentor do estatuto da fala, deve também haver a referência desse sujeito a um lugar institucional que autorize a tomada da palavra e, principalmente, que defina o modo como a palavra aparecerá no fio de suas enunciações. Retornando a discussão sobre a relação entre as palavras e as coisas, e já sabendo que Foucault não procurou tecer uma “história do referente”, entende-se que as modalidades enunciativas também se colocam, elas mesmas, em relação aos objetos definidos nas práticas discursivas; o *status* do sujeito e o lugar institucional que lhe garante a verdade na palavra estão num constante movimento de recorte e reinscrição dos objetos do discurso.

A posição sujeito, por sua vez, se define “pela situação que lhe é possível ocupar [o sujeito] em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos” (FOUCAULT, 2008b, p. 58). Ele é o sujeito que pode questionar, observar, anotar, utilizar instrumentos, etc. O papel do sujeito e a posição que ele ocupa se restringe a um campo de ações que mostram o exercício de sua subjetividade. Essa subjetividade, no entanto, é delimitada pelo conjunto de relações subjacentes a determinadas regras de formação. A questão que se coloca, dessa forma, é a seguinte: segundo que regras se forma esse campo de ações do sujeito, esse campo de situações em que ele pode atuar? A descrição arqueológica, nesse caso, não se limita à descrição dessas situações, mas à análise do sistema de relações que permite sua existência.

De modo a concluir suas reflexões sobre a formação das modalidades enunciativas, Foucault volta a falar, assim como o fez ao dizer sobre a formação dos objetos, dos campos de relações que devem ser tratados quando da descrição arqueológica. No caso da medicina, essas relações se apresentam

[...] entre o espaço hospitalar, [...] entre o campo de observações imediatas e o domínio das informações já adquiridas; [...] entre o papel do médico como terapeuta, seu papel de pedagogo, seu papel de transmissor na difusão do saber médico e seu papel de responsável pela saúde pública no espaço social (FOUCAULT, 2008b, p. 59).

Dessa forma, as relações entre o estatuto do sujeito que fala, do lugar institucional de que fala e das posições que pode ocupar no espaço em que atua é que definem a formação e funcionamento das modalidades enunciativas.

De modo que assim é esclarecido por Foucault, não existe um sujeito transcendental, aquele dono de sua verdade; e o sujeito também não é o sujeito psicológico, aquele que tem suas regras de existência oferecidas pelo inconsciente. Diante dessa reflexão feita por Foucault acerca do sujeito, Dreyfus e Rabinow concluem que se trata de “[...] um estruturalismo modificado que atribui uma eficácia autônoma ao campo discursivo” (1995, p. 77). A natureza do campo discursivo e suas práticas é que definiriam o funcionamento dos enunciados, negando-se qualquer participação ativa do sujeito na constituição e manejo das regras de formação. Contudo, o próprio tratamento dado por Foucault à posição do sujeito, mostrando que a atuação do sujeito marca o desempenho de sua subjetividade no limite de um campo de relações, parece rebater essa crítica de Dreyfus e Rabinow.

Finalmente, o que ainda é preciso reafirmar, em termos de modalidades enunciativas, é que Foucault insiste na ideia de que seu desempenho se manifesta na dispersão dos enunciados; está inscrito no feixe de relações que, nas diversas práticas discursivas, localizam as regularidades que cerceiam o modo como o sujeito é definido na enunciação: o *status* que exerce, o lugar que o assume e a posição que ocupa. Como diz Foucault, “O discurso [...] não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo” (2008b, p. 61). Dessa forma, a partir do momento em que o sujeito é uma função vazia a ser preenchida no exercício das práticas discursivas, a permuta das funções que exerce mostrará a existência de múltiplas possibilidades de tomada de posição subjetiva, bem como uma pluralidade de relações em que as modalidades enunciativas podem funcionar. As regras de formação, estando dispersas, sendo variáveis e permitindo inúmeros modos de relacionamento, não restringem o

funcionamento do sujeito, mas permitem, mesmo que num fechamento regular, a existência de posições que se transformam.

### 2.1.3 A FORMAÇÃO DOS CONCEITOS

Dadas as reflexões de Foucault (2008b) acerca da formação dos objetos e das modalidades enunciativas, vemos que o fechamento da unidade do discurso em um conjunto definido e invariável de objetos e tipos de enunciação se mostra, n' *A Arqueologia*, inviável, visto que, no domínio das regras de formação, existe muito mais um campo aberto de relações em que múltiplos objetos e sujeitos coexistem pelas práticas discursivas que relações homogêneas e contínuas. Portanto, quando se chega a falar da *formação dos conceitos*, não podemos ter expectativa de encontrar a descrição de um número limitado de conceitos estáveis que funcionem, num dado momento, no limite da tradição ou da obra de um autor; diferentemente, se trata de uma multiplicidade de conceitos irregulares regidos pelas mesmas regras de formação. Segundo Dreyfus e Rabinow,

Se tentarmos mostrar que a unidade de uma formação discursiva é determinada pelo uso de alguns conjuntos de conceitos invariáveis, é evidente, mais uma vez, que achamos o ponto de vista tradicional inadequado. Conforme mostrou Foucault em *As Palavras e as Coisas*, os conceitos se transformam, se recortam de forma incompatível e são todos submetidos às revoluções conceituais (1995, p. 78).

Isso nos leva a entender que a formação dos conceitos está submetida a um campo díspar de relações. Do ponto de vista da história tradicional, aquela criticada por Foucault (2008b), os conceitos seriam, então, sucedidos uns pelos outros conforme os olhares sobre os objetos se modificassem ou, se assim o quiséssemos, *evoluíssem*. Contudo, ao abordar a formação dos conceitos, Foucault nega que eles estejam seguindo uma sistematicidade lógica de sucessão e mesmo que não possa haver a coexistência de conceitos discordantes sendo regidos pelas mesmas regras de formação.

Para tratar da formação dos conceitos, a primeira tarefa consiste na descrição de “formas de sucessão” e, entre estas, “as diversas disposições das séries enunciativas” (ibidem, p. 63), “os diversos tipos de correlação entre os enunciados” (ibidem, p. 63) e os “diversos esquemas retóricos segundo os quais se podem combinar grupos de enunciados” (ibidem, p. 63). A descrição das diversas *disposições das séries enunciativas* implica o tratamento dos relacionamentos entre os diversos conceitos que entrecortam a formação de um objeto e a ordenação, generalização, especificação e distribuição que obedecem. Se entre os enunciados e no modo como eles formam os conceitos existe uma disposição sendo obedecida, é papel do

arqueólogo do saber descrevê-la. Assinalar os diversos tipos de correlação dos enunciados também compreende a descrição das formas de sucessão. Essas correlações diversificam a relação entre os conceitos e fazem reconhecer a multiplicidade de conceitos que se sucedem em uma mesma formação discursiva. Diante de um grupo extenso de conceitos, mostrar os diversos tipos de correlação entre eles é indicar a regularidade que está na base de sua existência. Foucault ainda fala dos diversos *esquemas retóricos* segundo os quais se podem combinar grupos de enunciados. Foucault exemplifica dizendo sobre as descrições, deduções e definições que subjazem a formação dos conceitos. Essa descrição dos esquemas retóricos que entrecortam a formação dos conceitos tem a ver, dessa forma, com as correlações possíveis de serem estabelecidas entre a emergência de textos que caracterizam os conceitos e a sua própria existência heterogênea suscitada no momento em que surgem materialmente em diversas práticas. Esse é o esquema para se analisar, então, as formas de sucessão dos conceitos, descrevendo as *disposições das séries enunciativas*, os *tipos de correlação entre os enunciados* e os *esquemas retóricos* a partir dos quais se combina grupos de enunciados.

Adiante, Foucault diz também sobre a necessidade de descrição das *formas de coexistência* dos enunciados e dos conceitos que estes recortam. Essa descrição compreende a análise dos *campos de presença*, dos *campos de concomitância* e dos *domínios de memória*. Os *campos de presença* dizem respeito a todos os enunciados, aceitos ou rejeitados, que encontram seu espaço na ordem de correlações entre as diversas enunciações e na elaboração de conceitos que cerceiam um mesmo objeto; o espaço em que a prática discursiva atua suscita uma diversidade de enunciados que a atravessam e que, de certa forma, atuam sobre sua existência e sobre o modo como ela define os conceitos em relação aos seus objetos. Já os *campos de concomitância* integram enunciados de ordem diversa (que não recortam o mesmo objeto), mas que, ainda assim, atuam sobre o modo como se dá existência aos conceitos. Segundo Foucault,

[...] trata-se, então, dos enunciados que se referem a domínios de objetos inteiramente diferentes e que pertencem a tipos de discurso totalmente diversos, mas que atuam entre os enunciados estudados, seja porque valem como conformação analógica, seja porque valem como princípio geral e como premissas aceitas para um raciocínio, ou porque valem como modelos que podemos transferir a outros conteúdos, ou ainda porque funcionam como instância superior com a qual é preciso confrontar e submeter, pelo menos, algumas proposições que são afirmadas (2008b, p. 64).

Enquanto se tem, de um lado, enunciados que atuam inteiramente sobre os conceitos, por conta do mesmo objeto a que se referem, há outros que, de domínios diversos, também influenciam os modos de coexistência dos conceitos.

Finalmente, quanto às formas de coexistência dos enunciados, nos resta comentar os *domínios de memória*. Desta vez, para além dos enunciados do mesmo domínio discursivo ou de domínios distintos (mas em funcionamento), a análise recobre os enunciados já invalidados e esquecidos na ordem do saber, mas com os quais ainda “[...] se estabelecem laços de filiação, gênese, transformação, continuidade e descontinuidade histórica” (ibidem, p. 64).

De modo geral, a descrição das formas de coexistência admite uma pluralidade de conceitos que devem ser organizados pelo modo como se relacionam, seja com enunciados de um mesmo campo, seja com enunciados de campos diversos, seja com enunciados já invalidados. Isso nos remete à ideia de que há conceitos que habitam um mesmo espaço numa dada época e que não são negados pela simples existência de um enunciado oposto às suas margens. Fica claro, dessa forma, que, no que diz respeito aos conceitos, uma formação discursiva pode se definir pela coexistência de relações múltiplas entre os objetos, os modos de enunciação e a conceituação das fronteiras dos objetos. Vale lembrar, novamente, que se trata da dispersão também de conceitos que coexistem e que suas regras de formação devem dar conta dessas práticas díspares que, mesmo assim, não os invalidam.

Uma última tarefa para o arqueólogo consiste na definição dos “[...] procedimentos de intervenção que podem ser legitimamente aplicados aos enunciados” (ibidem, p. 64). Os *procedimentos de intervenção* são muitos e dizem respeito às *técnicas de reescrita*, aos *métodos de transcrição*, aos *modos de tradução*, de *aproximação*, de *delimitação*, de *transferência* e de *sistematização dos enunciados*. Foucault entende os procedimentos de intervenção como aplicáveis a todas as formações discursivas, já que são técnicas textuais gerais que recaem sobre os enunciados e dão condições para a existência material dos conceitos. Tem-se, como incumbência, então, descrever as cadeias textuais que integram a produção dos conceitos no interior das práticas discursivas.

Do mesmo modo que já o havia feito ao falar da formação dos objetos e das modalidades enunciativas, Foucault não admite que essa descrição da organização do campo de enunciados deva contemplar cada um desses elementos – as formas de sucessão, as formas de coexistência e os procedimentos de intervenção – separadamente. Para Foucault, “[...] o que pertence propriamente a uma formação discursiva e o que permite delimitar o grupo de conceitos, embora discordantes, que lhes são específicos, é a maneira pela qual esses diferentes elementos estão relacionados uns aos outros” (2008b, p. 66). É na relação, por exemplo, entre os campos de presença, entre os modos de reescrita e as formas de sucessão que se pode estabelecer os domínios de uma formação discursiva.

Além disso, para que análise não recaia sobre o fechamento dos conceitos em sua dimensão já materializada, Foucault entende que se deve priorizar um nível pré-conceitual. É nesse nível que os conceitos podem coexistir e que suas regras de formação podem ser levantadas. Não se entenda por pré-conceitual, contudo, um nível em que os conceitos repousam esperando para que entrem na ordem do saber. Esse nível se dá já no próprio discurso e nas práticas que agrupam os enunciados. É pela coexistência desses conceitos ao mesmo tempo autorizados e negados e, diga-se de passagem, dispersos em sua localização espacial que se permite conceber regras que os colocam em relação uns aos outros. Nas palavras de Foucault,

O campo pré-conceitual deixa aparecerem as regularidades e coações discursivas que tornaram possível a multiplicidade heterogênea dos conceitos, e, em seguida, mais além ainda, a abundância desses temas, dessas crenças, dessas representações às quais nos dirigimos naturalmente quando fazemos a história das idéias (ibidem, p. 70).

Como se vê, não se trata de uma regularidade homogênea de conceitos que existem, enquanto há pré-conceitos que esperam o momento de sua emergência; mas, de modo diverso, estamos diante de conceitos díspares (e até, discordantes) que coexistem e que são regidos pela mesma formação discursiva. Sua descrição deve contemplar suas formas de sucessão, suas formas de coexistência e os procedimentos que intervêm em sua formulação.

#### 2.1.4 A FORMAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS

Por estratégias, Foucault entende os temas e teorias caracterizados pelos enunciados que provém de certo domínio discursivo. Seu intento, ao falar da formação das estratégias, é o de definir como esses temas se distribuem na história. De antemão, Foucault anuncia certa dificuldade no desenvolvimento dessa hipótese de agrupamento discursivo. Remetendo aos seus trabalhos anteriores, diz que, na *História da Loucura*, esses temas eram relativamente fáceis de serem demarcados, enquanto em *O Nascimento da Clínica* não tratou especificamente das escolhas teóricas e dos conceitos, mas dos modos de enunciação; por último, em *As Palavras e as Coisas*, as escolhas estratégicas foram somente indicadas, sem que houvesse a descrição das regras de formação a que estavam submetidas. Ainda assim, Foucault se propõe a indicar as direções para pesquisas ulteriores que venham a se debruçar especificamente sobre esse tema.

A primeira das direções se caracteriza pela determinação dos “[...] pontos de difração possíveis no discurso” (FOUCAULT, 2008b, p. 73). Estes estão organizados em: *pontos de*

*incompatibilidade, pontos de equivalência e pontos de ligação de uma sistematização.* Inicialmente, como *pontos de incompatibilidade*, temos os casos em que dois objetos, tipos de enunciação ou conceitos distintos não podem ocupar o mesmo lugar em uma série de enunciados (ibidem, p. 73); no caso em que isso acontecer, existe, segundo Foucault, a contradição manifesta. Já por *pontos de equivalência*, sugerem-se os casos em que, mesmo havendo essa incompatibilidade entre objetos, modos de enunciação e conceitos, “[...] suas condições de aparecimento são idênticas” (ibidem, p. 73), ou seja, são inscritos discursivamente pelas determinações de uma mesma formação discursiva. Já tendo identificado essas estratégias enquanto temas e teorias, podemos averiguar que se trata, de forma geral, dos casos em que os temas e teorias se excluem, não podendo existir num mesmo campo de existência, mas que, ainda assim, coexistem, recortando os objetos diferentemente e localizando modos de enunciação díspares. Por fim, os *pontos de ligação de uma sistematização* dizem respeito aos enunciados que possibilitam o surgimento de uma cadeia de novos objetos, conceitos e tipos de enunciação que são inferidos a partir de determinados temas e teorias.

A segunda direção apontada por Foucault consiste na determinação de uma *economia da constelação discursiva*. Esse ponto tem a ver com a relação entre certas práticas discursivas e um domínio maior de regras de formação que determinam seu funcionamento, podendo servir como modelo concreto num nível de abstração mais elevado ou um sistema formal que indica bases de aplicação para outros discursos. O interessante nesse caso é podermos verificar Foucault acredita que pode haver relações também entre formações discursivas e outros níveis de regras de formação. Para ele, há a necessidade de perceber que

Uma formação discursiva não ocupa, assim, todo o volume possível que lhe abrem por direito os sistemas de formação de seus objetos, de suas enunciações, de seus conceitos; ela é essencialmente lacunar, em virtude do sistema de formação de suas escolhas estratégicas. Daí o fato de, uma vez retomada, situada e interpretada em uma nova constelação, uma dada formação discursiva pode fazer aparecerem possibilidades novas [...] (FOUCAULT, 2008b, p. 74).

Essa qualificação da formação discursiva como lacunar e sua remissão a uma constelação discursiva mostra que Foucault não concebe a ideia de um sistema imanente regras que não permite heterogeneidade de discursos em uma mesma prática. Há, na verdade, níveis nas regras de formação e inúmeras relações entre eles.

A terceira instância de relacionamentos que determina as escolhas teóricas e temáticas é aquela que incide sobre as relações entre os discursos e as *práticas não discursivas*. Já

alertamos para a necessidade de nos atermos a essa problemática ainda há pouco. O exemplo que Foucault nos oferece é o seguinte:

[...] a gramática geral desempenhou um papel na prática pedagógica; de um modo muito mais manifesto e muito mais importante, a análise das riquezas desempenhou um papel não só nas decisões políticas e econômicas dos governos, mas nas práticas cotidianas, pouco conceitualizadas e pouco teorizadas, do capitalismo nascente e nas lutas sociais e políticas que caracterizaram a época clássica (ibidem, p. 75).

Esse exemplo serve de provocação para que toquemos numa questão muito delicada: o sentido dado por Foucault, n’*A Arqueologia*, para *práticas discursivas* (e, então, formação discursiva e discurso) e para *práticas não discursivas*. Essa questão é de tamanha importância para aqueles que tomam o método arqueológico como base teórica para o desenvolvimento da análise do discurso (político, midiático, religioso, etc.), como é o nosso caso. Deixaremos para discuti-la em 2.2, quando chegarmos ao final de nossas reflexões sobre *A Arqueologia do Saber*. Por enquanto, a manteremos em suspenso.

Em relação à função do discurso para essas práticas não discursivas, Foucault diz que ela compreende o *regime e os processos de apropriação do discurso*, isto é, os mecanismos segundo os quais os discursos são distribuídos pelas sociedades: quem tem o direito de falar, compreender, manejar esses discursos em discussões e também decisões. Essa função também compreende *as posições possíveis do desejo em relação ao discurso*, uma vez que o discurso desperta, no imaginário simbólico, uma vontade de verdade que o identifica como um instrumento de satisfação. Por fim, Foucault alerta que não se trata de entender essas relações com as práticas não discursivas como extrínsecas às formações discursivas, mas sim como elementos também formadores delas.

Na sequência, Foucault volta a tocar na questão das origens, insistindo no fato de que não tem como intento, na descrição histórica arqueológica, a busca de uma “escolha ao mesmo tempo preliminar e fundamental” enraizada sob a forma de uma “profundidade muda” (FOUCAULT, 2008b, p. 76). Também a descrição das estratégias (temas e teorias) não busca um ponto de origem.

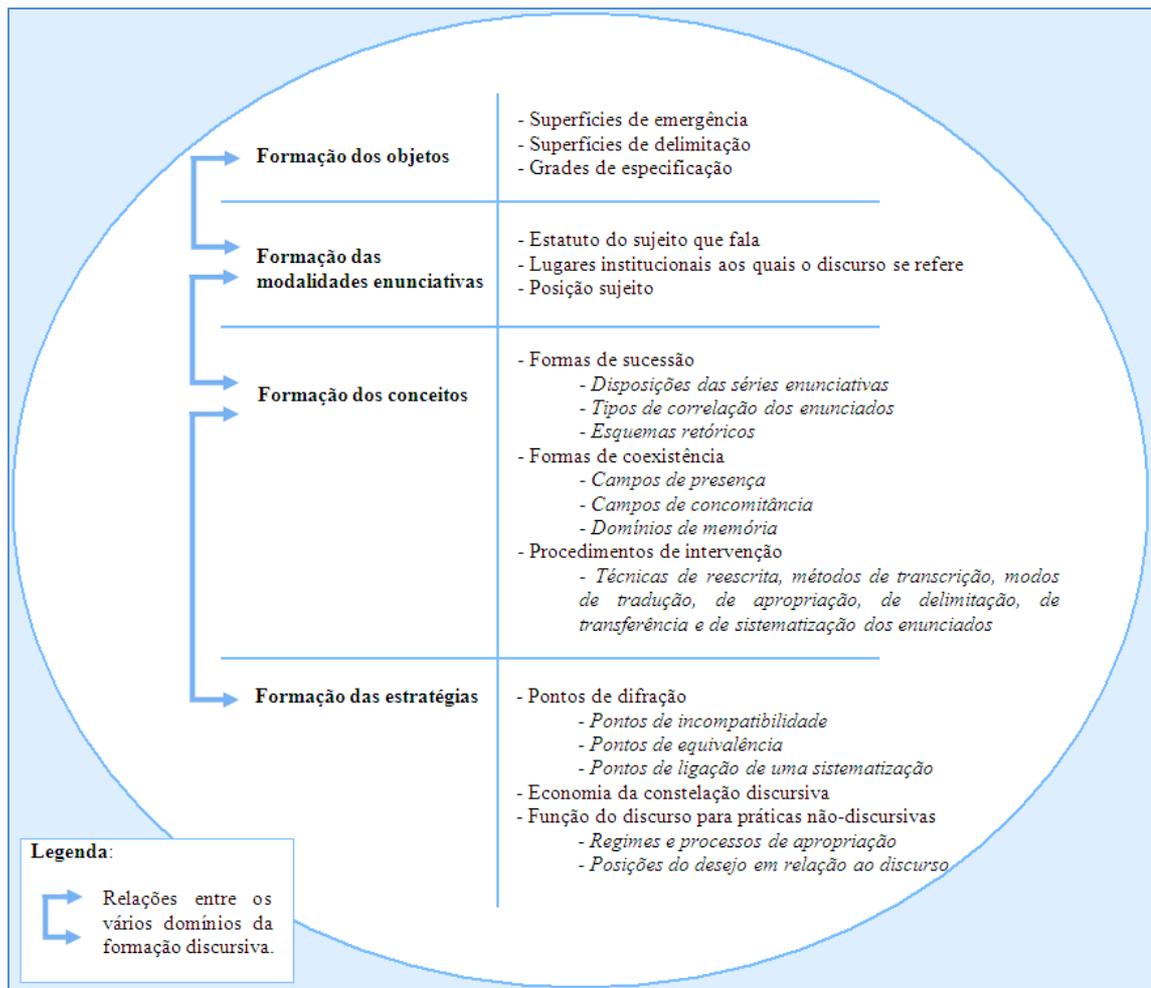
Há, ainda no final da segunda parte d’*A Arqueologia do Saber*, espaço para que Foucault debata sobre os rumos que a pesquisa arqueológica deve tomar a partir do conceito de formação discursiva. É uma espécie de balanço geral. Nesse balanço, o caráter disperso da formação discursiva é o primeiro ponto levantado pelo autor. Segundo ele,

[...] essa própria dispersão – com suas lacunas, falhas, desordens, superposições, incompatibilidades, trocas e substituições – pode ser descrita, em sua singularidade, se formos capazes de determinar as regras específicas segundo as quais foram formados objetos, enunciações, conceitos, opções teóricas: se há unidade, ela não

está na coerência visível e horizontal dos elementos formados; reside, muito antes, no sistema que torna possível e rege sua formação (FOUCAULT, 2008b, p. 80).

O problema lançado incide, então, sobre como descrever esse sistema disperso a partir dos quatro feixes de relações já conceituados (os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos e os temas e opções teóricas). O primeiro ponto esclarecido por Foucault é que estes feixes não podem ser descritos sem que se estabeleçam relações entre eles, uma vez que eles “[...] não são independentes uns dos outros” (ibidem, p. 81). A Figura 01, abaixo, permite uma visão geral das subdivisões que Foucault traça para especificar cada um desses feixes de relação, anteriormente tomados como hipóteses. O que deve ser entendido, assim, é que a determinação dos pontos de escolha e das especificidades de cada uma dessas divisões e subdivisões não se dão de modo a desconsiderar a existência de todo um quadro de relações operante. As relações atravessam todo esse domínio das regras de formação.

**Figura 01** – Feixes de relações das regras de formação de uma formação discursiva.



Enfim, um último ponto a ser abordado: ainda que nos questionemos, ao procurarmos descrever uma formação discursiva segundo as prescrições de Foucault (2008b), sobre o lugar do linguístico ou do semiológico na formação dos objetos, das modalidades enunciativas, dos

conceitos e das estratégias, é preciso especificar, de uma vez por todas, que, n’A *Arqueologia*, o discurso não está no nível da língua e que, para Foucault, a determinação de uma formação discursiva não compreende a descrição e análise dos fenômenos semiológicos que constituem os textos em geral. No que concerne à explanação de Foucault,

O que se descreve como “sistema de formação” não constitui a etapa final dos discursos, se por esse termo entendemos os textos (ou as falas) tais como se apresentam com seu vocabulário, sintaxe, estrutura lógica ou organização retórica. A análise permanece aquém desse nível manifesto, que é o da construção acabada (ibidem, p. 84).

Mais que a pretensão de construir um porto seguro para os analistas de discurso que navegam pelo mar das reflexões que Foucault empreende sobre o discurso, nossa tentativa, até esse ponto, foi a de refletir minuciosamente (e mais uma vez) sobre a dimensão do conceito de formação discursiva. Contudo, esse traçado não indica até aqui, e principalmente para aqueles que pensam na análise de discurso como uma teoria atrelada à linguística um solo firme para defender o empreendimento “Foucault na análise de discurso”. É agora que, muito mais, surgem problemas de diversas ordens, que colocam em xeque esse empreendimento que, para muitos, soa como natural. Na seção a seguir, focalizaremos as reflexões de Foucault sobre o enunciado e o desempenho da função enunciativa. O objetivo é o de caracterizar aquilo que Foucault chama “o átomo do discurso” (FOUCAULT, 2008b, p. 90), o enunciado.

#### 2.1.5 A FUNÇÃO ENUNCIATIVA E A DESCRIÇÃO DOS ENUNCIADOS

Na sequência d’A *Arqueologia*, após definir os quatro grupos organizadores de uma formação discursiva (objetos, modalidades enunciativas, conceitos e estratégias), Foucault se propõe a discutir *O Enunciado e o Arquivo* (2008b, p. 89-149), na terceira parte do livro. O objetivo de Foucault é, então, o de definir esse conceito que vinha sendo mencionado até esse ponto de sua obra, mas que ainda não havia sido delimitado – o conceito de enunciado. De início, Foucault admite que trata o enunciado como o “átomo do discurso”, mas questionamentos, então, surgem:

[...] se o enunciado é a unidade elementar do discurso, em que consiste? Quais são os seus traços distintivos? Que limites devemos nele reconhecer? Essa unidade é ou não idêntica à que os lógicos designaram pelo termo proposição, à que os gramáticos caracterizaram como frase, ou ainda à que os “analistas” tentam demarcar sob o título *speech act*? (ibidem, . 90-1).

O primeiro passo dado por Foucault incide na diferenciação entre o enunciado e essas unidades com as quais poderíamos confundi-lo: a proposição, a frase e o ato de fala. De modo

geral, Foucault insiste no caráter particular do acontecimento e nesse sistema de regras anônimas que constituem a prática discursiva. Por isso, enunciado e proposição não são a mesma coisa. Há a possibilidade de haver proposições iguais, no sentido de que o conteúdo de suas asserções são admitidas como uma mesma verdade, mas que aparecem, na condição de enunciados, em campos de utilização diferentes.

O enunciado, da mesma forma, não equivale à frase. Trazendo a concepção gramatical de frase, aquela que segue o esquema sujeito-predicado, mas também elucidando o modo como os gramáticos enxergam frases em lugares em que este esquema eventualmente não aparece, como no advérbio isolado “Perfeitamente”, Foucault diz que o enunciado está longe de poder ser confundido com a frase. Foucault mostra que o enunciado pode estar desempenhado em um quadro de classificação de espécies, em uma árvore genealógica, nas estimativas de um balanço comercial, em uma equação, em um gráfico, etc. Não se resume, assim, à frase.

Por último, também o ato de fala não deve ser confundido com o enunciado, apesar de, à primeira vista, essa hipótese parecer sustentável. O que Foucault esclarece, nesse ponto, é a diferença entre o acontecimento discursivo, aquele inscrito numa prática e que se funda na existência de enunciados (do mesmo modo que os instaura) e a enunciação, que pressupõe uma postura do enunciadador frente ao ato que enuncia (ordem, pedido, prece, juramento, etc.) e que produz, então, os atos de fala. Foucault não permite que confundamos o enunciado e intenção de quem fala ou o produto dessa fala. Para ele, não se trata de descrever esse momento único de enunciação que produz efeitos imediatos de um solo de nascimento e da caracterização de um enunciado. Foucault defende que, num mesmo ato de fala, diversos enunciados podem estar sendo desempenhados para que o próprio ato se realize: o próprio ato de fala é constituído pela existência de enunciados.

Enunciado, para Foucault (2008b), não é, então, o mesmo que proposição, frase ou ato de fala, à medida que “[...] não se apóia nos mesmos critérios; mas não é tampouco uma unidade como um objeto material poderia ser, tendo seu limites e sua independência” (2008b, p. 97). Não sendo uma unidade, Foucault passa a considerá-lo como função ou desempenho de uma função:

Mais que um elemento entre outros, mais que um recorte demarcável em um certo nível de análise, trata-se, antes, de uma função que se exerce verticalmente, em relação às diversas unidades, e que permite dizer, a propósito de uma série de signos, se elas estão aí presentes ou não. O enunciado não é, pois, uma estrutura [...]; é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem e se justapõem, de que são signos, e

que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita) (ibidem, p. 98).

São os enunciados que atravessam, por meio de sua existência, as demais unidades semiológicas e que lhes permitem também sua própria existência, seu caráter estrutural e seus conteúdos concretos. Foucault se empenhará, na sequência, para descrever o exercício dessa função enunciativa “em suas condições, nas regras que a controlam e no campo em que se realiza” (ibidem, p. 98).

O filósofo indica quatro propriedades do desempenho da função enunciativa: o referencial, o sujeito, o domínio associado e a materialidade. Sabemos, de antemão, que não poderemos tratar enunciado por texto, assim como não o poderíamos ter confundido com proposição, frase e ato de fala, uma vez que o texto é uma unidade de sentidos que se mantém, para além de suas condições de produção, também por conta de sua dimensão linguística; e os enunciados se apresentam, até esse ponto da discussão de Foucault, como elementos constituintes que propiciam a própria existência dos textos e que, por isso, estão no âmbito de “regras anônimas”.

A primeira propriedade da função enunciativa é o referencial. Primeiramente, Foucault o distingue do correlato real ou do significante. O referencial para o enunciado não diz respeito a essas coisas, fatos, realidades ou seres (FOUCAULT, 2008b, p. 103), a partir dos quais caracterizaríamos um tema baseando-nos na natureza já-dada das coisas; mas, ao contrário, ele é constituído “de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas” (ibidem, p. 103). O referencial é dado, deste modo, pela eventualidade do acontecimento discurso e pela forma como a prática discursiva, segundo suas regras de formação, relaciona as palavras e as coisas aos conceitos, temas e tipos de enunciação. Foucault chega a dizer sobre um *nível enunciativo* (ibidem, p. 103) que, diante de todas essas relações (entre as condições e campos de emergência e diferenciação dos indivíduos e dos objetos), permitiria o funcionamento das frases e proposições, no sentido de que, somente por meio dessas relações no nível enunciativo, se poderia pensar, propriamente, na relação significante/significado operando na língua. Trata-se de tentar verificar, pois, as tramas realmente históricas, e que estão no limite de qualquer uso da língua ou da linguagem, que nos permitem estabelecer relações significante/significado de um modo tão natural. Se o enunciado possui um referencial, o arqueólogo do saber procurará explicitar o trançado de relações que tornaram possível esse casamento acidental entre as palavras e as coisas: quais

suas leis de existência, quais suas superfícies de emergência, como funcionam os campos em que coexistem, quais os procedimentos que intervêm nessas relações, etc.

A segunda propriedade tratada por Foucault diz respeito à relação entre o enunciado e um sujeito. Primeiramente, o filósofo esclarece que a descrição do sujeito não consiste nem na descrição do sujeito gramatical caracterizado pelo uso da primeira pessoa dos verbos, nem na designação de um autor empírico para o enunciado. Prevendo discussões que pudessem defender a segunda acepção, Foucault sai do campo da literatura – onde se poderia tentar questionar, ao invés do *status* do sujeito, a “própria essência da literatura” – e passa a discutir a posição sujeito em um tratado de matemática. Nesse exemplo, Foucault deixa claro que o sujeito não é quem ocupa uma posição empiricamente assinalável entre o enunciado e um seu produtor “real”. Na verdade, o desempenho da função enunciativa permite possibilidades de tomada da posição de sujeito. No exemplo do tratado de matemática, Foucault mostra que, para a frase “Já demonstramos que...” (FOUCAULT, 2008b, p. 106), não existe uma posição neutra que pode ser ocupada por quaisquer indivíduos, mas, ao contrário, seu uso compreende

[...] condições contextuais precisas [...]: a posição é então fixada no interior de um domínio constituído por um conjunto finito de enunciados; é localizada em uma série de acontecimentos enunciativos que já se devem ter produzido; é estabelecida em um tempo demonstrativo cujos momentos anteriores jamais se perdem e que não têm, pois, necessidade de serem recomeçados e repetidos identicamente, para se apresentarem de novo [...]; é determinada pela existência prévia de um certo número de operações efetivas que talvez não tenham sido feitas por um único e mesmo indivíduo (o que fala no momento), mas que pertencem, de direito, ao sujeito enunciante e que estão à sua disposição, podendo ser por ele retomadas quando necessário (ibidem, p. 106).

A justificativa de Foucault para negar que o autor seja sujeito do enunciado se baseia, como podemos notar, na relação do enunciado com a rede em que este se insere. Fala-se de um “conjunto finito de enunciados” em que essa posição sujeito é assumida, de uma “série de acontecimentos enunciativos” que precedem a própria formulação, de relações temporais que manifestam a existência de enunciados anteriores e, inclusive, de “um certo número de operações efetivas” que, no nível das tantas formulações já-dadas, estão à disposição do funcionamento da posição sujeito. O que Foucault destaca, então, é que o desempenho do sujeito na função enunciativa corresponde às possibilidades da tomada de diversas posições a partir das relações estabelecidas entre o enunciado e a rede enunciativa a qual ele se encontra ligado: rede de outros enunciados existentes e temporalmente marcados, rede de enunciados dados como acontecimentos discursivos, rede de posições sujeito já desempenhadas e intercambiáveis entre os enunciados produzidos e os que estão em via de produção. Logo, o sujeito nem é propriamente linguístico – e isso não nos é tão estranho, já que tanto as teorias

enunciativas baseadas em Bakhtin (1992) quando a própria AD francesa já trabalham há muito com essa noção de um sujeito exterior ao funcionamento das formas linguísticas (o locutor do texto, aquele que vai para além do “eu” gramatical); nem é o sujeito-autor das próprias teorias enunciativas ou aquele em torno do qual está centrado o ato de linguagem, no sentido dado por Benveniste (1989). Na verdade, para Foucault, “[...] Não é preciso haver alguém para produzir um enunciado; o enunciado não remete para nenhum *cogito* ou *sujeito* transcendental que o tornaria possível, nem para um Eu que o pronunciaria pela primeira vez” (DELEUZE, 2005, p. 15). Longe de ser o autor/locutor do texto, Foucault entende o sujeito como um “lugar vazio”:

Não é preciso, pois, conceber o sujeito do enunciado como idêntico ao autor da formulação, nem substancialmente, nem funcionalmente. Ele não é, na verdade, causa, origem ou ponto de partida do fenômeno da articulação escrita ou oral de uma frase: não é, tampouco, a intenção significativa que, invadindo silenciosamente o terreno das palavras, as ordena como o corpo visível de sua intuição; não é o núcleo constante, imóvel e idêntico a si mesmo de uma série de operações que os enunciados, cada um por sua vez, viriam manifestar na superfície do discurso. É um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes; mas esse lugar, em vez de ser definido de uma vez por todas e de se manter uniforme ao longo de um texto, de um livro ou de uma obra, varia – ou melhor, é variável o bastante para poder continuar idêntico a si mesmo, através de várias frases, bem como para se modificar a cada uma (FOUCAULT, 2008b, p. 107).

Falar das regras de existência do sujeito no desempenho da função enunciativa não é, no sentido apontado por Foucault, nem tentar recortar e descrever as relações do sujeito empírico com as condições de produção do texto para entender os efeitos de sentido suscitados pela materialidade linguística, nem tampouco sair à procura das intenções de um locutor no momento da enunciação. Para Foucault, é a própria relação da prática discursiva com a produção de enunciados que opera as possibilidades de manifestação e aparecimento das diversas posições sujeito. Por isso, são posições que podem se manter ou mudar, de acordo com as determinações históricas às quais estão submetidas.

Foucault ainda apresenta as relações dos enunciados com o domínio associado no qual se colocam em jogo. A diferenciação que, primeiramente, Foucault estabelece trata de mostrar que, diferentemente da frase e da proposição, o enunciado necessita, para seu desempenho, de algo semelhante a um contexto em que seria produzido. Foucault entende que tanto frases quanto proposições podem ser, se não compreendidas, pelo menos decodificadas sem que haja o estabelecimento de relações entre elas e um domínio de outras frases e proposições em que estejam inclusas. O filósofo exemplifica com os casos da ambiguidade ou do fenômeno da dêixis, em que o sentido se coloca para fora da própria estrutura verbal; porém, para ele, ainda

assim, a frase possui uma existência gramatical verificável e analisável. À primeira vista, temos a impressão de que se trata, para Foucault, desse contexto de produção ou de condições de produção do enunciado, ou seja, um domínio exterior a este e que condiciona seu aparecimento e as relações de significação permitidas. Todavia, Foucault logo nega essa hipótese. Para ele, o campo associado indica a presença de todos os enunciados que cercam o desempenho da função enunciativa: “[...] um enunciado tem sempre margens povoadas de outros enunciados” (FOUCAULT, 2008b, p. 110). São essas margens que, segundo o autor, não se deve deixar confundir com o contexto:

Essas margens se distinguem do que se entende geralmente por “contexto” – real ou verbal –, isto é, do conjunto de elementos de situação ou de linguagem que motivam uma formulação e lhe determinam o sentido. E elas dele se distinguem na medida em que o tornam possível: a relação contextual não é a mesma entre uma frase e as que a envolvem, caso se trate de um romance ou de um tratado de física; não será a mesma entre uma formulação e o meio objetivo, caso se trate de uma conversa ou de um relatório de experiência (ibidem, p. 110).

No entendimento de Foucault, são essas margens dos enunciados que, além de definir suas funções de existência, determinam propriamente aquilo que se entende por contexto (“conjunto de elementos de situação ou de linguagem”). Como é possível assinalarmos a partir dessa citação, o campo (ou domínio) associado que integra a função enunciativa não existe a nível de relação pragmática entre o enunciado e uma situação real de enunciação, mas, ao contrário, fornece elementos constitutivos para a própria enunciação e também para o próprio contexto (“elas dele se distinguem na medida em que o tornam possível”), uma vez que define regras históricas para a constituição desse contexto imediato e dos enunciados flagrados a partir dele.

O campo associado também não tem a ver, para Foucault, com uma memória inscrita na mente do falante, como um aparato de textos disponíveis para serem utilizados em tal ou tal situação. Para Foucault,

[...] segundo a posição, o *status* e o papel de uma formulação entre todas as outras – conforme se inscreva no campo da literatura ou deva se dissipar como um propósito indiferente, conforme faça parte de uma narração ou comande uma demonstração –, o modo de presença dos outros enunciados na consciência do sujeito não será o mesmo; não é nem o mesmo nível, nem a mesma forma de experiência linguística, de memória verbal, de evocação do já dito que são utilizadas (2008b, p. 110).

Isso nos diz que a relação de dependência entre o enunciado e o campo associado envolve também experiências entre o sujeito e esse domínio de presença que caracteriza o próprio desempenho da função enunciativa. O enunciado é margeado de outros enunciados,

havendo uma relação de dependência entre a existência de um enunciado e de outros que a ele sejam anteriores. Foucault oferece a seguinte definição para o campo associado:

[...] Ele [o campo associado] é constituído, de início, pela série de outras formulações, no interior das quais o enunciado se inscreve e forma um elemento [...]. É constituído, também, pelo conjunto das formulações a que o enunciado se refere (implicitamente ou não), seja para repeti-las, seja para modificá-las ou adaptá-las, seja para se opor a elas, seja para falar de cada uma delas; não há enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados [...]. É constituído, ainda, pelo conjunto das formulações cuja possibilidade ulterior é propiciada pelo enunciado e que podem vir depois dele como sua consequência, sua sequência natural, ou sua réplica [...]. É constituído, finalmente, pelo conjunto de formulação cujo *status* é compartilhado pelo enunciado em questão, entre as quais toma lugar sem consideração de ordem linear, com as quais se apagará, ou com as quais, ao contrário, será valorizado, conservado, sacralizado e oferecido como objeto possível, a um discurso futuro [...]. Pode-se dizer, de modo geral, que uma sequência de elementos linguísticos só é enunciado se estiver imersa em um campo enunciativo em que apareça como elemento singular (FOUCAULT, 2008b, p. 111).

Podemos organizar essa definição de Foucault sobre o campo associado da seguinte forma: o campo associado se constitui das relações entre o enunciado e (a) uma rede de outras formulações na qual o enunciado se inscreve, (b) uma rede de formulações às quais o enunciado se refere, (c) uma rede de formulações propiciadas pela própria existência do enunciado e (d) uma rede de formulações cujo surgimento coexiste ao próprio surgimento do enunciado. Demarcadas essas relações, Foucault insiste que o enunciado, dentre elas, é caracterizado como elemento singular – o que faz com que o fenômeno de irrupção do enunciado seja equiparado à irrupção de um acontecimento discursivo, algo que podemos justificar, inclusive, pelo uso do termo *acontecimento enunciativo* (FOUCAULT, 2008b, p. 106). Na descrição do campo associado, encontramos, então: um grupo de enunciados que estabelecem relação direta com um enunciado em questão, grupo este formado por (a) e (b); um grupo de enunciados que está fora das margens deste enunciado, mas que coexiste à sua existência, formado por (d); e um último grupo de enunciados que deverá seu surgimento ao próprio surgimento deste enunciado singular, grupo (c).

A última propriedade do desempenho da função enunciativa é a materialidade do enunciado. Ao abordá-la, Foucault nos dá indicações sobre a relação entre a existência dos enunciados e sua inscrição em diferentes gêneros textuais. A materialidade do enunciado é o que lhe garante certo estatuto na rede dos enunciados já formulados e que, por isso, constitui parte do desempenho do enunciado:

Composta das mesmas palavras, carregada exatamente do mesmo sentido, mantida em sua identidade sintática e semântica, uma frase não constitui o mesmo enunciado se for articulada por alguém durante uma conversa, ou impressa em um romance; se foi escrita um dia, há séculos, e se reaparece agora em uma formulação oral. As

coordenadas e o *status* material do enunciado fazem parte de seus caracteres intrínsecos (2008b, p. 113).

Foucault está dizendo, dessa forma, sobre a prática social que subjaz a enunciação e que define superfícies de desempenho dos enunciados. Se a materialidade do enunciado é condição de um estatuto que o enunciado ocupa em uma rede, então também é a materialidade uma propriedade operante sobre as relações entre sentido e história: a materialidade é lugar de inscrição da história. Segundo Foucault, “[...] a materialidade do enunciado não é definida pelo espaço ocupado ou pela data da formulação, mas por um *status* de coisa ou de objeto, jamais definitivo, mas modificável, relativo e sempre suscetível de ser novamente posto em questão” (2008b, p. 115). Sendo assim, não é o fenômeno de dar existência ao enunciado que determina seu desempenho, mas o conjunto de regras que dão estatuto e valor à própria materialidade. É como se Foucault quisesse mostrar que as formas materiais que efetivam a inscrição dos enunciados em superfícies linguísticas estão nos limites da história: “O regime de materialidade a que obedecem necessariamente os enunciados é, pois, mais da ordem da instituição do que da localização espaço temporal” (FOUCAULT, 2008b, p. 116).

Oferecendo, como base metodológica de descrição do enunciado, quatro propriedades de desempenho da função enunciativa, Foucault (2008b) procura mostrar o funcionamento mais elementar dos “átomos do discurso”. Vale lembrar, contudo, que Foucault se ocupou de grandes descrições arqueológicas, de períodos de longa duração. Para nós, analistas de discurso, o desafio é outro: longe da pretensão de analisar longos períodos históricos, precisamos mostrar a função enunciativa se desempenhando em séries menores de enunciados e, nesse exercício, levantar problemas da ordem da significação: como as formas linguísticas estabelecem, nos meandros da história, relações com referenciais? Qual a ordem da tomada da posição subjetiva e em que limite as idiosincrasias do sujeito empírico se impõem? Como levantar e descrever a relação do enunciado com um domínio de outros enunciados que estão à sua margem? Como fixar um esquadramento da materialidade linguística que nos permita relacioná-la às instituições em que se apóiam?

### 2.1.6 ENUNCIADO, FORMAÇÃO DISCURSIVA E ARQUIVO

Havíamos descrito, nas subseções que formam essa parte de nosso texto, quatro grandes direções de análise por meio das quais se poderia dividir uma formação discursiva: os objetos, as modalidades enunciativas, os conceitos e as estratégias. Foucault traça essa divisão e todas as demais ramificações que ela suscita: se trata, para ele, de compreender esferas

particulares que delineiam a formação e transformação dos saberes em uma sociedade. Esse foi o primeiro passo metodológico.

O segundo deles consistiu, na sequência, em definir as unidades menores que estariam filiadas a uma formação discursiva: os enunciados. Foucault (2008b) logo alertou que a análise não tinha a ver com a identificação de unidades, mas, ao contrário, dizia respeito à decomposição de uma função enunciativa que se desempenha. Desta função, Foucault destaca quatro componentes: o referencial, o sujeito, o campo associado e a materialidade.

Foucault ainda distinguirá, e podemos tratar disso rapidamente nesse ponto, outras características do desempenho da função enunciativa: a raridade, a exterioridade e o acúmulo. O enunciado é raro porque poucas coisas são efetivamente ditas; a condição de existência do enunciado o torna raro na medida em que flagra um montante enorme de coisas que não se tornaram enunciados. O enunciado é exterior porque seu limite não é marcado pela consciência individual ou por uma subjetividade transcendental, tampouco por caracteres de sua estrutura interna; o enunciado está submetido a um campo de relações com outros enunciados, ele se coloca fora de sua própria existência material. Por fim, o enunciado se volta a formas de acúmulo porque se coloca no jogo dos enunciados que compõem um domínio de memória: enunciados que se acumulam e que se prestam constantemente a relações com outros enunciados. Resta, então, entender a relação entre enunciado, discurso, formação discursiva e prática discursiva.

Para Foucault, as quatro direções apontadas para o estudo das formações discursivas são os domínios de exercício da função enunciativa. A partir do quadro da formação dos objetos e de suas grades de especificação, por exemplo, poder-se-ia recortar os enunciados que aí se exercem e descrevê-los em todas suas propriedades, ou, de modo oposto, haveria a possibilidade de se analisar um grupo de enunciados e chegar à descrição de um domínio específico de uma formação discursiva. O caminho metodológico partiria do tratamento dos enunciados para chegar à descrição da FD.

Já o discurso, em si, é designado por Foucault como “[...] um conjunto de enunciados, na medida em que se apóiem na mesma formação discursiva” (2008b, p. 132). Sendo o discurso esse conjunto limitado de enunciados, podemos considerá-lo no meio do caminho entre os enunciados e a formação discursiva. Fica a dúvida se ele diz respeito somente a uma ferramenta metodológica que seria utilizada a fim de organizar, para fora da dispersão, os enunciados que são determinados pelas mesmas regras de formação. Por fim, a prática discursiva é conceituada como “[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma

determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 2008b, p. 133).

Dois últimos conceitos são tratados por Foucault antes que possamos, definitivamente, fazer um fechamento do percurso metodológico para o arqueólogo do saber: o *a priori* histórico e o arquivo. O *a priori* histórico diz respeito a uma história determinada das coisas efetivamente ditas. Foucault não deixa, contudo, de caracterizá-lo, como um conjunto transformável (ibidem, p.145), o que garante o alívio daqueles que já imaginavam a cristalização da história amparando as condições de existência dos enunciados. Já o arquivo, antes de ser “[...] a soma de todos os textos que uma cultura guardou em seu poder, como documentos de seu próprio passado” (ibidem, p. 146), é tratado por Foucault como “[...] o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares” (ibidem, p. 147). É o arquivo que agrupa todas as coisas ditas em diferentes tipos de relações e que dá existência ao que Foucault chama *sistema de enunciabilidade* (ibidem, p. 147). O filósofo deixa clara a impossibilidade de descrição do arquivo por completo ou mesmo de regiões inteiras do arquivo, uma vez que este é o horizonte maior de organização das possibilidades de relacionamentos que garantem o exercício da função enunciativa, controlando o aparecimento e desaparecimento dos enunciados.

É assim que podemos, então, definir o trajeto do trabalho do arqueólogo: o objetivo seria (a) o de descrever o desempenho da função enunciativa, localizando as condições de existência dos enunciados e as relações que estes estabelecem entre si; (b) agrupar os enunciados em séries enunciativas coexistentes num mesmo campo associado e, a partir disso, definir o funcionamento de um discurso remetendo-o às mesmas regras de formação; (c) delinear, baseando-se nos conjuntos de enunciado já descritos, domínios de existência de uma formação discursiva (seja por meio de seus objetos, de suas modalidades enunciativas, de seus conceitos ou de suas teorias); e (d) localizar essa formação discursiva no interior do arquivo. Talvez, desses quatro passos metodológicos, o último seja praticamente impossível de ser realizado, visto que mesmo Foucault alerta para a dificuldade de relacionar uma formação discursiva ao arquivo. De qualquer forma, já sabemos que a principal tarefa é a de se utilizar da descrição dos enunciados para o delineamento da regularidade que caracteriza o funcionamento de uma formação discursiva. O trabalho é o de partir do disperso em direção ao regular: localizar, nas práticas discursivas, as definições do exercício dos enunciados e, então, poder agrupá-los em séries que formarão discursos e que nos indicarão os domínios das formações discursivas.

A descrição dos enunciados nessa proposta foucaultiana se coloca diante de nós como uma possibilidade de fazer análise de discurso. Primeiramente, isso se deve ao modo como concebe o discurso enquanto efeito de regras históricas, ou seja, relaciona, de qualquer forma, a materialidade linguística e a exterioridade histórica que a afeta. Depois porque concebe essa materialidade linguística como pertinente para a própria análise do desempenho da função enunciativa.

Todavia, entre todos os questionamentos que deixamos em aberto, um em particular nos parece mais problemático para os analistas do discurso que trilham as reflexões de Michel Foucault: aquele sobre o domínio das práticas não discursivas e sua relação com as práticas discursivas. A questão das práticas não discursivas suscita uma reflexão em torno das relações entre a arqueologia, as ciências e a história das ideias. Havíamos prometido voltar a essa questão quando discutimos a formação das estratégias (cf. 2.1.4) e agora é chegado o momento de enfrentar sua análise e, principalmente, suas consequências.

## **2.2 SOBRE AS PRÁTICAS DISCURSIVAS E O PAPEL DO ARQUEÓLOGO/ANALISTA DE DISCURSO**

Foucault descreve saberes, não ciências ou disciplinas. Para ele, importam muito mais as relações heterogêneas que, filiadas a práticas discursivas, sistematizam a distribuição dos saberes que a sistematicidade lógica e causal que liga os acontecimentos a um mesmo fio condutor.

Como já apontamos, essa peculiaridade da descrição arqueológica faz com que os termos “discurso”, “prática discursiva” e “saber” ganhem dimensões específicas na obra de Foucault. Evidentemente, ao falar de discurso, Foucault (2008a) não diz sobre a política, a religião, as artes ou a mídia. Ele persegue a emergência dos saberes que definiram objetos próprios em torno das doenças psicopatológicas, que deliberaram os modos pelos quais os médicos atuam diante das doenças e também que dispuseram o leque de conceitos que poderiam, em dada época, aparecer e se modificar na história natural, na análise das riquezas e nos estudos gramaticais.

Não é o caso, contudo, de afirmarmos que Foucault não tratou da relação entre os saberes e a política, a religião, as artes etc. Uma das marcas fundamentais da aplicação do método arqueológico é a disposição do pesquisador para relacionar a produção e distribuição dos saberes às mais diversas instituições que constituem a sociedade. Essas práticas institucionais não pertencentes aos campos dos saberes e das formações discursivas são as que

Foucault chama de práticas não discursivas. Atentemos para a seguinte passagem de *A Arqueologia do Saber*:

A arqueologia faz também com que apareçam relações entre as formações discursivas e domínios não discursivos (instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos). Tais aproximações não têm por finalidade revelar grandes continuidades culturais ou isolar mecanismos de causalidade. Diante de um conjunto de fatos enunciativos, a arqueologia não se questiona o que pôde motivá-lo (esta é uma pesquisa dos contextos de formulação); não busca, tampouco, encontrar o que neles se exprime (tarefa de uma hermenêutica); ela tenta determinar como as regras de formação de que depende – e que caracterizam a positividade a que pertence – podem estar ligadas a sistemas não discursivos: procura definir formas específicas de articulação (FOUCAULT, 2008a, p. 182-183).

As práticas não discursivas são, portanto, aquelas ligadas à cultura, à política, à religião, às artes, à literatura, à economia, enfim, às instituições em geral e às práticas cotidianas. As práticas discursivas, por outro lado, são tratadas, durante toda *A Arqueologia do Saber*, como aquelas subjacentes à produção de saberes, à vontade de verdade e a regimes de conceitualização e teorização. Nas palavras de Baronas, o método arqueológico é “[...] uma teoria que procura compreender o funcionamento dos discursos que constituem as ciências” (2007, p. 172) e, justamente por isso, não aborda quaisquer atos discursivos, mas “[...] ‘atos discursivos sérios’, isto é, enunciados que manifestam uma incessante ‘vontade de verdade’” (2007, p. 173).

Já no momento em que Foucault dizia sobre a formação das estratégias, ele deixa claro que é tarefa do arqueólogo do saber mostrar as relações entre as práticas discursivas e as práticas não discursivas:

[...] a gramática geral desempenhou um papel na prática pedagógica; de um modo muito mais manifesto e muito mais importante, a análise das riquezas desempenhou um papel não só nas decisões políticas e econômicas dos governos, mas nas práticas cotidianas, pouco conceitualizadas e pouco teorizadas, do capitalismo nascente e nas lutas sociais e políticas que caracterizaram a época clássica (FOUCAULT, 2008b, p. 75).

Contudo, do ponto de vista terminológico, essa diferenciação entre práticas discursivas e não discursivas traz consequências para a AD. Sabemos que, na tradição da Análise de Discurso francesa, é comum a utilização do termo discurso para designar as relações entre qualquer produção textual humana e a história ou as ideologias. Concebemos o discurso como o atravessamento do texto pela história e pela ideologia e, desse ponto de vista, toda e qualquer produção textual ordinária possui discurso. Se nos debruçarmos sobre *A Arqueologia do Saber*, entenderemos que os discursos são, ao contrário, somente os conjuntos de enunciados regidos por práticas discursivas que produzem, mantêm ou transformam os

saberes. Como diz Hall, ao refletir sobre a importância dos trabalhos de Foucault para pensar a relação entre representação, língua e cultura,

Normally, the term ‘discourse’ is used as a linguistic concept. It simply means passages of connected writing and speech. *Michel Foucault, however, gave it a different meaning.* What interested him were the rules and practices that produced meaningful statements and regulated discourse in different historical periods. By ‘discourse’, Foucault meant ‘a group of statements which provide a language for talking about – a way of representing the knowledge about – a particular topic at a particular historical moment. [...] *Discourse is about the production of knowledge through language*’ (1997, p. 44, grifos nossos).

Como muito bem mostra Hall (1997), discurso e saber (ou conhecimento), no sentido oferecido pelas reflexões de Foucault, possuem uma relação intrínseca. Cabe-nos questionar, então, a validade do método arqueológico para a análise daqueles discursos que, tomados sob o olhar do Foucault arqueólogo, não seriam sequer chamados de *discursos*: os discursos da política, da religião, da literatura e da mídia. Não é tão calmamente que se pode, *strictu sensu*, utilizar o método arqueológico para a análise dos discursos provenientes desses domínios ou campos, pois se trata de discursos que, mesmo conservando relações estreitas com as práticas discursivas, não se definem como saberes.

N’A *Arqueologia*, saber e verdade estão relacionados à produção do conhecimento. Do ponto de vista metodológico, isso implicaria, para o analista do discurso, se valer dos conceitos de saber e verdade foucaultianos apenas quando da análise dos relacionamentos entre os discursos das ciências (mas também aqueles em vias de se tornarem científicos) e os demais domínios, aqueles que Foucault (2008b) chama de não discursivos.

Possenti (2009) já problematizou o modo como foram ampliadas as acepções dos conceitos de saber e verdade, tomados da arqueologia de Foucault. Segundo esse autor, tais conceitos estão sendo aplicados a domínios nos quais Foucault originalmente não os aplicou. A título de exemplo, segue a seguinte passagem de Possenti:

Tem sido cada vez mais comum considerar que qualquer enunciado que tenha como correlato algum tipo de prática seja considerado uma forma de saber, com imediata remissão a Foucault. Os exemplos são diversos, talvez muitos, e são tomados, em geral, de campos que poderiam ser chamados da cultura: cozinhar, contar histórias, citar provérbios, dar notícias... Ora, mesmo que tais enunciados sejam correlatos de práticas, certamente Foucault não os incluiria nos campos de saber. Foucault estipula que o saber é correlato de práticas, é verdade, mas isso não basta. Para ele, é preciso que se trate de certas práticas, não de quaisquer práticas (2009, p. 170).

A leitura de Possenti (2009) a respeito dessas duas noções procura mostrar que sua validade se dá no âmbito de algumas práticas específicas, e não, de forma geral e como tem sido feito, no âmbito de práticas dos campos culturais como um todo. Na leitura dos analistas do discurso, as práticas discursivas corresponderiam àquelas inscritas em quaisquer campos, e

todos esses campos seriam nomeados como campos do saber: “[...] cozinhar, contar histórias, citar provérbios, dar notícias”, etc. (POSSENTI, 2009, p. 170). Contudo, Possenti chama a atenção para o fato de que, n’A *Arqueologia*, Foucault trata de “[...] certas práticas, não de quaisquer práticas” (ibidem, p. 170). Isso ainda pode nos levar a problematizar, para além das noções de saber e verdade, os conceitos de prática discursiva, discurso e formação discursiva, como são trabalhados n’A *Arqueologia*.

Ao tratar de práticas, note-se que Possenti (2009) toma o cuidado de não classificá-las como discursivas ou não discursivas, já que isso acarreta outro problema terminológico e metodológico, além desse relacionado aos conceitos de saber e verdade. Talvez pudéssemos admitir que, ao analisar discursos da mídia e da política, não estamos lidando tão especificamente com práticas discursivas, mas sim com práticas não discursivas. Outra questão problemática, além dessa, é que, do ponto de vista foucaultiano, na análise dos discursos da mídia ou na análise dos discursos políticos, não estaríamos lidando, especificamente, com saberes e com discursos, ou seja, o conceito de formação discursiva não seria aplicável a esses domínios – só no caso em que os objetivos da pesquisa mostrassem a relação entre tais domínios e os campos dos saberes.

Ora, o método arqueológico, conforme é desenrolado por Foucault, nos remete insistentemente ao andamento dos trabalhos anteriores desse filósofo. *A História da Loucura* (2008c), *O Nascimento da Clínica* (2008d) e *As Palavras e as Coisas* (2007) são ora ou outra evocados na exemplificação das categorias de análise propostas. São três trabalhos que, na esteira do que discute Possenti (2009), abordam o conceito de saber de modo a relacioná-lo insistentemente à produção do conhecimento, à formação de conceitos e à teorização. Há sempre uma relação entre saber e ciência, apesar de Foucault não admitir que a descrição arqueológica seja a descrição de ciências, isso para que não se confunda a arqueologia do saber com a história das ideias. Em seus trabalhos, Foucault mostra os saberes que constituem, nos meandros de acontecimentos relacionados, o surgimento das psicopatologias (2008c); também analisa a formação dos saberes sobre a medicina (2008d); e, por último, o campo de acontecimentos que fizeram eclodir os saberes da linguística, da economia e da biologia (2007). Desde seus primórdios e antes de seus estatutos (ou não) de ciência, foram todos saberes que, no modo como se constituíram e no campo de relações em que se encontravam, formarão ou não campos da ciência. Mas o ponto é que essas análises são todas continuamente evocadas n’A *Arqueologia do Saber*, o que realmente nos leva a considerar o saber como o (pré)científico e a verdade como produção do saber, uma vez que Foucault se apoia nessas suas pesquisas a fim de construir o método arqueológico.

Tal é a insistência nos saberes (esses ligados a algo que vem a constituir uma cientificidade) que podemos concluir, como temos dito, que se trata também de entender a formação discursiva na condição de sistema disperso *de saberes*, ou seja, um conjunto de regras de formação histórica *dos saberes*. Notemos que mesmo as direções de Foucault sobre o delineamento de uma formação discursiva nos garantem a definição de um campo de cientificidade: objetos, tipos de enunciação, conceitos, temas e teorias estão todos relacionados à composição de uma ordem de saberes bem específicos: os saberes das ciências, aqueles que instauram, do modo como Foucault mostra em *A Ordem do Discurso* (2008a), a diferenciação entre verdadeiro e falso.

Relacionando essas discussões ao lugar que temos ocupado, no papel de analistas de discurso trabalhando na perspectiva de Foucault, pareceria no mínimo estranho aplicar esses conceitos a outros campos discursivos sem uma discussão preliminar que apontasse todas as ressalvas que devem ser abertas – principalmente porque estamos acostumados a tomar discursos da mídia, da política, da religião, da cultura popular, entre outros, como objetos de análise. Primeiramente, se trata de um cuidado em verificar que Foucault não fala de quaisquer saberes – como já disse Possenti (2009); se não são saberes estritamente relacionados ao campo da ciência, ao menos são saberes que justificam certa vontade de verdade. Depois, ainda é necessário entender que, ao lado do que Foucault (2008b) chama prática discursiva, há uma acepção para prática não discursiva, que envolve, para Foucault (2008b), campos como o pedagógico, o político e o econômico. Talvez não fosse arriscado – em hipótese – chamar as pesquisas que se centram em objetos midiáticos de pesquisas que, no sentido foucaultiano, tratam de práticas não discursivas. Seriam as pesquisas que se debruçam sobre os discursos da religião, da política, da mídia etc. e que não abordam as relações entre esses discursos e os saberes. Seriam pesquisas que, no limite, não estariam descrevendo discursos e nem tratando de práticas discursivas.

Podemos projetar, em forma de esboço preliminar, duas alternativas para esse problema de aplicação do método arqueológico a domínios não discursivos. A primeira delas é simples e óbvia: há a possibilidade de, na análise dos discursos da mídia, da política, da religião, das artes etc., fazer aparecerem as relações entre esses domínios não discursivos e os domínios dos saberes. Essa alternativa foi trabalhada recentemente por Possenti<sup>8</sup> na ocasião

---

<sup>8</sup> Possenti ofereceu uma análise sobre a relação entre a mídia e os saberes na oficina “Foucault e a Verdade: um exemplo”, realizada por conta das “Oficinas de Análise do Discurso: questões de teoria, método e análise”, na Universidade Estadual de Maringá, em agosto de 2010.

em que o autor mostrava justamente que a tomada do conceito de verdade de Foucault para a análise de textos midiáticos pressupõe a detecção das relações entre esses textos e os saberes.

A segunda alternativa seria a de realmente fazer aumentar o alcance dos conceitos de Foucault (2008b) e tentar aplicá-los a domínios diferentes daqueles com os quais o filósofo trabalhou. A tentativa seria a de fazer as quatro direções de análise de uma FD e também suas subdivisões funcionarem para a delimitação e descrição de domínios não discursivos. No caso dos trabalhos em análise de discurso que tem como objeto de interpretação, por exemplo, discursos políticos, da mídia ou da literatura, entendemos que essa seja a melhor alternativa, mesmo que implique um trabalho mais árduo de adaptação de alguns conceitos e de invalidação de outros. Seria algo similar a uma operacionalização do conceito de formação discursiva para a análise de discursos da mídia. Análises nessa direção podem ser encontradas, por exemplo, em trabalhos de Gregolin (2001; 2003; 2004; 2006), de Sargentini (2004; 2006), de Fernandes (2006) e de Navarro (2006; 2008), isso sem mencionar um conjunto muito expressivo de pesquisas já realizadas e em desenvolvimento por professores de várias instituições do Brasil que buscam subsídios teóricos e metodológicos em Michel Foucault.

Nosso objetivo, contudo, é investir no conceito de formação discursiva e aplicar suas quatro direções de análise a um objeto concebido a partir de práticas não discursivas. Um dispositivo teórico que auxilie nessa empreitada exige, além de uma discussão sobre o próprio conceito de formação discursiva no método arqueológico, também uma discussão sobre dois outros conceitos oferecidos por Foucault (2008b): o de enunciado reitor e o de árvore de derivação enunciativa. Esses dois conceitos estão atrelados à disposição das categorias de enunciado, acontecimento discursivo e série no método arqueológico.

### **2.3 PELA CONSTRUÇÃO DE UM DISPOSITIVO TEÓRICO**

Na empreitada arqueológica, três categorias ou conceitos se impõem como relevantes na constituição do dispositivo de análise: enunciado, acontecimento discursivo e série enunciativa. Quanto ao conceito de enunciado, imaginamos que já se pôde deixar claro (cf. 2.1.5) que ele diz respeito, para Foucault, ao desempenho de uma função de existência – função essa que percorre desde as relações do enunciado com seu referencial e com as modalidades enunciativas que nele operam até a identificação do domínio de outros enunciados em que se insere e a análise do estatuto de sua materialidade como signo de sua existência.

Na relação com a AD propriamente dita, Courtine (2010) lembra da confusão ao se associar o enunciado e o discurso somente às suas propriedades linguísticas. Courtine afirma tanto que o discurso não é um objeto linguístico (2010, p. 24), quanto que “O enunciado como átomo de discurso e o enunciado como fragmento de texto não poderiam ser tomados um pelo outro” (ibidem, p. 26): são linhas importantes de serem demarcadas, uma vez que mostram o modo como, para Foucault, a análise dos enunciados tem mais a ver com a descrição da função de existência histórica destes que com a descrição de seus caracteres linguísticos ou semiológicos. Este mesmo fato é também lembrado por Navarro, ao afirmar que, “[...] mesmo que [Foucault] considere que a existência material seja um dos componentes necessários para a realização do enunciado”, “[...] o ‘real da língua’ não é objeto de Michel Foucault” (NAVARRO, s/d, p. 04).

O acontecimento discursivo, por sua vez, tem a ver com o estatuto que Foucault dá à regularidade do enunciado em sua relação com o arquivo. Para o filósofo, é necessário que se reconheça a singularidade de cada enunciado como um acontecimento discursivo. Nas palavras de Foucault,

[...] um enunciado é sempre um acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente. Trata-se de um acontecimento estranho, por certo: inicialmente porque está ligado, de um lado, a um gesto de escrita ou à articulação de uma palavra, mas por outro, abre para si mesmo uma existência remanescente no campo da memória, ou na materialidade dos manuscritos, dos livros e de qualquer forma de registro; em seguida, porque é único como todo acontecimento, mas está aberto à repetição, à transformação, à reativação; finalmente, porque está ligado não apenas a situações que o provocam, e a consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem (2008b, p. 31-2).

Enfatizemos os pontos localizados por Foucault sobre a função de acontecimento exercida pelos enunciados: primeiramente, o enunciado se torna acontecimento pela sua materialização, a materialidade é índice da função de acontecimento do enunciado; o enunciado é acontecimento também porque é algo que instaura memória, para além do real da língua que é reiterado no momento de sua aparição; depois, o enunciado, ao mesmo tempo em que é único, pode ser reutilizado e reaparecer em outras enunciações; e, por fim, o enunciado está vinculado a uma cadeia enunciativa ou, na terminologia foucaultiana, a um domínio de coexistência, em que mantém relação com outros enunciados. Foucault mostra tanto a propriedade de unicidade do enunciado quanto a de regularidade em oposição à originalidade: não é porque o enunciado é acontecimento único que deve ser necessariamente classificado como original, no sentido de que funda memória miraculosamente. O enunciado é único, mas

regular: pode até transformar a memória, mas sempre estará apoiado nela. Sobre o tema da originalidade em oposição ao do acontecimento, diz Foucault:

Não se deve mais procurar o ponto de origem absoluta, ou de uma revolução total, a partir do qual tudo se organiza, tudo se torna possível e necessário, tudo se extingue para recomeçar. Temos de tratar de acontecimentos de tipos e de níveis diferentes, tomados em tramas históricas distintas; uma homogeneidade enunciativa que se instaura não implica de modo algum que, de agora em diante e por décadas ou séculos, os homens vão dizer e pensar a mesma coisa; não implica, tampouco, a definição, explícita ou não, de um certo número de princípios de que todo o resto resultaria como consequência (2008b, p. 165).

Fica claro, a partir desse trecho d'*A Arqueologia*, que o acontecimento discursivo não é concebido, por Foucault (ibidem), como o grande acontecimento, por exemplo, midiático. A descrição do acontecimento não tem a ver com a tentativa de avaliar e selecionar os acontecimentos mais “espetaculares”: aqueles que tecem grandes revoluções ou mudanças históricas, isto é, o acontecimento que marca o ponto da “origem”. Cada enunciado é um acontecimento que possui sua singularidade e sua relação com a história. O acontecimento é novo e velho ao mesmo tempo: ele cria sempre com base no já-dado e nem todo acontecimento tem o mesmo estatuto diante dos enunciados que o cerceiam – vejam que Foucault fala em acontecimentos de “tipos e níveis diferentes”.

Não se pode rejeitar, e é importante pontuar, contudo, a aceção dada por Pêcheux (2006) à noção de acontecimento. Na esteira de Foucault, Pêcheux considera que

[...] todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço (2006, p. 56).

Pêcheux está falando a respeito do estatuto mesmo de acontecimento que o discurso possui: mais que à determinação dada pelos caracteres de repetibilidade inscritos pela identificação contínua dos sujeitos às formações discursivas, o sentido também está aberto a falhas. É o discurso com valor de acontecimento, para além da estrutura.

O que torna talvez problemática a tomada e utilização do conceito de acontecimento discursivo em Pêcheux (2006) é o exemplo que o autor dá no desenvolvimento de sua fala. Ao tratar do enunciado “*On a gagné*” (do francês, “ganhamos”) do modo como foi pronunciado por conta da vitória de François Mitterrand nas eleições presidenciais francesas de 1981, dá-se a entender que o *acontecimento* discursivo diz respeito, estritamente, ao grande acontecimento social midiático. E talvez esse fosse realmente o entendimento para Pêcheux, ou não. Todavia, na aceção foucaultiana, o enunciado na condição de acontecimento discursivo não

se relaciona apenas com essa propriedade de difusão coletiva e instantânea: não é somente aquilo que produz, para além da memória, uma grande e importante memória. Todo e qualquer enunciado possui o estatuto de acontecimento discursivo e deve ser tratado como tal.

Outro problema, na descrição do acontecimento discursivo em AD, é a tentativa de, na constituição de séries enunciativas, buscar uma homogeneidade exagerada, isto é, descrever a função de desempenho dos enunciados tentando buscar aí um centro organizador de sentidos. Se retornarmos às premissas iniciais de Foucault sobre o método, podemos perceber que, nesse caso, o caminho é o oposto da arqueologia, no sentido de que se produz uma história global a despeito da história geral. Como nos lembra Foucault, na história global,

[...] supõe-se que entre todos os acontecimentos de uma área espaço-temporal bem definida, entre todos os fenômenos cujo rastro foi encontrado, será possível estabelecer um sistema de relações homogêneas: rede de causalidade permitindo derivar cada um deles relações de analogia mostrando como eles se simbolizam uns aos outros, ou como todos exprimem um único e mesmo núcleo central (2008b, p. 11).

A análise arqueológica, baseada na nova história, parte para um caminho oposto, dado que “[...] problematiza as séries, os recortes, os limites, os desníveis, as defasagens, as especificidades cronológicas, as formas singulares de permanência, os tipos possíveis de relação” (ibidem, p. 11). Toda a continuidade em torno do qual se engendram as formas tradicionais da história são questionadas pela história geral.

Ainda ao tratar da diferença entre a descrição da história global e a da história geral, Foucault apresenta uma reflexão sobre o conceito de séries:

Mas não que ela [a história geral] procure obter uma pluralidade de histórias justapostas e independentes umas das outras [...]. O problema que se apresenta – e que define a tarefa de uma história geral – é de determinar que forma de relação pode ser legitimamente descrita entre essas diferentes séries; que sistema vertical podem formar; qual é, de umas às outras, o jogo das correlações e das dominâncias; de que efeito podem ser as defasagens, as temporalidades diferentes, as diversas permanências; em que conjuntos distintos certos elementos podem figurar simultaneamente; em resumo, não somente que séries, mas que “séries de séries” – ou, em outros termos, que “quadros” – é possível constituir (2008b, p. 11).

Foucault remete ao campo cinematográfico para lembrar que a imagem efêmera é nada mais que uma série de séries ou uma série de fotogramas ou quadros e é justamente essa série que nos causa a ilusão de movimento e, principalmente, de unidade. A história, nesse sentido, é efeito de séries de séries de acontecimentos que permitem a vivacidade de uma múltipla temporalidade em que coexiste o descontínuo dos enunciados.

Essa postura metodológica acaba incidindo sobre duas atitudes: na primeira, verificamos que não se pode analisar uma série de enunciados buscando a pura continuidade

em que estes se instalam, de modo que haveria um acontecimento original em que se baseariam; a segunda delas, na mesma direção, diz respeito ao fato de que os acontecimentos também não podem ser analisados somente segundo sua singularidade, mas na relação de coexistência com outros acontecimentos. A análise arqueológica – descrição do acontecimento discursivo no interior do arquivo – vai tentar constituir essas *séries de enunciados* ou *séries enunciativas*: mas não de forma a encontrar uma unidade que as inspira, senão as relações que as mantêm dispersas e, no entanto, regulares. A pergunta diante de um enunciado seria: o que o faz tão novo e diferente e, ao mesmo tempo, tão regular?

No que se refere à seleção do *corpus* para a análise, e entendendo que ela muito dificilmente pode se basear nas direções de análise das formações discursivas do modo como são apresentadas por Foucault (2008b) – formação de objetos, tipos de enunciação, conceitos, temas e teorias –, duas outras noções se apresentam como interessantes para serem articuladas ao dispositivo de análise, a noção de *enunciado reitor* e a de *árvore de derivação enunciativa*. Essas noções são apresentadas por Foucault (2008b) em sua discussão sobre o original e o regular. Foucault não pretende definir, a partir delas, um centro organizador dos enunciados, de modo a delimitar um ponto de originalidade. Ao contrário, a tentativa é a de mostrar que há, na relação entre os enunciados, ess

[...] *árvore de derivação enunciativa*: em sua base, os enunciados que empregam as regras de formação em sua extensão mais ampla; no alto, e depois de um certo número de ramificações, os enunciados que empregam a mesma regularidade, porém mais sutilmente articulada, mais bem delimitada e localizada em sua extensão (FOUCAULT, 2008b, p. 166, grifo do original).

Essa metáfora de conceber a relação entre os enunciados como uma árvore de derivação enunciativa mostra que os enunciados empregarão as regras de formação diferentemente dado o contexto em que atuam. Daí que Foucault (2008b) propõe a existência de enunciados reitores, ou seja, enunciados

[...] que se referem à definição das estruturas observáveis e do campo de objetos possíveis, que prescrevem as formas de descrição e os códigos perceptivos de que ele pode servir-se, os que fazem aparecerem as possibilidades mais gerais de caracterização e abrem, assim, todo um domínio de conceitos a ser construídos; enfim, os que, constituindo uma escolha estratégica, dão lugar ao maior número de opções ulteriores (p. 166).

Na construção de um dispositivo teórico para análise, essa noção permite selecionar o material de análise segundo o que regem alguns poucos enunciados considerados reitores a partir do recorte já realizado pelo tema e objetivos da pesquisa. Se, de um modo geral, a análise da função enunciativa permitirá a definição da regularidade que incide nessa função de

existência dos enunciados sob uma mesma formação discursiva, a seleção de enunciados reitores será, especificamente, o ponto que recobrirá o passo fundamental para se reconhecer a possibilidade de existência do regular, visto que o enunciado reitor se situa justamente na base da árvore de derivação enunciativa.

Enfim, temos caracterizadas essas três noções em torno das quais se pode constituir um dispositivo teórico de análise: enunciado, acontecimento e série enunciativa, além das noções de enunciado reitor e de árvore de derivação enunciativa, também muito úteis. Essa aposta no método arqueológico se dá, pelo menos de nossa parte, pela possibilidade de flagrar o funcionamento dos enunciados – tomados em sua dimensão semiológica e também regular – a partir de sua acontecimentalização na relação com um arquivo: história e memória são prioritariamente evocadas para se dizer sobre o desempenho da função enunciativa.

#### **2.4 PAUSA PARA ALGUMAS RESSALVAS EM RELAÇÃO AO MÉTODO**

O que estamos aqui entendendo como essa operacionalização d'*A Arqueologia do Saber* e, conseqüentemente, do conceito de formação discursiva para os analistas do discurso (já que *A Arqueologia* inteira gira em torno desse conceito) exige que alguns parênteses sejam abertos a fim de que não se entenda, nesse nosso esforço, uma tentativa apenas de ser original negando o que já foi muito bem feito, mas muito mais de ser produtivo no sentido de se fazer repensar e refletir sobre o método e seu alcance quando na análise de um *corpus* diferente daqueles em que foi primeiramente empregado.

É relevante pontuarmos, de antemão, que nossas análises serão realizadas sobre campanhas publicitárias e propagandas governamentais. Tratam-se, primeiramente, de textos ou da mídia ou midiáticos que, salvo as exceções, não estão estritamente relacionados com a produção de verdades científicas ou epistemológicas, ou seja, não estão no domínio do que Foucault (2008b) chamou práticas discursivas e diferenciou de práticas não discursivas. Dessa forma, requer-se, de nossa parte, um deslocamento dos conceitos suscitados por *A Arqueologia do Saber* e uma reflexão acerca das dimensões que eles possuirão em nossas análises. Algumas ressalvas devem, portanto, ser feitas:

a) Quanto à **relação entre práticas discursivas e não discursivas**: situamos-nos no interior da análise de discurso e falaremos a partir dela. Logo, o conceito de “discurso” irá extrapolar aquele de enunciados que se referem a fases da *episteme* ou da história das ideias. Tomaremos “saberes” mais como sistemas de enunciabilidade engendrando a vontade de verdade, que aqueles que procuram delimitar um objeto científico. Estaremos tratando de

discursos da mídia ou, ao menos, mediados: falaremos da vontade de verdade que atravessa esse domínio que, na terminologia foucaultiana seria, *não discursivo*. Contudo, o tomaremos como *discursivo*, deslocando radicalmente a terminologia e a abordando como perspectiva de análise para outros objetos, aqueles identificados nas práticas não discursivas.

b) Quanto à **descrição de uma formação discursiva**: assumiremos a impossibilidade de se descrever o funcionamento de uma formação discursiva tal qual o fez Foucault, por exemplo, em *As Palavras e as Coisas* (2007). Ainda assim, insistiremos de maneira incisiva na tentativa de manter suas direções de análise. Já mostramos, no Capítulo 1, a dimensão que esse conceito adquire n' *Arqueologia* e também desenvolvemos suas direções de análise no Capítulo 2, até chegar a uma sistematização que foi representada pela Figura 01 (cf. 2.1.4, p. 51). A partir de agora, a tentativa será a de demonstrar esse funcionamento das regras de formação em textos da mídia. Para tanto, o conceito de FD será delimitado ao sistema de enunciabilidade definido em torno de um enunciado reitor. O objetivo será o de mostrar as mesmas regularidades trabalhando de maneira recorrente numa série enunciativa, de modo a se fazer manter, ainda assim, o caráter de acontecimento que cada enunciado carrega.

c) Quanto à **árvore de derivação enunciativa**: admitiremos, de antemão, poder analisar somente aquilo que poderíamos localizar em uma parte bem superficial da cadeia de enunciados que Foucault se propôs a averiguar. Uma vez que o trabalho se centra em fenômenos de curta duração, haverá dificuldade, portanto, em mensurar, por exemplo, os limites da “economia da constelação discursiva” tratada por Foucault (2008b, p. 74) quando da designação dos fatores que compreendem a escolha dos temas e teorias na formação das estratégias. Essa economia da constelação discursiva compreende enunciados situados num nível de abstração mais elevado e que funcionam como base das regras de formação de uma ou mais formações discursivas (como no caso do estruturalismo para as Ciências Humanas na década de 60). Aceitaremos a impossibilidade de chegar à análise de um nível tão profundo das regras de formação. O trabalho se centrará, assim, em uma parte microscópica daquilo que abrange uma árvore de derivação enunciativa. Não é por isso, no entanto, que o trabalho se invalida, já que enxergamos a possibilidade de interpretar essas ramificações enunciativas, mesmo que em domínios bem mais enxutos e recortados, e analisar suas relações.

d) Quanto ao **conceito de enunciado reitor**: já mostramos que tomaremos, sim, como ponto de partida, a existência de um enunciado reitor – se não como a origem, pelo menos na condição de enunciado no qual incidem mais fortemente as determinações de uma formação discursiva em relação a um objeto, funcionando como matriz enunciativa que

delibera os domínios das regras de formação. Dessa forma, o trabalho se realizará de modo a recortar parte da árvore de derivação enunciativa e encontrar nela o desempenho de um enunciado que demarque mais insistentemente o emprego de regras de formação específicas, quase como uma “fórmula”, no sentido estabelecido por Krieg-Planque (2010). É a partir desse enunciado que se constituirá o que chamaremos de série enunciativa: a rede de enunciados que, dentre os mais diversos funcionamentos discursivos, empregam as mesmas regras de formação. Se Foucault (2007; 2008a; 2008b; 2008c) buscou analisar uma história serial – aquela constituída por quadros tão distintos entre si, mas que demarcavam uma unidade por meio de sua regularidade –, procuraremos demonstrar esse conceito de série entre vários textos que empregam as mesmas regras de formação quando da delimitação de um mesmo objeto.

A partir dessa caracterização do método, primeiramente aventada e rascunhada e agora melhor organizada, partiremos para a análise das quatro direções do funcionamento de uma formação discursiva. Tomamos como objeto para a análise a *responsabilidade social* e constituímos o *corpus* a partir de propagandas governamentais e campanhas publicitárias. Antecipadamente, sabemos das implicações de tal recorte para o método arqueológico: estamos resumindo a dispersão que caracteriza o funcionamento de uma FD à mínima dimensão de dois gêneros textuais funcionando em torno de um objeto. Contudo, reconhecemos que esta seja uma necessidade tanto da análise de discurso em relação ao método arqueológico, visto que procuraremos também descrever as características funcionais que permitem o acesso à interpretação, quanto da própria subárea de teoria e análise linguística em relação à análise de discurso, já que trataremos de enunciados e de regras de formação, mas também de textos.

---

**A RESPONSABILIDADE SOCIAL NA PUBLICIDADE IMPRESSA BRASILEIRA**

---

*A gente não quer só comida / A gente quer comida / Diversão e arte / A gente não quer só comida / A gente quer saída / Para qualquer parte... / A gente não quer só comida / A gente quer bebida / Diversão, balé / A gente não quer só comida / A gente quer a vida / Como a vida quer... (Comida. Titãs)*

**A**inda mais árduo que o trabalho de se refletir sobre as injunções de um método e trabalhá-lo no interior de uma perspectiva que com ele não coaduna tão facilmente é mostrar como esse método pode ser, de certa forma, “adaptado” ou “operacionalizado” para essa nova perspectiva de modo a ser produtivo mesmo preservando, de um lado, as categorias analíticas do método e, de outro, os objetivos da perspectiva em que ele será então aplicado e retrabalhado.

Nos capítulos precedentes, nos detivemos, rapidamente, em uma discussão acerca do conceito de formação discursiva na análise de discurso e, posteriormente e de forma mais cuidadosa, em uma descrição da dimensão desse conceito no método arqueológico de Michel Foucault. Também procuramos problematizar a aplicação desse conceito e, no limite, desse método a objetos não tratados por Foucault em suas descrições arqueológicas. Apesar de admitirmos que o método seja muito mais satisfatório à AD quando de pesquisas que procurem relacionar saberes e práticas não discursivas, nos dispusemos também a tentar mostrar o funcionamento do método arqueológico quando aplicado a domínios estritamente não discursivos e priorizando saberes de ordens diferentes daqueles abordados por Foucault (2007, 2008c, 2008d). Não deixamos de lembrar que esse trabalho já tem sido feito por um número grande de analistas de discurso no Brasil, mas insistimos que o conceito de formação discursiva ainda não tenha sido explorado detalhadamente, de modo que seja necessária sua operacionalização para domínios não discursivos.

Nesse capítulo, procuraremos, então, reler *A Arqueologia* de um modo operatório, com o intento de apontar algumas direções que o trabalho do analista de discurso pode tomar quando da utilização do método arqueológico e da aplicação do conceito de FD no estudo de práticas não discursivas.

Tentaremos, primeiramente, discutir e empregar os conceitos de *enunciado reitor* e de *árvore de derivação enunciativa* (cf. 3.1). E, por fim, procuraremos mostrar o funcionamento

do método arqueológico na mediação do objeto *responsabilidade social*. Realizaremos esse trabalho a partir da análise das quatro direções de existência de uma formação discursiva: a formação dos objetos (cf. 3.2), a formação das modalidades enunciativas (cf. 3.3), a formação dos conceitos (cf. 3.4) e a formação das estratégias (cf. 3.5).

### 3.1 DO ENUNCIADO REITOR À SÉRIE ENUNCIATIVA

Nosso interesse é o de analisar algumas relações entre campanhas publicitárias e propagandas governamentais a partir de 2003, ano em que o ex-presidente Lula toma posse de seu primeiro mandato. Poderíamos nos arriscar a dizer que recortaremos uma série enunciativa a partir, então, de um acontecimento. Baseados em uma interpretação (talvez nossa, talvez de muitos) da análise de Pêcheux sobre o enunciado “*On à gagné*”, proferido na vitória de Mitterrand na França (PÊCHEUX, 2006), diríamos que, assim como Pêcheux, também analisaremos um acontecimento discursivo: a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002 – ao passo que esta seria, do mesmo modo que o caso de Mitterrand, um grande acontecimento histórico e/ou discursivo.

Alertamos, contudo, que, pelo menos se a base teórica emergencial é Foucault (2008b), esse tipo de constatação seria, talvez, um equívoco. Primeiro, porque o acontecimento discursivo não é simplesmente o que eclode midiaticamente e tem grande efeito social/histórico (efeito de repercussão); e, segundo, porque poderíamos, até mesmo, questionar o uso do adjetivo “discursivo” na formação desse sintagma, já que, como vimos no capítulo anterior (em 2.2), há uma certa especificação, n’*A Arqueologia*, para o termo discurso e seus derivados (prática discursiva, formação discursiva, acontecimento discursivo) – todos eles tratam de saberes bem específicos relativos à formação do campo das ideias, das ciências, da *episteme*. Dessa forma, a eleição de um presidente estaria muito mais vinculada a práticas não discursivas e não seria um acontecimento *discursivo*. É certo, contudo, de que se trata de um acontecimento e que também pode ser levado à acontecimentalização.

É demasiado equivocados falar, contudo, em uma pesquisa que engendre a constituição de seu *corpus* de análise em torno de um acontecimento discursivo. Na verdade, todos os enunciados a serem analisados deverão ser tratados como acontecimentos no interior do arquivo: cada um deles possui sua singularidade e regularidade e se inscreve em um domínio de memória, mantendo relações específicas com outros enunciados. Essa é uma parte do que compõe o desempenho da função enunciativa.

De qualquer forma, nada nos impede de isolar o grande acontecimento histórico como um produtor de acontecimentos discursivos bem específicos e mesmo como o eixo que engendra a existência de enunciados reitores. Do ponto de vista histórico e político, a eleição de Lula em 2002 é um acontecimento marcado, midiaticamente, como uma das grandes primeiras vitórias de um candidato das massas. Como nos diz Sargentini, “[...] Lula, o candidato eleito, é a própria imagem do trabalhador. Ele é retratado pela mídia como exemplo de trabalhador que ‘venceu’. De torneiro mecânico a presidente, ele é alçado a modelo para a sociedade” (2003, p. 132). Contudo, não obstante a acontecimentalização da vitória de Lula, ela não deve ser tomada também como esse ponto original, senão como um acontecimento que possui singularidade dentre tantos outros e que com estes mantém relações intrínsecas e extrínsecas. Conforme nos lembra Rodrigues, cientista político,

A massificação da vida política é um fenômeno geral nas sociedades ocidentais, que marcha com a consolidação da democracia de massas, a profissionalização da atividade de representação política, a redução do poder das classes médias e trabalhadoras, fenômenos que estamos chamando [os cientistas políticos] de ‘popularização da classe política’ (2006, p. 33).

Em sua pesquisa, Rodrigues (2006) mostra, com dados estatísticos, as mudanças ocorridas no Brasil entre as eleições de 1998 e 2002. O caso da eleição de Lula é um entre uma grade regular de candidatos de camadas populares que passaram a ocupar cadeiras em cargos políticos importantes. Não se trata, portanto, de um acontecimento original em sua irrupção, ao passo que está preso a uma trama histórica que demarca sua regularidade.

Do ponto de vista da análise de discurso, todavia, a preocupação vai para além do acontecimento histórico e de sua relação com o restante da história. O método arqueológico deve ser mantido, mas os objetivos diferem da proposta arqueológica foucaultiana. É nesse sentido que, para nós, o que importa são os efeitos dos acontecimentos históricos nos acontecimentos linguísticos e a regularidade destes na condição de acontecimentos discursivos, ou seja, na condição daqueles que, de certa forma, comungam da vontade de verdade e se relacionam com o campo das ideias numa determinada sociedade: produzem saber.

**Figura 02** – Marca do Governo Federal na era Lula.



Fonte: [www.presidencia.gov.br](http://www.presidencia.gov.br).

Nessa direção, tomaremos, inicialmente, por enunciado reitor, o mote ou *slogan* do Governo Federal durante o mandato do ex-Presidente Lula: *Brasil, um país de todos*. Esse *slogan* é usado pelo Governo Federal desde que Lula tomou posse do cargo de Presidente da República e pretende sintetizar a proposta de trabalho da equipe de Lula. A marca do Governo Federal pode ser vista na Figura 02, acima.

Uma vez que a eleição do ex-Presidente Lula representou o avivamento da esperança de um governo destinado às massas – como mostra Sargentini (2003) –, a marca formulada para sumarizar a proposta de governo recaiu justamente sobre o sentido da inclusão e da união, buscando impregnar a acepção de que, dentre a diversidade, é possível se instalar a harmonia. Esse sentido da “unidade na diferença” aparece muito marcadamente na apresentação do *Manual de Uso da Marca do Governo Federal*. É um texto disponível no sítio da presidência e é destinado à apresentação das regras de uso da marca oficial do Governo no que tange às dimensões gráficas, cores, tamanhos e possibilidades de uso. Em sua apresentação, o manual traz a seguinte explicação sobre o teor ideológico da marca:

De um lado, sincretismo, diversidade, variedade. De outro, união, afinidade, integração. Num primeiro momento, diversidade e integração podem parecer atributos conflitantes, mas nada espelha mais a marca do povo brasileiro do que essa rica combinação. Um povo que são vários povos, uma cultura que são muitas culturas, um país que são países sem conta. Tudo isso convivendo numa atmosfera de harmonia. Essa é a marca do Brasil: a unidade na diferença. E foi essa marca que se buscou registrar visualmente na marca oficial do Governo Federal (GOVERNO FEDERAL, 2008, p. 02).

Afirmando insistentemente a diversidade cultural brasileira, a proposta do Governo recaí sobre a possibilidade de dar uma identidade de união a essa diversidade, mostrar que toda diversidade diz respeito, acima de tudo, a um só Brasil com muitas facetas. Daí a criação de uma antonímia entre “diversidade” (e suas correlativas, “sincretismo” e “variedade”) e “integração” (e suas correlativas, “união” e “afinidade”), e, para além dessa antonímia, a abertura de uma exceção para o caso específico do Brasil: nosso país seria o lugar em que essas ideias opostas não são opostas, pois convivemos “numa atmosfera de harmonia”. Um país de todos é o país da integração, que não nega as diferenças culturais, mas as inclui:

Conceitualmente, a marca propõe uma plataforma ambiciosa e mais do que urgente: a inclusão. O Brasil da integração só se tornará um país verdadeiramente coeso quando houver uma sociedade capaz de incluir todos os seus filhos na comunhão de sua enorme riqueza. Um país de todos significa um país de oportunidades iguais, em que todos tenham acesso a direitos fundamentais e possam atender às suas necessidades básicas. O Brasil só será um país justo quando for efetivamente de todos os brasileiros (GOVERNO FEDERAL, 2008, p. 02).

Contradizendo as assertivas anteriores, esse trecho do manual define a inclusão como um programa de Governo, indicando que ela deve ser alcançada, e não que ela já existe eficazmente: o uso do futuro do indicativo em “O Brasil só será um país justo quando for efetivamente de todos os brasileiros” deixa claro que o Brasil ainda não era, na época, de todos os brasileiros – ou um país integrado, unido, igualitário e cheio de afinidade. Portanto, “um país de todos”, na marca e *slogan* do Governo Federal da era Lula, não é uma realidade, mas um plano de ação política.

Evidentemente, essa premissa não é apresentada no *slogan* em si, por meio de sua sintaxe verbal. Em “Brasil, um país de todos”, o sintagma nominal “um país de todos” tem função de aposto, de modo a explicitar o sentido do sintagma anterior, e, se transformado em uma hipotética oração adjetiva restritiva ou também em uma oração substantiva apositiva, o caminho segue mais para a presença de um predicado nominal construído pela utilização do presente do indicativo que pela presença do futuro do indicativo; algo como: “Brasil, *que é* um país de todos”, ao invés de “Brasil, *que será* um país de todos”, ou ainda “Brasil, *que querem que seja* um país de todos”. O *slogan* segue o ritmo da acontecimentalização da mudança política e instaura um efeito de ruptura e inovação dado a partir, simplesmente, da eleição do Lula Presidente: o Brasil passa a ser “um país de todos” ao mesmo tempo em que Lula assume a liderança do país, em 2003. É, evidentemente, o efeito causado por um espetáculo político midiático em uma sociedade do espetáculo (DEBORD, 1997; GREGOLIN, 2003; COURTINE, 2006; PIOVEZANI, 2003).

O que nos faz tomar, então, esse texto como enunciado reitor é a força de instauração de regularidade que ele possui em relação aos enunciados que se darão a partir dele. Do ponto de vista linguístico, poderíamos até recorrer rapidamente a Maingueneau (2008b), quando este discute o conceito de fórmula e tratamos o *slogan* em questão como fórmula. Além de ser formado por uma relação de aposto entre dois sintagmas nominais, sem a presença de verbos – o que o torna extremamente curto e memorável, há ainda certa força elocutiva na sequenciação de cinco consoantes oclusivas – aquelas em que, no modo de articulação, há a interrupção momentânea da saída do ar pela boca, fazendo com que haja uma pequena explosão na pronúncia: “**B**rasil, um **p**aís **d**e **t**odos”. Essas características imprimem a este enunciado uma relativa proximidade com o conceito de fórmula que Maingueneau (2008b) adota a partir de Krieg-Planque (2009). Para este autor, as fórmulas são constituídas a partir de “[...] enunciados curtos, cujo significante e cujo significado são considerados no interior de uma organização pregnante (pela prosódia, rimas internas, metáforas, antíteses), o que explica que sejam facilmente memorizados” (p. 75). É certo que “Brasil, um país de todos” não é uma

fórmula, no sentido de que seja frequentemente citada e possa funcionar de forma mais ou menos autônoma em campos diferentes daquele em que foi utilizada originalmente. Contudo, vale demarcar essas características estruturais de fórmula que tornam esse enunciado, ao menos, memorável e pregnante, ainda que não constantemente reutilizável. É essa característica de memorável que o torna também pregnante e retornável.

Para além das características linguísticas de “Brasil, um país de todos”, que condicionam a análise do enunciado como unidade para os estudos da linguagem, há de considerar, em uma visada arqueológica, as condições de desempenho da função enunciativa que levam esse enunciado a exercer sua regularidade. Lembrando que, para a análise da função enunciativa, Foucault (2008b) nos dá quatro direções de descrição (referencial, posição do sujeito, domínio associado e materialidade), cabe a nós o questionamento do estatuto do enunciado no exercício de sua função a partir dessas quatro direções. Nesse sentido, como já havíamos alertado, o enunciado deixa de ser tomado como unidade linguística, eventualmente confundida com “frase”, “proposição” ou “ato de fala”, e passa a ser considerado uma função em exercício: exercício de regras de formação específicas a determinado momento histórico, exercício de práticas discursivas que recortam determinadas relações entre o discurso e os saberes – no sentido de que há uma determinada vontade de verdade relacionando os saberes e o desempenho dos enunciados.

Ora, dessa forma, “Brasil, um país de todos”, na condição de enunciado e, principalmente, ao ser tomado como enunciado reitor, deve ainda ser remetido às relações que estabelece com um referencial, às modalidades enunciativas que nele são desempenhadas, ao domínio associado que o recorta e que é recortado a partir dele, e ao estatuto singular das diversas materialidades em que se inscreve. Trabalhando por etapas, comecemos pela análise da relação entre o enunciado e seu referencial.

Como ensina Foucault (2008b), a análise do referencial não deve supor que haja uma relação estreita entre as palavras e as coisas, no sentido de assim definir algo similar à relação significante/significado, proposição/referente ou frase/sentido. Mais do que um correlato exterior a si e no qual se baseia, o enunciado está

[...] ligado a um “referencial” que não é constituído de “coisas”, de “fatos”, de “realidades”, ou de “seres”, mas de leis de possibilidade, de regras de existência para os objetos que aí se encontram nomeados, designados ou descritos, para as relações que aí se encontram afirmadas ou negadas (FOUCAULT, 2008b, p. 103).

Para um enunciado como a marca do Governo Federal – e veja-se que estamos tomando o enunciado nessa sua função de existência que abarca tanto sua materialidade

verbal quanto imagética –, caberia questionar, então, as leis de possibilidade da própria nomeação e designação dos objetos representados, mas também as leis de possibilidade para tal materialização sincrética de linguagens.

No primeiro caso, poderíamos demarcar o acontecimento histórico em si, a eleição de Lula, como alavanca maior para a possibilidade de aparecimento e manutenção de tal enunciado: tratava-se, pois, de um candidato representante das massas, de um partido de esquerda, com ideias voltadas à transformação social e à distribuição de renda, etc. O enunciado engendra a regularidade a partir de sua própria existência material: ele, tomado como esse acontecimento discursivo, projeta relações específicas entre si próprio e o objeto que recorta. Visto que, nesse caso, o referencial é o próprio país de maneira geral, o “Brasil”, o enunciado submete o referencial às suas próprias regras de formação. O sintagma nominal “Brasil” passará a ter uma singularidade em relação à regularidade a que está vinculado. É nesse sentido, e somente nesse lugar enunciativo, que o Brasil é projetado, para uma memória discursiva, como o país da união entre etnias e culturas diversas. Não que este seja um ponto de originalidade que fundará essa relação entre “Brasil” e os sentidos sobre a miscigenação; contudo, na condição de acontecimento discursivo, esse enunciado tanto advém de relações específicas entre história, política e cultura quando propicia novas dessas relações – dado que ele gera uma cadeia de enunciados ulteriores a ele.

É como se houvesse uma demarcação da enunciabilidade: o enunciado estabelece a regularidade na relação entre as palavras e as coisas. Dadas determinadas condições sociais, políticas e históricas, que estão no âmbito do domínio associado em que o enunciado se inscreve, há certa vontade de verdade que prevalece e que incide sobre a existência e a manutenção do enunciável. No caso do Brasil depois da eleição de Lula, essa vontade de verdade circunda o terreno das diversas formas de inclusão social e recai sobre o desempenho das práticas, discursivas e não discursivas. Essas práticas darão existência aos enunciados e à sua regularidade.

Podemos refletir também, indo além das condições históricas *stricto sensu* da referenciabilidade, sobre as condições históricas para que a relação enunciado/referencial se dê de tal ou tal modo no que diz respeito à materialidade verbo-visual sobre a qual o enunciado recai. Para tanto, convém nos voltarmos, também, para as reflexões de Foucault (2008b) sobre a materialidade do enunciado. Como já discutimos no capítulo anterior, a materialidade do enunciado lhe garante certo estatuto na regularidade que se mantém. Este estatuto não está preso, é verdade, às regulações da enunciação, mas a regras de formação que definem mesmo as relações entre o enunciado e essa sua materialidade.

Ora, nesse caso, a materialidade do enunciado é um indício da operacionalização das condições de existência deste. As sete cores utilizadas na composição da marca do Governo Federal demonstram esse caráter de aglomeração cultural ou de multiplicidade étnica que a marca tenta expressar. Também o traçado da bandeira do Brasil, ao centro da marca, intentará a representação dessa miscigenação cultural: “Visualmente, a marca procura conciliar um traçado artístico sofisticado e uma moderna apresentação com a raiz primitiva do Brasil profundo, representada no traço rústico da bandeira no centro da composição” (GOVERNO FEDERAL, 2008, p. 02). Mesmo nesse trecho do manual de uso da marca, encontramos a manifestação enunciativa desempenhando sua função de existência, segundo determinada vontade de verdade que produz saberes específicos sobre a relação entre Governo Federal e cidadãos brasileiros.

Em relação ao sujeito do enunciado, lembremos, primeiramente, que ele é diferente, para Foucault (2008b), do autor do texto ou do sujeito que enuncia pragmaticamente. Na verdade, Foucault (ibidem, p. 107) o define como “[...] um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes”. A análise do sujeito no desempenho da função enunciativa exige não a verificação de alguém que a proferiu, mas a determinação da posição “[...] que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser [...] sujeito” (ibidem, p. 108). No capítulo anterior (cf. 2.1.5), mostramos que Foucault (ibidem) não deixa de lembrar que a posição de sujeito só pode ser desempenhada na relação que o exercício da função enunciativa estabelece com outras enunciações em um domínio associado de enunciados. Não podemos negar, evidentemente e principalmente a título de análise, que essa concepção pode ser confundida com o sujeito assujeitado da vertente peuchetiana da AD: é um sujeito atravessado por saberes de outras ordens, que não possui poder sobre aquilo que enuncia, que é, de certa forma, determinado (se não pela ideologia, pelas regras de formação de uma FD).

Em “Brasil, um país de todos”, o sujeito do enunciado será esse lugar a ser ocupado pela manifestação da posição subjetiva: sujeito que compartilha, divide bens, distribui renda, inclui, ajuda, reconhece o diferente, vive a diferença, se responsabiliza socialmente, etc. O sujeito, como se nota, não é um indivíduo, mas uma posição que é desempenhada pela própria existência do enunciado e pelas regras de formação que o enunciado emprega. A análise do sujeito integra o reconhecimento de relações entre vários enunciados e sistemas de enunciabilidade que definem os regimes de saber e verdade de uma época. Se nos voltarmos ainda ao domínio das modalidades enunciativas, uma direção específica de análise da FD,

poderemos ainda tentar averiguar a relação da posição do sujeito com os lugares institucionais que participam das práticas enunciativas.

O quarto traço do exercício da função enunciativa é a relação que mantém com um domínio associado: os enunciados que margeiam um enunciado e constituem sua existência, fornecendo elementos até mesmo para o contexto imediato das relações pragmáticas. Não nos deteremos em mostrar a relação desse enunciado reitor, “Brasil, um país de todos”, com o domínio associado que o antecede, uma vez que, na ocasião dessa discussão, apenas teremos condições de mostrar algumas relações desse enunciado com enunciados ulteriores e que com ele estabelecem relações. Isso não nos impede de lembrar, contudo, que “Brasil, um país de todos”, mantém relações de desvio (difração, na terminologia de Foucault [2008b]) com enunciados que, mesmo em relação de embate, o constituem.

Para tanto, vale lembrar que as políticas inclusivas e as ações de responsabilidade social não são inauguradas no Governo Lula e que, já na marca do Governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) (veja-se a Figura 03, abaixo), o conceito de “Governo que alcança todo o país” estava expresso. Preliminarmente, isso nos garante o caráter daquilo que Foucault chama domínio associado: o enunciado emprega suas regras de formação diante de todo um arquivo de enunciados anteriores que o margeiam; a enunciabilidade se inscreve nos vários relacionamentos entre os saberes e as práticas não discursivas – relações de incompatibilidade, equivalência, contradição, etc. As regras de formação de um enunciado não se fecham na tradição ou no espírito que tornam homogênea a distribuição dos saberes em determinada época. Ao contrário, os processos de apropriação e transformação são constantemente atravessados por acontecimentos de diversas ordens (discursivos e não discursivos) os quais vão reconfigurando os regimes de enunciabilidade e as características de uma FD.

**Figura 03** – Marca do Governo Federal na era Fernando Henrique Cardoso.



**Fonte:** <http://www.seeklogo.com/governo-federal-logo-62360.html>

O Governo Lula não inaugura o “país da inclusão, da união e da responsabilidade social”, mas se inscreve em domínios discursivos já em movimento. Empírica e politicamente, é só lembrarmos que o “Bolsa Família” do Governo Lula já existia na condição

de “Bolsa Escola” durante o Governo FHC. O domínio associado é condição para a existência de novos enunciados.

### 3.2 ALGUMAS DIMENSÕES DO OBJETO *RESPONSABILIDADE SOCIAL* NA MÍDIA

A primeira direção para a análise de uma formação discursiva é apresentada por Foucault (2008b, p. 45-55) como a formação dos objetos. Uma vez que Foucault trata de saberes e discursos que tangenciam os limites da *episteme* científica, é relativamente fácil compreender que o filósofo quer dizer sobre as relações específicas entre os enunciados e os objetos quando da delimitação de um *campo de conhecimento*. É claro que, como já mostramos no capítulo anterior (cf. 2.1.1), Foucault (ibidem) não trata essas relações sem indicar nelas vários problemas, como aquele sobre os laços existentes entre as palavras e as coisas. A partir de suas problematizações, Foucault (ibidem) indicou, para os objetos, três direções de análise: a verificação das *superfícies de emergência*, das *superfícies de delimitação* e das *grades de especificação*. Tentaremos mostrar como esses comandos podem funcionar na definição do objeto do discurso e na caracterização de uma FD.

Tomaremos para análise, de um modo amplo e geral, o que estamos caracterizando como o objeto *responsabilidade social*, flagrado a partir das mesmas regras de formação do enunciado reitor “Brasil, um país de todos”. Partimos da premissa de que um “país de todos” – país da inclusão – incidiu, historicamente, em uma série de medidas que intentaram distribuir o bem-estar social pela nação: tomar partido ativamente em relação a esse bem-estar social foi se *responsabilizar socialmente*, cumprindo seu papel de cidadão. Nossa tentativa será a de mostrar como esse objeto é caracterizado tanto pelas propagandas governamentais divulgadas durante o Governo Lula quanto por algumas campanhas publicitárias que circularam a partir da eleição de Lula em 2003.

Na plataforma de trabalho do Governo Lula, logo em 2003, um dos programas de maior repercussão nacional foi o *Programa Fome Zero*. De acordo com o sítio do próprio programa, mantido pelo Governo Federal, se trata de

[...] uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome (GOVERNO FEDERAL, 2010).

Esse é um dos tipos de estratégia que caracterizamos como atitudes de responsabilidade social: aquelas em que as ações se voltam à promoção da qualidade de vida

do ser humano e às políticas de inclusão. O enunciado reitor “Brasil, um país de todos” congrega os sentidos dessa igualdade a ser promovida a partir do reconhecimento das diferenças e da distribuição igualitária de renda: se responsabilizar socialmente, nas regras de formação deliberadas por esse enunciado reitor, é entender que o país é grande e que os menos favorecidos devem ser incluídos socialmente, compartilhando dos mesmos direitos que a parte mais abastada da população. Atentemos para uma das propagandas do *Programa Fome Zero*, representada e transcrita na Figura 04<sup>9</sup>, abaixo:

**Figura 04** – Propaganda Governamental do Programa Fome Zero com transcrição.



**Com o Fome Zero, a alimentação escolar chegou a todas as creches públicas.**

O Programa Fome Zero, por meio do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e do Ministério da Educação, está levando alimentação para milhões de brasileiros. Desde junho, as creches – públicas e filantrópicas – de todo o País estão recebendo recursos do Programa Fome Zero para a compra de alimentação escolar. Pela primeira vez na nossa história, crianças menores de 4 anos vão receber alimentação saudável e nutritiva, tão importante nas primeiras fases do seu desenvolvimento. Essa é uma das ações estruturais do Programa Fome Zero para garantir comida de qualidade no prato de todo brasileiro, todos os dias. As verbas são repassadas para as prefeituras e para os governos estaduais, e as creches decidem como aplicá-las. Todas as cidades deverão ter o apoio de um nutricionista, para elaborar cardápios adequados para a faixa etária. E você, mãe ou responsável, também é uma parte importante dessa história: contamos com a sua ajuda para trabalhar lado a lado com os Conselhos de Alimentação Escolar de sua cidade, fiscalizando a aplicação das verbas e a qualidade da alimentação de suas crianças. Afinal, é de pequeno que a gente aprende muita coisa importante, que vale para a vida toda: o valor de um prato de comida é uma delas.

**Para mais informações, ligue 0800 707 2003**  
Fome Zero / Ministério da Educação / Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar / Brasil, um país de todos

**Fonte:** *Revista Veja*. Número 1818 de 03 de setembro de 2003, pp. 70-1.

O questionamento a ser realizado diante de um texto como este, e tomando-o como um enunciado que segue determinadas regras de formação, pode incidir, então, sobre o modo como ele define os limites de um objeto do discurso. Os limites do objeto responsabilidade social compreende, primeiramente, as *superfícies de delimitação* desse objeto: as propagandas governamentais foram a superfície primeira que delimitou a responsabilidade social a partir de “Brasil, um país de todos”. Sabendo-se que as propagandas de governo são textos postos em circulação na mídia em geral (revistas, televisão, rádio, Internet, etc.), tem-se esses lugares institucionais como definidores das características do objeto responsabilidade social. As

<sup>9</sup> Todos os textos analisados estão anexados ao fim do trabalho, em tamanho ampliado. Optamos por colocar, no corpo do texto, apenas versões minimizadas acompanhadas da transcrição do nível de materialidade verbal.

regras de formação são empregadas no desempenho da função enunciativa, mas as superfícies de delimitação fornecem aos objetos características específicas.

No interior de uma revista e na realização de uma propaganda governamental, por exemplo, a responsabilidade social não pode ser apresentada apenas como uma postura ética do Governo, mas como uma ação que gera resultados empíricos e comprovados. No nível de materialidade imagética, o texto traz quatro crianças (“milhões de brasileirinhos”), na faixa etária dos dois aos quatro anos, consumindo algum tipo de alimento. Já que a chamada da propaganda oferece a informação de que todas as creches brasileiras já possuem alimentação escolar, a representação das crianças comendo é a prova fiel de que o texto trata de ações que são “realidade”: a responsabilidade social sendo materializada em ações concretas. Um dado a se considerar é ainda o fato de que a garota figurativizada em uma das páginas da propaganda pode ser enquadrada em dois estereótipos estigmatizados historicamente pela discriminação: se trata de uma menina – gênero feminino – e negra. Não se pode negar, ainda, que todas as possibilidades de materialização do enunciado, proporcionadas pela superfície de emergência, funcionam como índice de caracterização do objeto. As páginas coloridas e a impressão em boa qualidade garantem relações analógicas importantes com a realidade: não é um desenho, as crianças não se encaixam no estereótipo de modelos mirins comerciais, etc. O efeito é a de uma responsabilidade social em ação, funcionando na transformação social.

**Quadro 01** – Características do Objeto Responsabilidade Social no *Programa Fome Zero*.

Trechos do Texto	Características (C)
“levando alimentação para milhões de brasileirinhos”	– <b>garantir alimentação (C1);</b>
“as creches – públicas e filantrópicas – de todo o País estão recebendo recursos do Programa Fome Zero para a compra de alimentação escolar”	– <b>oferecer dinheiro para alimentação (C2);</b>
“garantir comida de qualidade no prato de todo brasileiro, todos os dias”	– <b>garantir comida de qualidade (C3);</b> – <b>garantir que a alimentação seja diária (C4);</b>
“Todas as cidades deverão ter o apoio de um nutricionista, para elaborar cardápios adequados para a faixa etária”	– <b>garantir acompanhamento especializado (C5);</b>

Se Foucault (2008b) entendeu que as superfícies de emergência são aquelas superfícies primeiras que compõem as características que o objeto pode adquirir, poderíamos isolar, no caso dessa propaganda, a própria *Revista Veja* (ou as revistas, em geral, já que esse tipo de propaganda costuma circular em vários instrumentos midiáticos em uma mesma época) como a superfície que define as dimensões que a responsabilidade social deve ter para que ali apareça: por se tratar de uma revista de forte circulação nacional, não basta uma mostra das premissas éticas em relação à responsabilidade social, mais exemplos materiais de que os planos do governo são essa “realidade em funcionamento”. Podemos ver algumas

características do que define a responsabilidade social no Programa Fome Zero por meio do Quadro 01, na página anterior.

O conjunto das características delimitadas por esse enunciado para o objeto responsabilidade social (C1, C2, C3, C4 e C5) incidem em uma temática em particular: a da alimentação. E, dessa forma, poderíamos sumarizar essas características todas em apenas uma fórmula: “responsabilidade social é garantir alimentação de qualidade para todos”. Contudo, notamos que os sentidos para esse objeto vão além do que a materialidade do texto superficialmente oferece e também da temática tratada. O domínio associado que compreende o desempenho da função desse enunciado convoca um campo de outros enunciados relacionados à sua formação. A relação com o enunciado reitor, por exemplo, é marcada mesmo verbalmente pela recorrência ao sintagma nominal “todo o” e suas variantes – “todas as creches públicas”, “todos os dias”, “todo brasileiro”, “Todas as cidades”.

Logo na chamada da propaganda, em negrito e letras maiores, encontramos a oração “Com o Fome Zero, a alimentação escolar chegou a todas as creches públicas”. Além da demarcação desse fator inclusivo de agregação (“todas as”), há a utilização, no uso da forma inversa da oração, de uma locução adverbial com valor de instrumento: “Com o Fome Zero”. É um modo de realçar a ação do programa governamental na transformação social que está sendo representada no texto. O instrumento de promoção social é o *Programa Fome Zero*. A inversão sintática destaca esse instrumento. O propósito não é apenas tratar da temática “alimentação”, mas marcar uma ação de transformação social do governo.

Mesmo se tratando de um substantivo abstrato, podemos, então, nos questionar sobre a relação que “responsabilidade social” mantém com a “coisa” designada pelo termo. Nesse primeiro momento de análise, checamos, pelo desempenho dessa propaganda do *Programa Fome Zero*, que se trata, em primeira instância, de uma “responsabilidade social” que surte efeitos concretos e demonstráveis. O sentido está sempre preso ao de transformação social, mostrando que alguma coisa mudou. Os lugares de referência para a existência do objeto, suas superfícies de emergência, exigem que ele seja demarcado como realidade palpável. Responsabilidade social a partir das regras de formação de “Brasil, um país de todos” é ação social concreta.

Além das superfícies de emergência, também podemos isolar alguns aspectos que formam os objetos a partir do modo como são delimitados por algumas instâncias. A primeira *instância de delimitação* de uma propaganda governamental é formada propriamente pelas instituições políticas que propagam seus interesses e plataformas de trabalho. Talvez por isso soe um tanto óbvio mostrar como o objeto responsabilidade social é midiaticizado nas

propagandas do governo como ações que estão sendo concretizadas pelo governo. Mas o ponto é que essa instância de delimitação, inscrita nas políticas públicas, alcançou uma dimensão consideravelmente maior a partir do Governo Lula. As regras de formação do enunciado reitor “Brasil, um país de todos” passaram a ser desempenhadas por outros enunciados, como aqueles da publicidade. Lancemos nossa atenção à seguinte campanha publicitária lançada pela Coca-Cola em 2004:

**Figura 05** – Campanha Publicitária do Projeto Prato Popular da Coca-Cola.



**PROJETO PRATO POPULAR**

**SE A PRIMEIRA REFEIÇÃO DO DIA É MUITO IMPORTANTE, IMAGINE A ÚNICA.**

Trêscentas pessoas já se beneficiam diariamente do Projeto Prato Popular que começou em Porto Alegre. A Coca-Cola está levando esta ideia para todo o Brasil. A meta é oferecer meio milhão de refeições até o final deste ano. Cinco novos restaurantes do Projeto Prato Popular estão sendo inaugurados. Em Belo Horizonte, a inauguração foi dia 18 de março; em Manaus, será dia 30, e ainda no primeiro semestre em João Pessoa, Jaboatão dos Guararapes e Fortaleza.

O Prato Popular, para muita gente, é a única refeição do dia. Mas é uma refeição completa, saborosa, com grande valor nutricional, ao custo de 1 real. Poder pagar faz parte do projeto, ao devolver a auto-estima e a dignidade. É uma ideia feijão com arroz (mais carne, salada e um refrigerante) que mostra como a parceria entre empresas é capaz de colocar rapidamente em prática ideias tão simples e tão importantes quanto comer.

**PRATO POPULAR**  
RESTAURANTE COMUNITÁRIO

**Coca-Cola**  
e seus Fabricantes

**FOME ZERO**

**Projeto Prato Popular**  
**Se a primeira refeição do dia é muito importante, imagine a única.**

Trezentas pessoas já se beneficiam diariamente do Projeto Prato Popular que começou em Porto Alegre. A Coca-Cola está levando esta ideia para todo o Brasil. A meta é oferecer meio milhão de refeições até o final deste ano. Cinco novos restaurantes do Projeto Prato Popular estão sendo inaugurados. Em Belo Horizonte, a inauguração foi dia 18 de março; em Manaus, será dia 30, e ainda no primeiro semestre em João Pessoa, Jaboatão dos Guararapes e Fortaleza.

O Prato Popular, para muita gente, é a única refeição do dia. Mas é uma refeição completa, saborosa, com grande valor nutricional, ao custo de 1 real. Poder pagar faz parte do projeto, ao devolver a auto-estima e a dignidade. É uma ideia feijão com arroz (mais carne, salada e um refrigerante) que mostra como a parceria entre empresas é capaz de colocar rapidamente em prática ideias tão simples e tão importantes quanto comer.

Prato Popular: restaurante comunitário  
Coca-Cola e seus fabricantes / Fome Zero

**Fonte:** Revista *Veja*. Número 1846 de 24 de março de 2004. pp. 43.

Nessa peça publicitária, encontramos muito mais que a venda de produtos, como refrigerantes. O que está em jogo é a venda de determinados valores intrinsecamente ligados à responsabilidade social. Ao compararmos essa campanha da *Coca-Cola* com as características de “responsabilidade social” dadas no Quadro 01 acima, percebemos que pelo menos C1, C3, C4 e C5 estão presentes no anúncio da *Coca-Cola*. A característica fundamental de “garantir alimentação de qualidade para todos” também é proposta pelo *Projeto Prato Popular* da *Coca-Cola*: “A Coca-Cola está levando esta ideia para todo o Brasil. A meta é oferecer meio milhão de refeições até o final deste ano”; “é uma refeição completa, saborosa, com grande valor nutricional, ao custo de 1 real”. Como podemos notar, a ideia do “para todos” é marcada, primeiramente, pelo sintagma nominal “todo o Brasil” e depois, numericamente,

pelo “meio milhão de refeições”. Já a ideia da “alimentação de qualidade” vem marcada pelas adjetivações dadas à refeição servida pelo projeto: “completa”, “saborosa” e “com grande valor nutricional”. O interessante é que a refeição “com grande valor nutricional” é formada por “feijão com arroz (mais carne, salada e um refrigerante)”. Tudo bem que feijão, arroz, carne e salada sejam muito nutritivos, mas ainda achamos que um suco de laranja cairia melhor como bebida.

As mesmas regularidades são, de certa forma, empregadas pelos dois enunciados: 1) se trata de campanhas que tematizam a alimentação; 2) as duas se mostram como ações de alcance nacional (a primeira já alcançou todo o país, a segunda tem isso como objetivo); 3) as duas oferecem a “alimentação de qualidade”; 4) as duas se auto-reconhecem como “responsáveis socialmente” (“Com o Fome Zero”, na propaganda; “O Prato Popular, para muita gente, é a única refeição do dia”, na campanha publicitária). Contudo, apesar de se tratar de um mesmo objeto que, à primeira vista, responde às mesmas instâncias de delimitação e que, de algum modo, aparece sobre as mesmas superfícies de emergência, não podemos ignorar que ele diz respeito a objetos também díspares. As *grades de especificação*, aquelas que nos permitem separar, opor, associar, reagrupar, classificar e derivar (FOUCAULT, 2008b; também cf. 2.1.1) os objetos uns dos outros, desempenham diferenças no modo como os objetos do discurso são dados nos dois enunciados.

Na propaganda governamental, o “responsabilizar-se socialmente” diz respeito às ações que são de responsabilidade do Governo, mas que também devem estimular a participação da população. Há uma incitação clara à participação popular: “E você, mãe ou responsável, também é uma parte importante dessa história”. Além dessa aproximação com o leitor, estabelecida pelo uso da segunda pessoa em uma relação clara de endereçamento interlocutivo exigindo responsividade<sup>10</sup>, há um apelo claro à afetividade demarcada linguisticamente pelo aposto “mãe ou responsável”. Perceba-se que não se trata de entender os responsáveis como os pais da criança, no uso da fórmula mais geral “pais ou responsáveis”. Há uma especificação centrada na palavra “mãe” justamente para convocar a afetividade que o sentido do “maternal” proporciona. A responsabilidade social, nesse caso, não é apenas uma carga dada ao governo, mas é repassada à população e estimulada por meio do apelo afetivo: “[...] contamos com a *sua* ajuda para trabalhar *lado a lado* com os Conselhos de Alimentação

---

<sup>10</sup> Seguimos, nesse ponto, o conceito de responsividade dado por Bakhtin e sua teoria da enunciação. Para Bakhtin (1997, p. 271), “Toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo, é de natureza ativamente responsiva (embora o grau desse ativismo seja bastante diverso)”, isto é, todo enunciado incita uma resposta e existe pela necessidade de ser respondido. É esse processo que dá continuidade à cadeia de enunciações.

Escolar de *sua* cidade, fiscalizando a aplicação das verbas e a qualidade da alimentação de *suas* crianças” (grifos nossos). Há um certo abuso no uso do pronome possessivo da segunda pessoa (sua e suas) e o uso da locução adverbial “lado a lado” aproxima novamente governo e povo; é a demarcação de uma responsabilidade social que também está na mão na população brasileira; é um “país de todos” que precisa de todos para ser construído.

A campanha publicitária, por outro lado, centra a responsabilidade social nas mãos das empresas: “É uma idéia [sic] feijão com arroz (mais carne, salada e um refrigerante) que mostra como a parceria entre empresas é capaz de colocar rapidamente em prática idéias [sic] tão simples e tão importantes quanto comer”. Apesar do uso do substantivo “parceria” e de mostrar clara relação com o *Programa Fome Zero* (cuja marca aparece estampada no rodapé da campanha publicitária ao lado da marca *Coca-Cola*), a campanha demarca uma ação privada em prol dos menos favorecidos. A responsabilidade social, nesse caso, é tratada como ações em que empresas “colocam em prática” ideias sobre distribuição de renda e valorização social. A campanha ainda tenta demarcar, apesar do filantropismo, que não se trata de algum tipo de esmola. Há, então, uma devolução da “auto-estima” e da “dignidade” quando da cobrança da refeição oferecida.

Contudo, apesar desse apelo para a valorização da dignidade do trabalhador, a campanha é construída com uma forte recorrência a uma linguagem poética que enfatiza esse tom de ajuda humanitária e filantrópica: “Se a primeira refeição do dia é muito importante, *imagine a única*”; “O Prato Popular, para muita gente, é *a única refeição do dia*” (grifos nossos). No primeiro recorte, a oração subordinada adverbial condicional, marcada pelo uso da conjunção “Se”, faz recorrência ao conhecimento partilhado pelos interlocutores segundo o qual “A primeira refeição deve ser a mais importante do seu dia”<sup>11</sup>. O tom argumentativo segue para a constatação de que há pessoas que não tem a primeira refeição do dia (“*imagine a única*”). Para essas pessoas, a refeição oferecida pelo projeto da *Coca-Cola* faria toda a diferença. No segundo recorte, é novamente empregado o sintagma nominal “*única refeição*”, reforçando a ação filantrópica das empresas envolvidas.

De forma geral, estas podem ser duas das especificações conferidas ao objeto responsabilidade social no desempenho desses dois enunciados: de um lado, é a responsabilidade a ser desempenhada pelo governo com o comprometimento e parceria do povo; de outro, é a responsabilidade desempenhada pela parceria entre empresas em ação de

---

<sup>11</sup> Esse enunciado foi retirado do *Blog Quegi* e funciona como título de uma postagem sobre alimentação. Está disponível em: <http://quegi.org/a-primeira-refeicao-deve-ser-a-mais-importante-do-seu-dia.html>. Acesso em 02 de set de 2010.

filantropia. As superfícies de emergência se assemelham: mesma revista, mesma mídia, mesmas condições históricas de aparecimento. As instâncias de delimitação se diferenciam: na primeira, o governo é o principal regente; na segunda, entram em jogo os interesses das empresas. As vicissitudes que subjazem ambos os enunciados permitem diferentes grades de especificação do objeto. A responsabilidade social é desempenhada diferentemente, ainda que os enunciados exerçam as mesmas regras de formação.

**Figura 06** – Campanha Publicitária da Gol – Linhas Aéreas.



**Apesar de viver no alto, uma companhia aérea nunca foi tão acessível.**  
**Gol. Aqui todo mundo pode voar.**

Desde que a Gol iniciou suas operações, mais e mais gente passou a viajar mais e mais vezes. Como a Gol conseguiu isso? A Gol trabalhou para que tudo fosse acessível a todos. Aviões novos com tarifas mais baixas, compra de passagens e check-in via Internet, 236 vôos diários para 29 destinos no Brasil, vôos noturnos e muito mais. Como resultado, a Gol transportou mais de 17 milhões de pessoas em três anos, o equivalente a 100 pessoas a cada hora, 20 pessoas por minuto. E continuamos trabalhando, cada vez mais, para ser a companhia preferida.

**Fonte:** Revista *Veja*. Número 1858 de 16 de junho de 2004. pp. 06-07.

Também não há como deixar de notar, quando da análise de peças publicitárias, o efeito da relação entre produto e venda da marca nos caracteres que definem o objeto do discurso. O lugar publicitário funciona como superfície de emergência e instância de delimitação do objeto. É assim que a responsabilidade social é enunciada diferentemente em várias campanhas publicitárias. Para a empresa aérea Gol, em “Gol. Aqui todo mundo pode voar” (Figuras 06 e 07), responsabilidade social equivale mais ou menos a oferecer seu produto a camadas sociais que antes dele não desfrutavam. Além de garantir ao produto certo prestígio em uma escala de valoração social, o que o faz ser ambicionado pelo consumidor ou mesmo que já deduz que o produto seja mesmo ambicionado, essas publicidades exploram, como responsabilidade social, o simples fato de vender seu produto. É nesse sentido que a Gol traz chamadas como “Apesar de viver no alto, uma companhia aérea nunca foi tão acessível” e “A Gol está mostrando um lado da aviação que muitos brasileiros não conheciam: o lado de dentro” (cf. Figuras 06 e 07). Responsabilidade social é o mesmo que dar acessibilidade aos consumidores: “[...] uma companhia aérea nunca foi tão acessível”, “A Gol trabalhou para que tudo fosse acessível a todos” (cf. Figura 06). O interessante é que a

acessibilidade equivale à compra do produto: poder comprar o produto é ter acesso a ele – um tipo diferente de inclusão social.

**Figura 07** – Campanha Publicitária da Gol – Linhas Aéreas.



**A Gol está mostrando um lado da aviação que muitos brasileiros não conheciam: o lado de dentro.**

**Gol. Aqui todo mundo pode voar.**

Há 3 anos, a Gol chegou trazendo uma grande novidade para os brasileiros: viajar com mais facilidade, rapidez e economia. Fácil e rápida, com a compra de passagens e check-in pela Internet; econômica, com as tarifas reduzidas. O brasileiro experimentou, aprovou e de lá para cá já foram mais de 17 milhões de passageiros transportados para 29 diferentes destinos em todo o Brasil.

**Fonte:** Revista *Veja*. Número 1859 de 23 de junho de 2004. pp. 80-81.

Um caso semelhante a esse das peças publicitárias da Gol é o de uma publicidade de seguros de vida da Bradesco Vida e Previdência:

**Figura 08** – Campanha Publicitária da Bradesco Vida e Previdência.



**Proteger a família é um direito de todos.**

**Vida Segura Bradesco**  
**Seguro de vida por apenas R\$ 9,90 mensais**

O Bradesco Vida e Previdência criou um seguro de vida especialmente para você: o Vida Segura Bradesco. A proteção que sua família merece com um preço que cabe no seu bolso: só R\$ 9,90 mensais. O Vida Segura Bradesco oferece cobertura em caso de morte acidental, sem período de carência, e em caso de morte natural, com carência de apenas 12 meses. Tudo sem burocracia e sem necessidade de preencher declaração de saúde. Oferece também a tranquilidade extra da Assistência Funeral Individual. Além disso, fazendo um Vida Segura Bradesco, você participa automaticamente do Programa de Relacionamento da Bradesco Vida e Previdência e concorrerá a R\$ 15 mil em quatro sorteios todo mês. Afinal, quem ama sua família merece ganhar prêmios.

Para fazer um Vida Segura Bradesco, converse com seu corretor ou passe hoje mesmo em uma agência Bradesco.

**Bradesco Vida e Previdência.**

**Fonte:** Revista *Veja*. Número 1859 de 23 de junho de 2004. pp. 80-81.

Com a chamada principal “Proteger a família é um direito de todos” (cf. Figura 08), a empresa também investe na ideia de que dar acesso à compra do produto (com seguros de vida a partir de R\$ 9,90 ao mês) é um meio de demonstrar sua responsabilidade social em relação aos brasileiros, garantindo aquilo que seria “um direito de todos” (cf. Figura 08). Como vemos, casos como esses sinalizam que as superfícies de emergência dos objetos da

mídia imprimem a esses objetos caracteres específicos que estão alinhados às regras de formação dos enunciados e, em uma primeira instância, às designações de um enunciado reitor. Vale lembrar, para tanto, que há uma recorrência constante ao mote principal do *slogan* do Governo Federal. O enunciado reitor é base material para o funcionamento de novos enunciados: “para que tudo fosse acessível a todos” (Figura 06) “direito de todos” (Figura 08) (grifos nossos). Ainda que o objetivo da campanha publicitária seja, principalmente, o de vender um produto, há, de alguma forma, a convocação da responsabilidade social no intuito de cumprir esse objetivo.

Tendo em vista que Foucault (2008a) insiste para que não deixemos de analisar as relações entre os elementos formadores dos objetos do discurso, não podemos descartar a necessidade de analisar as superfícies de emergência ao lado das instâncias de delimitação e das grades de especificação. O lugar publicitário, nesse caso, ocupa a função de todos esses elementos formadores do objeto responsabilidade social. É a publicidade que, em grande parte, garante peculiaridades ao aparecimento do objeto, delimita-o e o especifica em seu aparecimento. Primeiramente, seriam as relações entre a vontade de verdade e o lugar institucional em que o objeto aparece a causa primeira de seu próprio surgimento naquele lugar enunciativo, pois, afinal, há saberes de ordens diversas que estimulam a presença do objeto responsabilidade social na instituição midiática. Temos, assim, a superfície de emergência do objeto. Contudo, é também a publicidade que, com seus procedimentos de intervenção, vai delimitar os caracteres que o objeto possui, funcionando como uma instância e grade de especificação.

**Figura 09** – Campanha Publicitária Fundação Bradesco.



**Dia Nacional de Ação Voluntária.**  
**Uma aula de cidadania nas escolas da Fundação Bradesco.**

No último dia 07 de março mais de 300 mil atendimentos foram realizados nas 40 escolas da Fundação Bradesco, em comunidades carentes de todo o Brasil. Foi a 2ª edição do Dia Nacional de Ação Voluntária, um evento que realizou mais de 600 atividades e serviços de saúde, educação, lazer e cultura, prestados por mais de 7.000 voluntários, entre professores, alunos, funcionários da Fundação e pessoas da comunidade. É o Brasil voluntário formando cidadãos e promovendo a inclusão social em nosso país.

Fundação Bradesco

**Fonte:** Revista *Veja*. Número 1846 de 24 de março de 2004. pp. 06-07.

Como vimos no caso das publicidades da Gol e da Bradesco Vida e Previdência, a responsabilidade social é definida como a própria venda do produto. Já outras campanhas

publicitárias, como aquela da Coca-Cola (cf. Figura 05) e a da Fundação Bradesco (cf. Figura 09), definem a responsabilidade social como a criação de programas e de projetos específicos para a inclusão social, como o “Projeto Prato Popular” da Coca-Cola e o “Dia da Ação Voluntária” da Fundação Bradesco. Ao noticiar os resultados das ações sociais das empresas, as campanhas publicitárias oferecem credibilidade também aos produtos vendidos por elas. Trata-se de uma estratégia diferente, que permite compreender que o próprio lugar publicitário delimita e especifica o funcionamento do objeto do discurso no nível enunciativo.

Exemplos como aqueles em que a responsabilidade social é vinculada à venda do produto ou como esses em que é a ação social da empresa que demarca sua responsabilidade social podem manifestar as definições desse objeto do discurso segundo suas superfícies de emergência, instâncias de delimitação e grades de especificação. Nesse recorte, a publicidade é quem flagra a melhor síntese de um elemento formador do objeto do discurso, mesmo sendo certo que, no caso das propagandas governamentais, a política também afeta as relações entre estes elementos.

### **3.3 A FORMAÇÃO DAS MODALIDADES ENUNCIATIVAS**

A segunda direção de descrição de uma formação discursiva diz respeito à análise da formação das modalidades enunciativas. Como já mostramos (cf. 2.1.2) e esquematizamos (cf. Figura 01, p. 51), trata-se da descrição de três elementos formadores: o estatuto do sujeito que fala, os lugares institucionais a partir dos quais o sujeito fala e a posição do sujeito.

Primeiramente, lembremos que Foucault (2008b) concede alguns questionamentos, quando comenta sobre o estatuto do sujeito que fala:

[...] quem fala? Quem, no conjunto de todos os sujeitos falantes, tem boas razões para ter esta espécie de linguagem? Quem é seu titular? Quem recebe dela sua singularidade, seus encantos, e de quem, em troca, recebe, se não sua garantia, pelo menos a presunção de que é verdadeira? Qual é o status dos indivíduos que têm – e apenas eles – o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso? (p. 57)

Diante de enunciados da mídia, raramente encontramos casos em que haja a necessidade de se comprovar um “direito regulamentar” e “juridicamente definido” para que o sujeito exerça seu papel no enunciado. O sujeito da publicidade, por exemplo, parece se apresentar mais na condição de “espontaneamente aceito”. Contudo, de onde surge, então, a presunção de que sua palavra seja verdadeira? O que atesta sua titularidade como sujeito do

discurso? Como remeter o sujeito à dispersão e não à sua “função unificante” (FOUCAULT, 2008b, p. 61)?

**Figura 10** – Propaganda do Programa Bolsa Família – Governo Federal.



**Programa Bolsa Família.**  
**Bolsa Família. A evolução dos programas de complementação de renda no Brasil.**  
**Evolução significa fazer mais e melhor.**  
**Evolução significa fazer por todos.**

Os programas de complementação de renda são um recurso em dinheiro que o Governo Federal entrega mensalmente para as famílias mais pobres. Exemplos desses programas são o Auxílio Gás (também conhecido como Vale Gás), o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação e o Cartão Alimentação. O problema é que, além de oferecer benefícios que isoladamente são baixos, cada programa funciona inteiramente separado dos outros, com diferentes cadastros de beneficiários, e parte significativa das famílias está inscrita em apenas um programa. Algumas famílias recebem mais de um benefício, e famílias vizinhas, em condições iguais, nada recebem.

Foi justamente para corrigir esse problema, garantindo mais recursos a toda família e melhorando o uso dos recursos públicos, que o Governo Federal, em parceria com Estados e Municípios, está lançando o Bolsa Família, a evolução dos programas de complementação de renda no Brasil.

- Evolução porque vai simplificar, juntando todos os programas num só.
- Evolução porque passa a proteger toda a família.
- Evolução porque vai aumentar, e muito, os benefícios pagos.
- Evolução porque nos próximos anos vai incluir milhões de famílias que antes não faziam parte de nenhum programa.
- Evolução porque vai mais que dobrar os recursos aplicados.

As famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família terão como compromisso colocar e manter as crianças na escola e estar com a carteira de vacinação em dia.

**Fonte:** Revista *Veja*. Número 1826 de 29 de outubro de 2003. pp. 90-91.

Se voltarmos, primeiramente, ao sujeito do enunciado reitor, “Brasil, um país de todos”, lembraremos que ele ocupa o estatuto do sujeito que “inclui”, “aceita as diferenças” e, prioritariamente, “resgata a unificação da identidade do país”. Para isso, basta recorrermos àquela antonímia criada pelo *Manual de Uso da Marca do Governo Federal* (GOVERNO FEDERAL, 2008). Não obstante a oposição entre diversidade e união ou integração, a proposta do mote do Governo era alcançar um Brasil unificado. A unificação, nesse caso, tem a ver com alguns sentimentos exigidos para que as diferenças sejam reconhecidas e aceitas: fraternidade, solidariedade, respeito etc. O brasileiro é alçado à figura de quem possui essas virtudes e que, por isso, sabe acolher e respeitar as diferenças. Contudo, para além da imagem que o Governo Federal cria sobre o sentido de “brasileiro”, o “país de todos” do enunciado reitor tem a ver também com a distribuição sistemática e igualitária de recursos econômicos e obras de infra-estrutura para os brasileiros. O Governo Federal assume a responsabilidade de transformar o Brasil em um “país de todos”. Esse é seu estatuto enquanto sujeito do enunciado reitor. A partir disso, as propagandas governamentais e também os programas

criados pelo governo apostam no sintagma “de todos” e em suas diversas variantes (todo[s] o[s], toda[s] a[s], para todos[as]) quando dos anúncios das políticas federais.

Aí vão alguns exemplos: na propaganda do Programa Fome Zero (cf. Figura 04, p. 82), encontramos “todas as creches públicas”, “todo o país”, “de todo brasileiro”, “todos os dias” e “Todas as cidades”; já na propaganda do Programa Bolsa Família (cf. Figura 10), aparece “fazer por todos” e “toda a família”; finalmente, na propaganda do Programa Luz para Todos (cf. Figura 11), o sintagma “para todos”, além de vir marcado no próprio nome do programa do governo, ainda está presente em duas ocorrências de “todos os brasileiros”.

**Figura 11** – Propaganda do Programa Luz para Todos – Governo Federal.



### Chegou a luz

Está começando Programa Luz para Todos, que em 5 anos vai levar energia elétrica até a casa de todos os brasileiros que ainda vivem no escuro. Com instalação de graça para as famílias de baixa renda.

Parece incrível, mas em pleno século 21 ainda existem cerca de 12 milhões de brasileiros que não têm luz elétrica em casa. São 2,5 milhões de famílias que vivem principalmente no campo, em lugares distantes e pequenos vilarejos. A grande maioria tem renda mensal inferior a 3 salários mínimos. E, até o ano passado, se quisessem ter luz e energia em casa, as famílias tinham que pagar do próprio bolso os altos custos da instalação elétrica, o que era proibitivo para elas. O Programa Luz para Todos vai levar, até 2008, luz à casa de todos os brasileiros que ainda vivem no escuro. E vai garantir instalação de graça na casa das famílias de baixa renda. Para financiar o Luz para Todos, o governo fez uma parceria com os governos estaduais e as concessionárias de energia elétrica. Juntos, eles vão investir mais de R\$ 7 bilhões, dos quais R\$ 5,3 são de recursos federais, no maior projeto de universalização de luz já realizado nesse país.

**Fonte:** *Revista Veja*. Número 1832 de 10 de dezembro de 2003. pp. 94-95.

Nas propagandas governamentais, o estatuto do sujeito que fala está estreitamente vinculado ao próprio Governo Federal e, nesse caso, há a comprovação de um “direito regulamentar” e “juridicamente definido” (FOUCAULT, 2009b, p. 57), já que os representantes políticos ganham voz somente depois de terem sido julgados pelo povo e também por órgãos de controle, como o Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

O Governo Federal, mas também seus programas e órgãos de apoio, é quem assume o estatuto do sujeito e, a partir disso, a posição de “transformador social”, se responsabilizando por suas políticas e atribuindo a si o papel de realizador de políticas inclusivas e de distribuição de recursos públicos. Nas três propagandas governamentais aqui apresentadas como exemplos, podemos ver esse funcionamento: “Com o Fome Zero, a alimentação escolar chegou”, “O Programa Fome Zero [...] está levando alimentação” e “estão recebendo recursos do Programa Fome Zero”, da propaganda do Programa Fome Zero (cf. Figura 04, p. 82); “o

Governo Federal entrega mensalmente” e “o Governo Federal [...] está lançando o Bolsa Família”, da propaganda do Programa Bolsa Família (cf. Figura 10); e “O Programa Luz para todos vai levar [...] luz”, “vai garantir instalação de graça”, “o governo fez uma parceria” e “Juntos, eles vão investir”, da Propaganda do Programa Luz para Todos (cf. Figura 11). Esses são todos exemplos de passagens das propagandas em que o Governo Federal e seus programas ocupam a função de sujeito, não somente de sujeito oracional, mas de sujeito titular das ações que envolvem responsabilidade social. É um sujeito que possui o direito regulamentar – mas também o dever regulamentar – de se responsabilizar socialmente: garantir distribuição de renda e de benefícios para uma população, de modo que essa distribuição seja igualitária e que atinja a “todos”, como já anuncia o enunciado reitor que está na base dessa árvore de derivação enunciativa.

Assim como Foucault (2008b) falava sobre o *status* do médico como atrelado a inúmeras instituições, processos, doutrinas e saberes, também o Governo Federal está cercado de relações diversas que lhe conferem os atributos de sujeito do discurso. O sistema político já estabelecido com suas normas tanto no âmbito legislativo como também no ético e moral, as leis já instituídas, os códigos morais e mesmo a própria história de vida do ex-Presidente Lula são todos fatores que se articulam dando estatuto ao papel do Governo Federal depois de 2003. O enunciado reitor “Brasil, um país de todos” sintetiza a soma desses fatores, inclusive aquele ligado exclusivamente a uma jogada de *marketing* político, e abre caminho para uma regularidade na dispersão do sujeito. Alguns desses fatores são ainda lugares institucionais a que o sujeito se refere, como o sistema político, os códigos morais garantidos pela família e pelas instituições religiosas e também o direito. Esses lugares institucionais designam, em parte, a função que o sujeito deve exercer no discurso, assim como seu estatuto na condição de sujeito.

A partir dessas relações entre o estatuto do sujeito e dos lugares institucionais a que ele se refere, podemos ainda estabelecer algumas posições que o sujeito ocupa nos enunciados. Nas propagandas governamentais, o sujeito é aquele que trabalha a favor da inclusão social (em “vai incluir milhões de famílias que antes não faziam parte de nenhum programa”, cf. Figura 10), é aquele que protege a família (em “passa a proteger toda a família” e também na figurativização de um guarda-chuva protegendo a família, cf. Figura 10), é aquele que corrige problemas dos governos anteriores (em “justamente para corrigir esse problema”, cf. Figura 10), é aquele que leva alimentação para todos (em “está levando alimentação para milhões de brasileirinhos” e também nas imagens de diversas crianças se alimentando, cf. Figura 04), é aquele que ensina valores para as crianças (em “é de pequeno

que a gente aprende muita coisa importante, que vale para a vida toda: o valor de um prato de comida é uma delas”, cf. Figura 04), é aquele que oferece qualidade de vida (em “vai levar energia elétrica até a casa de todos os brasileiros”, cf. Figura 11) e é aquele que, enfim, transforma e melhora a realidade das pessoas (em todos os rostos felizes dos sujeitos representados pelas Figuras 04, 10 e 11, depois de terem recebido alimentação de qualidade, complementação de renda e energia elétrica).

À medida que o sujeito inclui, protege, corrige erros, ensina valores, garante qualidade de vida e transforma, o estatuto do Governo Federal na condição desse sujeito do discurso, as instituições a que ele se refere e as posições que ele ocupa não estão somente relacionados à oferta de bens materiais. O sujeito tem o estatuto de transformador social, mas também de transformador de vidas: aquele que torna o ser humano feliz. Como se pode muito bem notar pelo nível de materialidade imagética das Figuras 04, 10 e 11, ao garantir distribuição de renda, o Governo também garante essa felicidade, que aparece estampada no sorriso dos modelos utilizados nas propagandas. Dado que a maioria desses modelos carregam traços da parte da população brasileira que mais sofre discriminação (pardos, nordestinos etc.) e são representados como pessoas simples, a impressão deixada é de que a inclusão, proteção e transformação se voltarão justamente para os que mais delas precisam. Dividir o Brasil entre todos é justamente levá-lo àqueles que dele não usufruem.

**Figura 12** – Intertextualidade entre o quadro *Retirantes* e a Propaganda do Bolsa Família.



Fonte: Disponível em: [http://www.proa.org/exhibicoes/pasadas/portinari/salas/id\\_portinari\\_retirantes.html](http://www.proa.org/exhibicoes/pasadas/portinari/salas/id_portinari_retirantes.html). Acesso em 21 jan 2011. / *Revista Veja*. Número 1826 de 29 de outubro de 2003. pp. 90-91.

A disposição dos modelos na propaganda da Figura 10 chega a lembrar a conhecida obra de Cândido Portinari, *Retirantes*<sup>12</sup> (Figura 12). Poderíamos até dizer que há, na relação

<sup>12</sup> PORTINARI, Candido. *Retirantes*, 1944. Óleo s/ tela 190 x 180 cm. Col. Museu de Arte de São Paulo. Assis Chateaubriand, SP.

entre os dois textos, intertextualidade implícita, já que não existe citação ou alusão direta, mas traços que permitem relacioná-los – como o pai ao lado da mãe e os três filhos os cercando (duas meninas à direita, uma maior e a outra menor, e um menino à esquerda). Contudo, dadas as regras de formação a que está submetida e sua relação com o enunciado reitor, a propaganda do governo traz uma família alegre, sorridente e protegida pelo Programa Bolsa Família, enquanto os retirantes de Portinari estão tristes, pálidos e desamparados em uma época em que o Brasil não era um país de todos. O sujeito do discurso é quem operou essa transformação. Seu estatuto é, prioritariamente, o de transformador social.

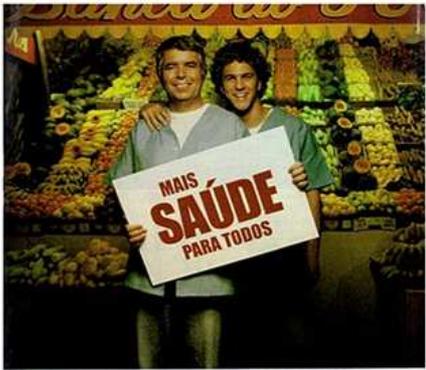
A dispersão desse sujeito está inscrita no modo como ele passa a atuar também a partir de outros lugares institucionais e mesmo conforme outras posições de sujeito. Já que estamos falando de desempenho da função enunciativa em relação a determinadas regras de formação, não podemos esquecer que uma formação discursiva atua junto a um grupo vasto de enunciados e rege toda sua regularidade, no sentido de que mesmo as diferenças de desempenho dos enunciados são resultado do funcionamento de uma FD. Mostramos até aqui, no que diz respeito ao funcionamento das modalidades enunciativas sobre a responsabilidade social na mídia, que o sujeito das propagandas governamentais é aquele que, de forma geral, se responsabiliza pela transformação social e procura garantir a principal premissa do enunciado reitor: tornar o Brasil um país de todos. Seu estatuto é garantido pelas relações institucionais que levam o Governo Federal a assumir e desempenhar suas funções.

Como temos discutido, as regras de formação sintetizadas por “Brasil, um país de todos” se estenderam a campos e domínios diferentes da política e das ações do Governo Federal. Logo, o sujeito “transformador social” e “responsável socialmente” passou a atuar a partir de outros lugares institucionais, como na publicidade impressa. É esse fato que marca, principalmente, sua dispersão e que atesta a titularidade do sujeito do discurso quando em campanhas publicitárias ou em qualquer outro campo.

Ora, nas campanhas publicitárias que oferecemos como exemplos até aqui, o sujeito do discurso é o mesmo que aquele das propagandas governamentais. Sua posição de sujeito também diz respeito ao seu papel de “transformador social” ou, pelos, “preocupado socialmente”. Na campanha do Projeto Prato Popular da Coca Cola (cf. Figura 05), o sujeito ocupa a posição daquele que vai garantir a qualidade de vida por meio da alimentação de qualidade. Na campanha da Bradesco Vida e Previdência (cf. Figura 08), o sujeito se responsabiliza pela proteção da família, ainda que isso não coincida com transformação social. Já na campanha da Fundação Bradesco (cf. Figura 09), o sujeito promove a inclusão social, mesmo que, factualmente, isso tenha sido feito por voluntários. Também uma peça

publicitária da Monsanto (Figura 12), sobre o consumo de transgênicos, aposta na garantia da qualidade de vida (“Mais Saúde para Todos”) como mote em prol da aceitação da biotecnologia pelos consumidores: “Biotecnologia é isso: a tecnologia *para uma vida melhor*” (grifo nosso). A posição de um sujeito que inclui, protege, ensina valores, garante qualidade de vida e transforma passa a ser recorrente também no desempenho dos enunciados na publicidade.

**Figura 13** – Campanha Publicitária da Monsanto.



**Mais Saúde para Todos**

**Se você já pensou num mundo melhor, você já pensou em transgênicos.**

Na agricultura, a biotecnologia criou as plantas geneticamente modificadas (transgênicas) que podem produzir alimentos seguros e ricos em vitaminas. Hoje, os transgênicos já são consumidos nos EUA, Europa, Japão e outros países. Biotecnologia é isso: a tecnologia para uma vida melhor.

Se você já pensou num mundo melhor, você já pensou em transgênicos.

Na agricultura, a biotecnologia criou as plantas geneticamente modificadas (transgênicas) que podem produzir alimentos seguros e ricos em vitaminas. Hoje, os transgênicos já são consumidos nos EUA, Europa, Japão e outros países. Biotecnologia é isso: a tecnologia para uma vida melhor.

Informações sobre Transgênicos e Biotecnologia também são encontradas nos sites:  
 \* Conselho Brasileiro de Biosegurança: [www.cbbs.org.br](http://www.cbbs.org.br)  
 \* Conselho de Informações sobre Biotecnologia: [www.cib.org.br](http://www.cib.org.br)

MONSANTO  
 Biotecnologia  
 para a vida

**Fonte:** Revista *Veja*. Número 1834 de 24 de dezembro de 2003. p. 103.

A formação discursiva confere regularidade à dispersão dos enunciados. Também o sujeito, estando disperso, irá compartilhar dessa regularidade. O que presume que a palavra do sujeito seja verdadeira é justamente a árvore de derivação enunciativa do qual faz parte e o domínio associado que o agrega. O que temos, ao final, é uma teia de valores que vão se integrando uns aos outros de modo que se tornam muito sutis as fronteiras que garantem ao enunciado seu *status* de acontecimento discursivo. A partir disso, essa função de existência do sujeito se dissolve de maneira suave pelos enunciados e, em alguns deles, é quase imperceptível.

Já antecipando algo que estaria relacionado à formação dos conceitos, poderíamos criar uma pequena trilha de conceitos sobre responsabilidade social que se agregaram uns aos outros a partir do enunciado reitor “Brasil, um país de todos”. Em torno do conceito de um “país de todos” ou de um “país para todos”, a responsabilidade social passou a coincidir com “inclusão social” (cf. Figuras 09 e 10), “qualidade de vida” (cf. Figuras 05, 06, 07 e 11), “proteção” (cf. Figuras 08 e 10), “saúde” (cf. Figuras 04, 05 e 13), “transformação” (cf. Figuras 04, 09, 10 e 11) etc. Esses caracteres da responsabilidade social nas campanhas

publicitárias e nas propagandas governamentais podem derivar outra posição ocupada pelo sujeito do discurso: a de garantir também bem-estar social, uma vez que o bem-estar social pode ser relacionado justamente aos conceitos de saúde, qualidade de vida, proteção, inclusão social etc.

Essa posição de sujeito – o que garantiria o bem-estar social – é encontrada, por exemplo, em uma campanha publicitária do antiácido Sonrisal (cf. Figura 14). Contudo, a campanha usa da ideia de “garantia de bem-estar” com a finalidade de vender seu produto, associando o conceito de “bem-estar” a um estado fisiológico oposto ao de “mal-estar”. Apesar disso, os conceitos de “país de todos” e de “diversidade” são incorporados à campanha na medida em que se faz a equivalência entre “Brasil” e “um país de todos os gostos”. Ainda é interessante comentar o modo como essa campanha parafraseia o enunciado reitor por meio de paralelismo sintático e recorrência de termos. Um trecho destacado em amarelo traz a chamada “Brasil. O país do bem gelado” e faz alusão direta a “Brasil, um país de todos”. O “todos” do enunciado reitor é associado a todos os diferentes gostos que o brasileiro tem (bem tirado, bem tostado, bem cozido, bem casado, bem temperado etc.).

**Figura 14** – Campanha Publicitária do Sonrisal.



**Brasil. O país do bem gelado**, do bem tirado, bem tostado, bem cozido, bem casado, bem temperado, bem forte, bem apimentado, bem fritinho, bem sequinho, bem levinho, bem dourado, bem batido, bem passado, bem encorpado, bem mexido, bem ralo, bem servido, bem crocante, bem suculento, bem fresquinho, bem doce, bem marinado, bem cru, bem salgado, bem soltinho e sempre bem acompanhado. **Sonrisal. O bem-estar do Brasil.**

**Fonte:** Revista *Veja*. Número 1811 de 16 de julho de 2003. pp. 06-07.

Sem dúvida, essa peça publicitária do Sonrisal não mostra o desempenho de um sujeito em prol da responsabilidade social ou da transformação social. O “bem-estar” que aparece nessa publicidade não diz respeito ao bem-estar social ou à qualidade de vida e sim ao oposto de “mal-estar”. Contudo, o interessante dessa campanha é justamente o modo como ela estabelece relações intertextuais explícitas com textos que mostram o desempenho das regras de formação sobre a responsabilidade social. Logo, traz um enunciado que, mesmo não obedecendo às regras de formação do objeto responsabilidade social, anuncia sua existência e brinca com a verdade de seus conceitos. De qualquer forma, esse enunciado mostra que o sujeito “do bem-estar social” já está presente no domínio de memória e é condição de sua própria existência.

As campanhas publicitárias, mesmo abordando os mesmos conceitos das propagandas governamentais e até derivando outros, chamam a atenção para outros lugares institucionais aos quais o sujeito do discurso se refere. Não podemos negar que o papel da empresa, na condição de instituição que financia a existência da publicidade, vai mudar a relação do sujeito com o objeto do discurso. Tudo bem que em várias campanhas publicitárias o sujeito ainda ocupa as mesmas posições das quais se encarrega nas propagandas governamentais: é ele que garante qualidade de vida, que inclui, que oferece proteção e saúde. Contudo, é ele também quem vai relacionar os valores da responsabilidade social à venda de produtos e marcas.

Nas duas peças publicitárias da Gol (cf. Figuras 06 e 07), a posição do sujeito é a de quem oferece qualidade de vida. Contudo, como mostramos, a qualidade de vida equivale à compra do produto (passagens aéreas). Se de alguma forma, o sujeito quer mostrar como trabalha a favor da inclusão social, não se pode ignorar que as pessoas só estarão realmente incluídas se pagarem por isso. Também o Projeto Prato Popular da Coca-Cola (cf. Figura 05) se gaba do fato de que oferece “[...] uma refeição completa, saborosa, com grande valor nutricional, ao custo de 1 real”. Porém, a refeição com grande valor nutricional inclui um refrigerante, que, como se sabe, é o principal produto vendido pela marca Coca-Cola. Logo, o lugar institucional representado pela empresa e por sua publicidade conduz o sujeito a desempenhar a função de vendedor de produtos e representante de marcas.

Se retornarmos aos questionamentos que lançamos no início desse tópico – de onde surge a presunção de que a palavra do sujeito na publicidade seja verdadeira? O que atesta sua titularidade como sujeito do discurso? Como remeter o sujeito à dispersão e não à sua função unificante? –, veremos que sua verdade e sua titularidade como sujeito são atestadas pelas regras de formação desempenhadas nos enunciados. É o desempenho das mesmas regras de formação e a relação tênue com o enunciado reitor que dão titularidade ao sujeito para que este garanta seu estatuto. Os lugares institucionais ainda conseguem especificar algumas das posições que o sujeito ocupa de um enunciado para o outro. Nas propagandas governamentais, o sujeito é o transformador social a favor do Governo; nas campanhas publicitárias, é o transformador social a favor de um produto.

### **3.4 A FORMAÇÃO DOS CONCEITOS**

São três as direções que Foucault (2008b) nos oferece para que abordemos a formação dos conceitos: as formas de sucessão, as formas de coexistência e os procedimentos de

intervenção. Essas três direções ainda são divididas em algumas outras noções, que tentaremos aqui aplicar.

Dado que, n'A *Arqueologia do Saber*, Foucault (2008b) procurou empreender um trabalho em torno da formação dos saberes e seu agrupamento em formações discursivas, quando o filósofo fala da formação dos conceitos, esses conceitos dizem respeito àqueles em torno de um objeto dos saberes, inscrito materialmente por práticas discursivas. Como temos aqui discutido, se tomarmos para análise as relações de um objeto do discurso com a mídia, estaremos focando, principalmente, as práticas não discursivas e, por isso, não estaríamos tratando de um objeto do saber. É o caso do objeto responsabilidade social sob o enfoque de nossa pesquisa.

A partir disso, os conceitos em torno do objeto do discurso não serão conceitos científicos ou conceitos que levem à cientificidade ou que subjazem práticas discursivas ou que produzem saberes. Ao contrário, poderemos tratar os conceitos como uma pequena trilha de noções que atravessam a formação do objeto e constituem seus caracteres. Será importante, contudo, seguir as linhas gerais do método arqueológico e não tentar construir, a partir da descrição dos conceitos, “[...] um edifício dedutivo virtual” (FOUCAULT, 2008b, p. 63), no sentido de que deveríamos repor a sistematicidade lógica dos conceitos. Antes disso, como ensina Foucault (2008b), é necessário enxergar a dispersão e as lacunas que ela abre.

Sobre as formas de sucessão, primeiramente Foucault propõe a análise das disposições das séries enunciativas, a fim de que se descreva

[...] a ordem das inferências, das implicações sucessivas e dos raciocínios demonstrativos; ou a ordem das descrições, os esquemas de generalização ou de especificação progressiva aos quais obedecem, as distribuições espaciais que percorrem; ou a ordem das narrativas e a maneira pela qual os acontecimentos do tempo estão repartidos na seqüência linear dos enunciados (2008b, p. 64).

Evidentemente, essa descrição das inferências, dos raciocínios demonstrativos, das descrições, das narrativas etc. se relaciona estreitamente com uma análise de tratados científicos, esquemas conceituais, teses etc. As disposições das séries enunciativas mostrariam, então, uma das formas de sucessão dos conceitos. Contudo, também na análise de peças publicitárias e propagandas governamentais, em um enfoque nas práticas não discursivas, é possível que demonstremos, a nosso modo, formas de sucessão de conceitos em torno de um objeto do discurso, qual seja, o objeto responsabilidade social.

Já mostramos, rapidamente (cf. 3.3), que alguns conceitos cercam o enunciado reitor, “Brasil, um país de todos”: inclusão social, qualidade de vida, proteção, saúde, transformação e bem-estar social, mas também educação, como na Figura 15, abaixo. A partir da disposição

da série enunciativa, é possível organizar suas formas de sucessão, ou seja, organizar o modo como estes conceitos se sucedem e, inclusive, apontam para a formação de novos conceitos em torno do mesmo objeto.

**Figura 15** – Propaganda do Programa Escola de Todos.



**Um país soberano é um país 100%. 100% Educação. Escola de Todos.**

Um Brasil soberano, com uma economia forte e uma sociedade feliz e bem organizada. É o que todos nós queremos. Para que cada brasileiro seja capaz de exercer seus direitos de forma irrestrita. Para que cada criança logo se torne 100% cidadã. Foi por isso que o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação, criou o Programa Escola de Todos, cujo objetivo é matricular na escola 100% das crianças do Brasil e combater a evasão escolar.

E o trabalho de implementação já começou. O Ministério da Educação já sabe exatamente quantas são e onde moram as crianças que estão fora da escola, graças a uma extensa pesquisa chamada Mapa da Exclusão Educacional. E está compondo a Rede de Agentes da Inclusão Educacional, com parceiros dos governos municipais e estaduais, educadores e membros da sociedade civil.

**Fonte:** *Revista Veja*. Número 1834 de 24 de dezembro de 2003. pp. 58-59.

Pela disposição da série enunciativa, podemos, por exemplo, analisar o conceito de saúde. Este conceito, no que diz respeito às premissas do enunciado reitor e à ordem de aparecimento dos enunciados, será primeiramente contemplado pelas propagandas governamentais nas campanhas sobre o Programa Fome Zero, como exemplifica a Figura 04, de setembro de 2003 (“[...] crianças menores de 4 anos vão receber alimentação saudável e nutritiva, tão importante nas primeiras fases do seu desenvolvimento”). A saúde é ofertada pelo Governo Federal com a disponibilização de “alimentação saudável”. Esse conceito de “saúde para todos” irá aparecer, posteriormente, na campanha publicitária da Monsanto em dezembro de 2003 (cf. Figura 13). Contudo, nessa peça publicitária, há uma especificação do conceito de “alimentação saudável”, de modo que ele passará a contemplar os alimentos transgênicos. Já em março de 2004, na campanha publicitária do Projeto Prato Popular da Coca-Cola (cf. Figura 05), a alimentação saudável (“[...] com grande valor nutricional”) será especificada por “[...] carne, salada e refrigerante”. O conceito de “saúde” em relação à responsabilidade social apresenta mudanças conforme sua disposição na série enunciativa. Voltando nossa atenção ao desempenho da função enunciativa, notamos que essas mudanças nos conceitos também estão vinculadas àquilo que o enunciado estabelece como sujeito tanto para a responsabilidade social quando para os conceitos que a cercam. O conceito de “saúde”, e seu derivado “alimentação saudável”, sofrerá interferências do Governo Federal, da

Monsanto (enquanto empresa que vende sementes transgênicas) e da Coca-Cola (enquanto empresa que vende refrigerantes).

**Figura 16** – Campanha Publicitária da Mercedes-Benz.



**Fonte:** *Revista Veja*. Número 1851 de 28 de abril de 2004. p. 71 e p. 73.

Outro exemplo desses em que, na disposição da série enunciativa, a mudança do sujeito causa efeitos na formação dos conceitos e, posteriormente, na formação do objeto responsabilidade social, dando origem a formas de sucessão de conceitos, é esta campanha de caminhões da Mercedes-Benz (Figura 16). A campanha aparece em duas páginas da revista, de modo que o leitor leia uma delas primeiro e, depois, ao virar a página, se depare com o restante da campanha. Nessa peça publicitária, de certa forma, a empresa se responsabiliza por oferecer alimentação saudável e de qualidade, já que, no nível de materialidade imagética, há uma família aparentemente feliz por comprar, no supermercado, frutas, legumes e verduras de qualidade. Logo abaixo dessa cena, há a chamada: “Aqui tem Mercedes-Benz”. Na página seguinte, há a figura de um caminhão da Mercedes-Benz transportando frutas e outra chamada: “Porque tem sempre um Mercedes-Benz na sua vida”. No caso dessa publicidade, os conceitos de “saúde” e “de alimentação saudável” passam a se relacionar com o de “oferta de transporte de qualidade”. Há uma mudança do sujeito no enunciado e, então, uma derivação conceitual, em que “transporte de qualidade” tem relação com “saúde”, “qualidade de vida” e “bem-estar social”. A disposição da série enunciativa, localizando diferentes enunciados sob as mesmas regras de formação, interfere, então, no modo como os conceitos se sucedem. Trata-se de um enunciado que se vale do conceito de “saúde de qualidade” na derivação do conceito de “transporte de qualidade”. O lugar institucional de onde o sujeito fala intervém, assim, na sucessão dos conceitos.

Dentre as formas de sucessão, Foucault (2008b) propõe também a análise dos diversos tipos de correlação dos enunciados, como a “[...] correlação hipótese-verificação; asserção-crítica; lei geral-aplicação particular” (p. 63). Foucault (ibidem) lembra que esses tipos de correlação “[...] nem sempre são idênticos ou passíveis de ser superpostos às sucessões manifestas da série enunciativa” (p. 63), ou seja, eles não podem ser descritos pela disposição da série enunciativa, pois não estão inscritos na ordem dos enunciados, mas nas relações possíveis de serem estabelecidas entre eles. Se tomássemos o par da correlação entre lei geral-aplicação particular, dado por Foucault, como uma metáfora para a análise do objeto responsabilidade social e da sucessão de seus conceitos, poderíamos sugerir que o enunciado reitor estaria na base da lei geral da derivação enunciativa e que os conceitos derivados a partir dele seriam aplicações particulares de suas regras de formação. Daí poderíamos, então, estabelecer suas correlações.

A derivação, por exemplo, de “Brasil de todos” (enunciado reitor, cf. Figura 02) para “Escola de todos” (cf. Figura 15) é um tipo de correlação entre enunciados, já que, enquanto o enunciado reitor oferece uma lei geral de desempenho dos enunciados (o “de todos” ou “para todos”), o Programa Escola de Todos mostra uma aplicação particular em um campo específico, aquele da educação. É essa correlação que nos permite verificar que o “Brasil de todos” deriva um grande número de conceitos que vão constituindo a responsabilidade social: “educação para todos”, “saúde para todos”, “alimentação para todos”, “bem-estar social para todos”, “qualidade de vida para todos”, “proteção para todos” etc. Metaforicamente, essa seria uma correlação “lei geral-aplicação particular”, já que os enunciados desempenham uma especificação do enunciado reitor em alguns campos em que a responsabilidade social pode ser exercida (educação, saúde, alimentação, bem-estar social, qualidade de vida etc.). Como se vê, também essa correlação mostra uma forma de sucessão dos conceitos, já que uma árvore de conceitos é delineada a partir dos tipos de correlação dos enunciados: “Brasil de todos” aponta para “qualidade de vida”, que aponta para “alimentação de qualidade”, que aponta para “bem-estar social”, que aponta para “educação de qualidade” etc. Essa árvore pode ser comparada ao que Foucault (2008b, p. 63) chama de “esquema de dependência” entre os conceitos, pois uns são necessários à existência de outros e, a partir dessa dependência, eles se sucedem.

Foucault (2008b) ainda fala dos esquemas retóricos como originários das formas de sucessão dos enunciados. Estes permitiriam verificar “[...] como se encadeiam, umas às outras, descrições, deduções, definições, cuja seqüência caracteriza a arquitetura de um texto” (FOUCAULT, 2008b, p. 63). Segundo os esquemas retóricos, seria possível mostrar quais são

as sequências textuais que permitem a sucessão dos conceitos. Novamente, Foucault (ibidem) fala da formação de saberes e, por isso, ele está dizendo a respeito das sequências textuais que diversificam os conceitos e dão existência a outros.

Para a descrição de um objeto da mídia, tal qual o objeto responsabilidade social, os esquemas retóricos podem servir para mostrar como, entre propagandas governamentais e campanhas publicitárias, as sequências textuais garantem a dispersão dos conceitos relacionados ao “Brasil de todos” e ainda derivam conceitos, levando-os à sua sucessão. Na relação entre a peça publicitária da Bradesco Vida e Previdência (cf. Figura 08) e a propaganda do Programa Bolsa Família (Figura 10), podemos encontrar essa derivação de conceitos em relação ao conceito de “proteção para todos”. Na propaganda governamental, “proteção para todos” aparece em uma derivação de “evolução” (“Evolução porque passa a proteger toda a família”), o que torna o conceito secundário em relação ao conceito de “evolução”, pois a propaganda argumenta a favor do Programa Bolsa Família como a “evolução dos programas de complementação de renda no Brasil”. Um dos argumentos que comprovam essa evolução é o fato de que o programa protege todos. Além disso, a proteção, nessa propaganda, se refere à complementação de renda que é garantida a todas as famílias a partir do Programa Bolsa Família. Já na campanha publicitária da Bradesco Vida e Previdência (cf. Figura 08), o conceito de “proteção para todos” é basilar e aparece na chamada da campanha: “Proteger a família é um direito de todos”. A proteção, nesse caso, diz respeito ao seguro de vida oferecido pela empresa. Há, além da mudança de referencial, mudanças também no estatuto do conceito em relação ao enunciado. A verificação da sequência textual e de seu esquema permite que apreendamos essa mudança no conceito.

Evidentemente, apesar de o esquema retórico dar indícios da sucessão dos conceitos, as mudanças se devem principalmente ao fato de a materialidade do enunciado, a posição do sujeito e o referencial serem diferentes de um enunciado para outro. Mesmo estando submetidos às mesmas regras de formação e auxiliando na formação do objeto responsabilidade social, o desempenho da função enunciativa é diferente e interfere na formação dos conceitos. Os esquemas retóricos são portas de entrada para a análise dessas interferências.

A segunda direção de descrição da formação dos conceitos é a análise das formas de coexistência dos enunciados. Essa direção diz respeito à definição dos campos de presença, dos campos de concomitância e do domínio de memória. Quando ao campo de presença, ele integra

[...] todos os enunciados já formulados em alguma outra parte e que são retomados em um discurso a título de verdade admitida, de descrição exata, de raciocínio fundado ou também de pressuposto necessário, e também os que são criticados, discutidos e julgados, assim como os que são rejeitados e excluídos (FOUCAULT, 2008b, p. 63).

Trata-se, então, dos enunciados que, em torno do mesmo objeto do discurso, são retomados para dar existência aos conceitos.

**Figura 17** – Campanha Publicitária da Stora Enso.



**Nós plantamos futuro.**

Stora Enso, a maior produtora global de papel e celulose, acredita no Brasil ao participar na Veracel, empresa que constrói, no sul da Bahia, a maior fábrica de celulose em linha única. Como parte de sua política de responsabilidade social, a Stora Enso investe na educação da população local através de escolas e projetos sociais. Sua missão é promover a comunicação e o bem-estar das pessoas ao transformar fibras renováveis em papel, embalagem e produtos de madeira.

Stora Enso, a maior produtora global de papel e celulose, acredita no Brasil ao participar na Veracel, empresa que constrói, no sul da Bahia, a maior fábrica de celulose em linha única. Como parte de sua política de responsabilidade social, a Stora Enso investe na educação da população local através de escolas e projetos sociais. Sua missão é promover a comunicação e o bem-estar das pessoas ao transformar fibras renováveis em papel, embalagem e produtos de madeira. [www.storaenso.com](http://www.storaenso.com)

**STORAENSO**

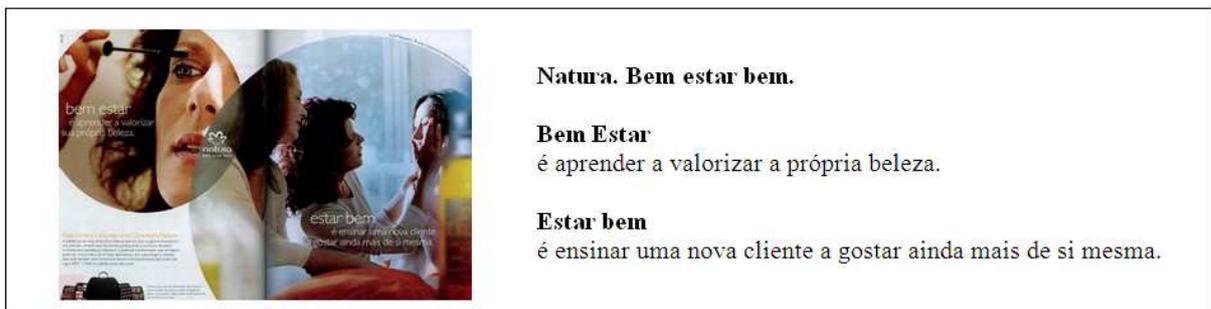
**Fonte:** *Revista Veja*. Número 1834 de 24 de dezembro de 2003. pp. 117.

Para mostrar o funcionamento do campo de presença, podemos tomar para análise a campanha publicitária da Stora Enso (Figura 17). Um dado interessante sobre essa campanha é que ela foi publicada na mesma edição da *Revista Veja* em que aparece uma propaganda do Governo Federal sobre o Programa Escola de Todos (cf. Figura 15). A campanha da Stora Enso não oferece algo “para todos”, mas se habilita a promover “[...] a comunicação e o bem-estar das pessoas” através de “[...] escolas e projetos sociais”. A empresa investe, declaradamente, em uma “política de responsabilidade social”. Se isolarmos o conceito de “promoção do bem-estar” (“Sua missão é promover a comunicação e o bem-estar das pessoas”) que aparece nessa campanha, a descrição do campo de presença permite que integremos a este enunciado uma série de outros enunciados que compartilham do mesmo conceito e que auxiliam na produção dele justamente por meio de sua existência material. Exemplos de enunciados como este aparecem na propaganda do Programa Bolsa Família (cf. Figura 10), que oferece bem-estar por meio da complementação de renda, na propaganda do Programa Fome Zero (cf. Figura 04), que garante bem-estar levando alimentação às crianças, ou na campanha publicitária do Bradesco Vida e Previdência (cf. Figura 08), que proporciona

bem-estar a partir de seguros de vida mais baratos. Também a propaganda do Programa Escola de Todos (cf. Figura 15) integra esse campo de presença, visto que, além de ter sido publicada na mesma edição da *Revista Veja*, ainda relaciona o conceito de “bem-estar social” ao campo da educação. Não há como negar que os conceitos coexistem e que, dentre todos os enunciados formulados, há relações de dependência que ligam os enunciados uns aos outros. A descrição do campo de presença torna possível a verificação dos enunciados que, em relação de coexistência, auxiliam na produção de um mesmo objeto do discurso.

Ao lado do campo de presença, Foucault (2008b) fala da existência também de um campo de concomitância como forma de coexistência dos enunciados. O campo de concomitância se refere, diferentemente do campo de presença, a enunciados que dão existência a outros objetos do discurso e que são, por isso, de outra formação discursiva, mas que, ainda assim, participam da formação dos conceitos de uma formação discursiva em particular.

**Figura 18** – Campanha Publicitária da Natura.



**Natura. Bem estar bem.**

**Bem Estar**  
é aprender a valorizar a própria beleza.

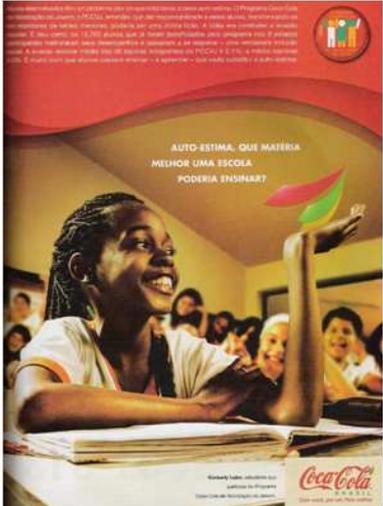
**Estar bem**  
é ensinar uma nova cliente a gostar ainda mais de si mesma.

**Fonte:** *Revista Veja*. Número 1871 de 15 de setembro de 2004. pp. 24-25.

Um exemplo de enunciado que estabelece com a formação discursiva do objeto responsabilidade social uma relação de concomitância é o que aparece em uma campanha da Natura de 2004 (Figura 18). Trazendo como *slogan* “Natura. Bem estar bem”, a campanha publicitária até utiliza o conceito de “bem-estar”. Contudo, o conceito não tem a ver com “bem-estar social” e, muito menos, com o objeto responsabilidade social. Poderíamos dizer que, talvez, a presença do conceito de “bem-estar” no enunciado pudesse até ter sido estimulada pelas regras de formação do objeto responsabilidade social, visto que elas integram uma memória que poderá ser recuperada. Se assim o fosse, todos os conceitos em torno da responsabilidade social estariam num campo de concomitância que teria invadido o desempenho deste enunciado na campanha da Natura. A exemplo, podemos notar a presença do conceito de auto-estima (“ensinar uma nova cliente a gostar ainda mais de si mesma”) que aparece relacionado à responsabilidade social em uma campanha publicitária de 2005 da Coca-Cola (cf. Figura 19) sob a chamada “Auto-estima. Que matéria melhor uma escola

poderia ensinar?’. Ainda assim, esse enunciado da campanha da Natura não é regido pelas mesmas regras de formação das campanhas publicitárias da Gol (cf. Figuras 06 e 07), da Bradesco Vida e Previdência (cf. Figura 08), da Monsanto (cf. Figura 13) e mesmo dessa da Coca-Cola (cf. Figura 19), já que não dá existência ao mesmo objeto do discurso.

**Figura 19** – Campanha Publicitária da Coca-Cola.

	<p><b>Auto-estima. Que matéria melhor uma escola poderia ensinar?</b></p> <p>Alunos desmotivados têm um problema pior do que nota baixa: a baixa auto-estima. O Programa Coca-Cola de Valorização do Jovem, o PCCVJ, entendeu que dar responsabilidade a esses alunos, transformando-os em monitores de séries menores, poderia ser uma ótima lição. E deu certo: os 15.700 alunos que já foram beneficiados pelo programa nos oito estados participantes melhoraram seus desempenhos e passaram a se respeitar – uma verdadeira inclusão social. A evasão escolar média das 38 escolas integrantes do PCCVJ é 2,1%; a média nacional é 5%. É muito bom que os alunos possam ensinar – e aprender – que nada substitui a auto-estima.</p> <p>Kimberly Luiza, estudante que participa do Programa Coca-Cola de Valorização do Jovem.</p> <p>Coca-Cola Brasil. Com você, por um país melhor.</p>
--	--

**Fonte:** Revista *Época*. Número 393 de 28 de novembro de 2005. pp. 83.

Ainda sobre as formas de coexistência dos enunciados, Foucault (2008b) nos instiga à descrição do domínio de memória. Este é um tanto diferente do que se concebe em AD como interdiscurso, apesar de, algumas vezes, haver uma confusão entre os conceitos de campo associado, domínio associado e domínio de memória (todos de Foucault) e interdiscurso. Para Foucault (2008b), fazem parte do domínio de memória apenas aqueles enunciados que já não são mais admitidos como verdadeiros, mas com os quais se estabelece algum laço de filiação, gênese ou transformação. São enunciados que integram a existência de novos conceitos, mesmo não sendo mais discutidos e mesmo que não possam mais ser reabilitados.

Na análise de um período de curta duração e restringindo o *corpus* a propagandas governamentais e campanhas publicitárias, é, por vezes, complicado realizar a análise do domínio de memória, uma vez que ela exigiria que nos reportássemos a grupos de enunciados que foram desempenhados bem antes da própria formação do objeto do discurso que nos propomos a descrever. O domínio de memória exige a escavação de enunciados já desgastados que não tem valor de verdade diante dos conceitos focalizados pela pesquisa. Por isso, não nos habilitaremos a tentar descrevê-lo. Talvez isso pudesse ser feito em uma pesquisa mais ampla, profunda e detalhada.

Finalmente, chegamos à última direção de descrição da formação dos conceitos, além das formas de sucessão e de coexistência: os procedimentos de intervenção. Foucault (2008b)

entende que os procedimentos de intervenção na formação dos conceitos se dão por meio das técnicas de reescrita, dos métodos de transcrição, dos modos de tradução, de apropriação, de delimitação, de transferência e de sistematização dos enunciados (cf. Figura 01). De modo geral, os procedimentos de intervenção são, como o próprio nome indica, aqueles que intervêm na formação dos conceitos, fazendo com que os conceitos derivem outros e se diversifiquem.

Dentre todas as propagandas governamentais e campanhas publicitárias que já mostramos, alguns destes procedimentos de intervenção podem ser diagnosticados. Tendo como ponto de partida o enunciado reitor, “Brasil, um país de todos”, e lembrando que este enunciado concentra as regras de formação em torno da responsabilidade social, podemos apreender, por exemplo: técnicas de reescrita, quando parte do enunciado reitor aparece sob outra sintaxe na chamada da peça publicitária da Monsanto, “Mais saúde para todos”; ou modos de apropriação, quando as regras de formação e também o enunciado reitor são retomados para dar existência ao *slogan* do Sonrisal: “Sonrisal. O Bem-Estar do Brasil” (cf. Figura 14); ou modos de delimitação, quando vemos o conceito de “saúde para todos” aparecer de modo diferente nas campanhas publicitárias do Projeto Prato Popular (cf. Figura 05) e da Mercedes-Benz (cf. Figura 16) e na propaganda do Programa Fome Zero (cf. Figura 04). São todos exemplos de procedimentos de intervenção que, na materialidade dos enunciados, mostram a formação e derivação de conceitos.

Longe de partirmos para a análise de conceitos que levem à descrição de saberes, essa nossa rápida análise dos conceitos que formam a responsabilidade social a partir de 2003 sob o enunciado reitor “Brasil, um país de todos” mostra que, no caso de um objeto da mídia e de sua imersão em práticas não discursivas, os conceitos são representados por um feixe de derivação de temas que mantém um esquema de dependência entre várias noções relacionadas ao objeto do discurso. Se responsabilidade social em um “país de todos” está ligada à oferta de “bem-estar social” e “qualidade de vida”, como mostra grande parte das propagandas governamentais e campanhas publicitárias aqui analisadas, outros conceitos se sucedem, derivam e coexistem na relação com estes mais emergenciais. É a partir disso que “qualidade de vida”, por exemplo, derivará “alimentação de qualidade” (cf. Figuras 04, 05 e 13) que, posteriormente, ainda exigirá um “transporte de qualidade” (cf. Figura 16). Em uma mesma formação discursiva, há conceitos que se sucedem, que se integram, que coexistem e que, no desempenho dos enunciados, constituem os objetos do discurso.

### 3.5 A FORMAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS

Foucault (2008b) entende como estratégias os temas e teorias derivados do modo como o discurso dá existência a seus objetos, conceitos e modalidades enunciativas. Dentre os discursos que constituem uma formação discursiva, a formação das estratégias mostra um ponto em que os enunciados tornam operantes temas e teorias relacionados a um campo de saber. Certamente, ao tratarmos de um objeto da mídia e de práticas não discursivas, seria complicado tentar descrever a formação de teorias em torno desse objeto. Dessa forma, entendemos que seja mais razoável, para nossa análise, entender a formação das estratégias como a formação de temas em torno de um objeto do discurso.

Das três direções de descrição da formação das estratégias (cf. Figura 01), nossa pesquisa torna possível apenas a operacionalização de uma delas para a análise de um objeto da mídia; trata-se da descrição dos *pontos de difração* do discurso. Quanto à descrição da economia da constelação discursiva e da função do discurso para práticas não discursivas, há inviabilidade para a aplicação da primeira e falta de necessidade da aplicação da segunda. Explicamos: a economia da constelação discursiva diz respeito, para Foucault (2008b), a níveis muito profundos de abstração teórica nos quais o discurso encontra fundamento para a formação de seus temas e teorias. Seria o caso, por exemplo, da relação entre o estruturalismo e algumas ciências sociais que nele buscaram sustentação. Assim como no caso da descrição do domínio de memória, uma análise da economia da constelação discursiva exige que nos reportemos a níveis muito profundos da árvore de derivação enunciativa. Nossa pesquisa, no entanto, é muito superficial e exploratória, de modo que tal análise se mostre, por enquanto, inviável. Em relação à descrição da função do discurso para práticas não discursivas, não existe a necessidade de tal aplicação, já que nosso trabalho de análise se empenha inteiramente na descrição de práticas não discursivas, tornando sem sentido a verificação das relações entre práticas discursivas e práticas não discursivas.

É necessária, então, para nosso trabalho, a análise de uma única direção de descrição da formação dos temas: os pontos de difração. Foucault (2008b) divide os pontos de difração em três: *pontos de incompatibilidade*, *pontos de equivalência* e *pontos de ligação de uma sistematização*.

Os pontos de incompatibilidade são aqueles em que dois objetos, dois conceitos ou dois tipos de enunciação não podem conviver juntos em uma mesma formação discursiva. Eles são diferentes, por exemplo, do que vimos como campos de concomitância na formação dos conceitos. Os campos de concomitância dão vez a formas de coexistência dos enunciados,

ou seja, ainda que não se relacionem com um mesmo objeto do discurso, alguns enunciados de outras formações discursivas são exigidos para a manutenção dos conceitos de uma FD diferente, por isso eles convivem em harmonia. Foi assim, que pudemos verificar que o conceito de “bem-estar” da campanha da Natura poderia ter alguma relação com o conceito de “bem-estar social” em torno do objeto responsabilidade social. De modo bem diferente, os pontos de incompatibilidade são aqueles que afastam objetos, conceitos e tipos de enunciação uns dos outros. Foucault (2008b) chega a dizer que a convivência mútua entre eles causaria a “contradição manifesta” (p. 73).

São os pontos de incompatibilidade que não permitem, por exemplo, que uma campanha publicitária ou propaganda governamental que aborde o conceito de “alimentação de qualidade”, tal qual aquela do Programa Fome Zero (cf. Figura 04), apareça estampada ao lado de uma reportagem como a da *Revista Veja*, intitulada “Fome Zero, confusão dez” (cf. Anexo16). A reportagem, ao criticar o modo de implementação do Programa Fome Zero e mesmo a validade de sua existência (“[...] todos os especialistas em ações sociais, não importam as suas simpatias políticas, acham a iniciativa do Programa Fome Zero um equívoco em vários aspectos”), tira também os créditos dessa ação social no que diz respeito ao cumprimento da responsabilidade social a qual ela se propõe. Dessa forma, trata-se de um enunciado que aborda o mesmo tema de algumas propagandas governamentais e campanhas publicitárias (o da alimentação), mas que, em seu desempenho, mostra uma posição de sujeito descrente em relação à eficiência de um programa que promete “alimentação para todos”.

**Figura 20** – Campanha Publicitária da Ford Caminhões.

	<p><b>Ford Zero Fome Zero</b> A Ford Caminhões está ajudando o país no combate à fome.</p> <p>A cada caminhão vendido, a Ford vai doar 200kg de alimentos para o Programa Fome Zero. Você também pode fazer a sua parte.</p> <p>Não existe nada mais urgente no Brasil do que resolver o problema da fome. Por isso a Ford Caminhões está lançando o Projeto Ford Zero Fome Zero. A cada caminhão Ford vendido em fevereiro, serão doados 200kg de alimentos ao Programa Fome Zero. Junte-se à Ford para mudar o país.</p>
---	--

**Fonte:** *Revista Veja*. Número 1788 de 05 de fevereiro de 2003. pp. 14-15.

Isso não impede, contudo, que, no interior da mesma edição da *Revista Veja*, apesar de haver pontos de incompatibilidade entre o desempenho dos enunciados e as posições de sujeito assumidas, encontremos uma campanha publicitária que se alie ao Programa do Governo defendendo uma iniciativa a favor da “alimentação para todos”. É o caso da peça publicitária da Ford Caminhões trazendo a chamada “A Ford Caminhões está ajudando o país

no combate à fome”. Sendo assim, os pontos de incompatibilidade parecem operar somente de modo que conceitos, objetos e tipos de enunciação díspares não consigam funcionar mutuamente em uma mesma sequência textual. Nada impede, todavia, que eles coexistam em um mesmo suporte midiático, ainda que incompatíveis, pois afinal, Foucault (2008b) sempre defende, na dispersão dos enunciados, a coexistência de enunciados que se afastem – é o que marca, propriamente, a existência de múltiplas temporalidades que afetam diferentemente o desempenho dos enunciados.

Os pontos de equivalência aparecem, n’*Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 2008b), integrados aos pontos de incompatibilidade. A relação que Foucault faz é a seguinte: há pontos em que mesmo as incompatibilidades extremas podem equivaler quando sofrem as determinações das mesmas regras de formação. É essa equivalência que, mais tarde, faz surgir pontos de ligação de uma sistematização, a terceira direção de descrição dos pontos de difração.

Na relação entre as propagandas governamentais e as campanhas publicitárias, poderíamos até nos arriscar a dizer que, inicialmente, há, no que diz respeito ao funcionamento das modalidades enunciativas, pontos de incompatibilidade entre “vender um produto” e “responsabilizar-se socialmente”. Contudo, dado que esses “dois elementos incompatíveis são formados da mesma maneira e a partir das mesmas regras; suas condições de aparecimento são idênticas; situam-se em um mesmo nível; e ao invés de constituírem uma pura e simples falta de coerência, formam uma alternativa” (FOUCAULT, 2008b, p. 73). O desempenho desses elementos aparentemente incompatíveis em um mesmo enunciado é o que mostra, então, o que Foucault (2008b) chama de pontos de ligação de uma sistematização, isto é, os pontos em que elementos inicialmente incompatíveis e depois equivalentes passam a se relacionar mutuamente em uma mesma FD e na formação de um mesmo objeto do discurso.

A incompatibilidade entre “vender um produto” e “responsabilizar-se socialmente” não é encontrada, por exemplo, nas campanhas publicitárias da Gol (cf. Figuras 06 e 07), da Bradesco Vida e Previdência (cf. Figura 08), da Monsanto (cf. Figura 13) ou da Mercedes-Benz (cf. Figura 16). Também na campanha publicitária da Ford Caminhões (cf. Figura 20), a responsabilidade social equivale estreitamente à venda dos produtos oferecidos pela empresa. Em uma rápida interpretação, é possível verificar que, na proposta do “Junte-se à Ford para mudar o país”, a “mudança do país” somente ocorrerá se caminhões da Ford forem vendidos, ou seja, do ponto de vista do consumidor, “responsabilizar-se socialmente” teria equivalência direta com “comprar caminhões”. Quanto à Ford, sua política de responsabilidade social é somente vender caminhões – muito cômodo, aliás.

Em linhas gerais, essa seria a descrição dos pontos de difração na análise da formação das estratégias: a verificação dos pontos de incompatibilidade que dão vez a pontos de equivalência e que, mais tarde, ainda fazem aparecer pontos de ligação de uma sistematização. A análise da formação das estratégias busca, assim, verificar o modo como, sob as regras de formação de uma FD, os temas podem passar a se relacionar quando da formação de objetos, conceitos e tipos de enunciação.

## AINDA SE TRATA DE UMA ARQUEOLOGIA DO SABER?

---

*A prática discursiva não coincide com a elaboração científica a que pode dar lugar; o saber que ela forma não é nem o esboço enrugado, nem o subproduto cotidiano de uma ciência constituída. As ciências – pouco importa, no momento, a diferença entre os discursos que têm presunção ou status de cientificidade e os que apresentam realmente seus critérios formais – aparecem no elemento de uma formação discursiva, tendo o saber como fundo [...] (FOUCAULT, 2008b, p. 206).*

Neste texto, empreendemos uma tentativa de aplicação do conceito de formação discursiva de Michel Foucault (2008b) a um objeto da mídia. Diante de tantos trabalhos importantes que também se ocupam de empregar a perspectiva foucaultiana em AD e que também trabalham as relações entre discurso e mídia, como os de Gregolin (2001, 2003, 2004), Navarro (2004, 2006, 2008), Sargentini (2003, 2004), Fernandes (2006) e Piovezani (2003, 2007), pode parecer pretensão dizer que talvez estejamos anunciando alguma novidade. Contudo, acreditamos que, ainda que não haja certeza sobre a validade dessa aplicação, ela possa proporcionar, sim, novas reflexões sobre as relações entre os estudos do discurso e o método arqueológico de Foucault.

Primeiramente, porque, no presente texto, tentamos mostrar, com base n'*Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 2008b), que o conceito de práticas discursivas possui particularidades ainda não abordadas pelos analistas do discurso e deve ser, por isso, diferenciado do conceito de práticas não discursivas. Como pudemos verificar, uma análise de discurso que se ocupe tão somente da análise de discursos da mídia e que não estabeleça laços entre estes discursos e os campos dos saberes não estaria tratando de práticas discursivas. Nossas análises sobre o discurso da responsabilidade social na publicidade impressa foi um exemplo desse tipo de trabalho: nos debruçamos sobre propagandas governamentais e campanhas publicitárias sem procurar entender como saberes de diversas ordens (da economia, da política, da saúde, da educação etc.) estavam atravessando o desempenho dos enunciados. Se assim o tivéssemos feito, estaríamos mostrando como as práticas discursivas são eficientes também para a manutenção das práticas não discursivas.

Porém, nossa pretensão foi a de apontar um caminho diferente para a descrição arqueológica, em que os enunciados fossem relacionados somente à sua condição primeira de existência, nas práticas não discursivas, e então pudessem ser analisados segundo o

desempenho de suas funções e também segundo as relações que estabelecem com um enunciado reitor na formação de uma árvore de derivação enunciativa. Na tentativa de provar que uma árvore de derivação enunciativa também pode caracterizar o funcionamento de uma formação discursiva em torno de um objeto (ainda que esse objeto não seja um objeto do saber), nossa análise procurou oferecer uma mostra de como as quatro direções de descrição de uma formação discursiva – formação dos objetos, das modalidades enunciativas, dos conceitos e das estratégias – poderiam ser aplicadas a um objeto da mídia.

Um segundo ponto importante sobre nosso trabalho é o detalhamento que apresentamos sobre o conceito de formação discursiva. Avançando em relação a textos que já haviam procurado distinguir o conceito de FD em Pêcheux e em Foucault (BARONAS, 2007), nossa revisão bibliográfica proporciona um esquema esmiuçado desse conceito n’*A Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 2008b). Como vimos, para Foucault (ibidem), não se trata apenas de descrever as regularidades em um sistema disperso. A tarefa do arqueólogo do saber será ainda a de mostrar a formação dos objetos, a formação das modalidades enunciativas, a formação dos conceitos e a formação das estratégias. Não bastando essas quatro primeiras direções de descrição, Foucault (ibidem) ainda as subdivide: para a formação dos objetos, é necessário abordar superfícies de emergência e de delimitação e grades de especificação; para a formação das modalidades enunciativas, se trata de mostrar o funcionamento do estatuto do sujeito que fala, dos lugares institucionais aos quais o sujeito se refere e das posições sujeito; para a formação dos conceitos, é exigida a análise das formas de sucessão e de coexistência e dos procedimentos de intervenção; e, para a formação das estratégias, é preciso especificar os pontos de difração, a economia da constelação discursiva e a função do discurso para práticas não discursivas.

Nas análises realizadas, ficou claro que algumas dessas noções derivadas do conceito de formação discursiva não serviriam de modo operante para o exame de um período de curta duração ou para o tratamento de práticas não discursivas. Foi o caso, por exemplo, das noções de domínio de memória e de economia da constelação discursiva. Ainda assim, pudemos utilizar boa parte delas e mostrar sua operacionalidade quando da análise de um objeto do discurso surgido de práticas não discursivas. Isso nos possibilitou constatar que também a responsabilidade social, mesmo não sendo tomada enquanto um objeto do saber, pode mostrar a derivação de tipos de enunciação, de conceitos e de temas.

Na esteira das disposições gerais do método arqueológico, procurarmos descrever o funcionamento de uma formação discursiva em torno da responsabilidade social de modo a demonstrar tanto a instabilidade do próprio objeto a partir daquilo que os enunciados

estabelecem como referencial quanto a multiplicidade de posições sujeito e de conceitos que são derivados com base na instabilidade do objeto. Longe de buscar um ponto de origem para o objeto e uma sistematicidade para a ordem de seus conceitos, tentamos explorar o modo como objetos, tipos de enunciação e conceitos são descontínuos e diversos.

A análise do enunciado reitor serviu como um porto seguro para a criação de um dispositivo teórico. Não que o enunciado reitor tenha sido tratado como o enunciado originário de toda a formação discursiva. Ao contrário, como propõe Foucault (2008b), a escolha de um enunciado reitor se dá somente porque este enunciado é o que melhor concentra as regras de formação de uma FD. A partir da análise de sua função de existência é que temos uma noção maior dos arranjos de uma árvore de derivação enunciativa.

Por fim, acreditando que esse trabalho venha a dar alguma contribuição para as aplicações da obra de Michel Foucault à análise de discurso, é ainda necessária uma última reflexão – e ela diz respeito ainda à relação entre discurso, práticas discursivas e saberes, na análise que realizamos.

Sabendo que nosso trabalho esteve centrado na descrição de práticas não discursivas e que, por isso, não se preocupou em tratar dos saberes que cercam a produção do objeto responsabilidade social, mas sim da disposição e desempenho dos enunciados que o produzem, é complicado admitir que procedemos por uma arqueologia *dos saberes*. Na verdade, o trabalho que realizamos utiliza as premissas do método arqueológico e adapta grande parte das noções que integram o funcionamento de uma formação discursiva. Contudo, não fizemos uma arqueologia *dos saberes*, senão uma arqueologia de *enunciados surgidos a partir, principalmente, de práticas não discursivas*. Essa é a resposta provisória que damos para a pergunta lançada no título deste último capítulo.

No mais, esperamos que essa nossa descrição do método arqueológico e nossa tentativa de adaptação de seus conceitos possam colaborar com os esforços que têm sido feitos a fim de mostrar a relevância da obra de Michel Foucault para os empreendimentos teóricos e analíticos dos analistas de discurso.

---

## REFERÊNCIAS

---

- BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV, V. N). **Marxismo e filosofia da Linguagem**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. Trad. Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BARONAS, R. L. (Org.) **Análise do Discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007.
- BENVENISTE, É. *O aparelho formal da enunciação*. In: \_\_\_\_\_. **Problemas de Linguística Geral II**. 3. Ed. São Paulo: Pontes, 1989. p. 81-90.
- BUTTURI JUNIOR, A. **Metafísica e Discurso**: Pêcheux, Foucault e a Pós-Modernidade. Dissertação de Mestrado. Florianópolis / SC: UFSC, 2008.
- COURTINE, J-J. **Metamorfozes do Discurso Político**: derivas da fala pública. São Carlos: Claraluz, 2006.
- COURTINE, J-J. **Análise do Discurso Político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EDUFSCar, 2009.
- COURTINE, J-J. *Discurso, história e arqueologia* (Entrevista concedida a Cleudemar Alves Fernandes). In: MILANEZ, N.; GASPARG, N. R. **A (Des)Ordem do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2010. pp. 17-30.
- DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DELEUZE, G. **Foucault**. Trad. Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições 70, 2005.
- DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- FERNANDES, C. A. *Heterotopia e subjetividade nos "Becos de Goiás"*. In: NAVARRO, Pedro (org). **Estudos do Texto e do Discurso**: mapeando conceitos e Métodos. São Carlos: Claraluz, 2006. pp. 279-286.
- FOUCAULT, M. **As Palavras e as Coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. 9. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

\_\_\_\_\_. **A Ordem do Discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 16. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008a.

\_\_\_\_\_. **A Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008b.

\_\_\_\_\_. **História da Loucura: na idade clássica**. Trad. José Teixeira Coelho Neto. 8. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2008c.

\_\_\_\_\_. **O Nascimento da Clínica**. Trad. Roberto Machado. 6. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008d.

GOVERNO FEDERAL. **Manual de Uso da Marca do Governo Federal**. Disponível em: [http://www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/Subsecretaria/marcas/.arquivos/ManualGovFederal.pdf](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/marcas/.arquivos/ManualGovFederal.pdf). Acesso em 08 de julho de 2008.

GOVERNO FEDERAL. **Fome Zero: conceito**. Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>. Acesso em 26 de agosto de 2010.

GREGOLIN, M. R. *Sentido, sujeito e memória: com o que sonha nossa vã autoria?* In: \_\_\_\_\_. e BARONAS, R. (Org.) **Análise do discurso: as materialidades do sentido**. São Carlos, SP: Claraluz, 2001, p. 60-78.

\_\_\_\_\_. *O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo*. In: GREGOLIN, M. R. (Org.). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos, SP: Claraluz, 2003, p. 95-110.

\_\_\_\_\_. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos**. São Carlos, SP: Claraluz, 2004.

\_\_\_\_\_. AD: descrever – interpretar acontecimento cuja materialidade funde linguagem e história. In; NAVARRO, P. (Org.). **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos**. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 19-34.

GUILHAUMOU, J. *Os Historiadores do Discurso e a Noção-Conceito de Formação Discursiva: narrativa de uma transvaliação imanente*. In: BARONAS, R. L. (Org.) **Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007. pp. 105-117.

HALL, S. *The Work of Representation*. In: \_\_\_\_\_. (Org.) **Representation: cultural representations and signifying practices**. Londres: Sage Publications, 1997. pp. 13-74.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. *A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso*. In: BARONAS, R. L. (Org.) **Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007. pp. 13-32.

KRIEG-PLANQUE, A. **A Noção de Fórmula em Análise do Discurso**: quadro teórico e metodológico. Trad. Luciana Salazar Salgado e Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MAINGUENEAU, D. *Unidades tópicas e não-tópicas*. Trad. Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva. In: \_\_\_\_\_. **Cenas da Enunciação**. Curitiba: Criar Edições, 2006. pp. 09-24.

MAINGUENEAU, D. **Gênese dos Discursos**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.

MAINGUENEAU, D. *Citação e Destacabilidade*. In: \_\_\_\_\_. **Cenas da Enunciação**. (Org. Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva). São Paulo: Parábola Editorial, 2008b.

MALDIDIER, D. **A Inquietação do Discurso**: (re)ler Michel Pêcheux hoje. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2003.

NARZETTI, C. N. P. **A Formação do Projeto Teórico de Michel Pêcheux**: de uma teoria geral das ideologias à Análise do Discurso. Dissertação de Mestrado. Araraquara / SP: UNESP, 2008.

NAVARRO, P. **Navegar foi preciso**: o discurso do jornalismo impresso sobre os 500 anos do Brasil. Tese de doutorado. Araraquara, UNESP: 2004.

NAVARRO, P. *O pesquisador da mídia*: entre a “aventura do discurso” e os desafios do dispositivo de interpretação da AD. In: NAVARRO, P. (Org.). **Estudos do texto e do discurso**: mapeando conceitos e métodos. São Carlos, SP: Claraluz, 2006, p. 67-92.

\_\_\_\_\_. *Discurso, história e memória*: contribuições de Michel Foucault ao estudo da mídia. In: TASSO, I. (Org.). **Estudos do texto e do discurso**: interfaces entre língua(gens), identidade e memória. Maringá: Eduem, 2008, p. 59-74.

NAVARRO, P. *Pode a Imagem Falar na Análise do Discurso Político*. Série Trilhas Linguísticas. s/d (no prelo).

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 5. ed. Campinas / SP: Pontes Editores, 2003.

PECHEUX, M. *L'étrange miroir de l'analyse du discours*. In: **Langages**. Paris: Larousse, número 62, 1981, pp. 05-8.

PÊCHEUX, M. *A Análise de Discurso: três épocas (1983)*. In: GADET, F.; HAK, T. (Orgs). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas / SP: Editora da Unicamp, 1993. pp. 311-18.

PÊCHEUX, M. **Semântica de Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1997.

\_\_\_\_\_. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas / SP: Pontes Editores, 2006.

PÊCHEUX, M. *Papel da Memória*. In: ACHARD, P. [et al.]. **Papel da Memória**. 2. Ed. Campinas / SP: Pontes Editores, 2007. pp. 49-57.

PIOVEZANI, C. F. *Política Mediatizada e Mídia Politizada: fronteiras mitigadas na pós-modernidade*. In: GREGOLIN, M. do R. V. (Org.) **Discurso e Mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003. pp. 49-64.

\_\_\_\_\_. **Verbo, Corpo e Voz**: reflexões sobre o discurso político brasileiro contemporâneo. Tese de doutorado. Araraquara / SP: UNESP, 2007.

POSSENTI, S. *Sobre dois conceitos de Foucault*. In: \_\_\_\_\_. **Questões para Analistas do Discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. pp. 168-179.

RODRIGUES, L. M. **Mudanças na Classe Política Brasileira**. São Paulo: Publifolha, 2006.

SARGENTINI, V. M. O. *A teatralidade na geração de empregos: mídia na campanha eleitoral*. In: GREGOLIN, M. do R. V. (Org.) **Discurso e Mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 125 – 134.

SARGENTINI, V. *A descontinuidade na História*: a emergência dos sujeitos no arquivo. In: SARGENTINI, V; NAVARRO-BARBOSA, P. **Michel Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Carlos, SP: Claraluz, 2004, p.77-96.

SOUZA, E. M. de.; GARCIA, A. *Um diálogo entre Foucault e o Marxismo*: caminhos e descaminhos. In: RAGO, M.; MARTINS, A. L. (Orgs.) **Revista Aulas**. Dossiê Foucault. N. 03, dez 2006/mar 2007. Disponível em: <http://www.unicamp.br/~aulas/pdf3/08.pdf>. Acesso em 06 de mar de 2010.

---

## **ANEXOS**

---

## Anexo 01 – Propaganda Governamental do Programa Fome Zero



**Com o Fome Zero,  
a alimentação escolar chegou  
a todas as creches públicas.**

O Programa Fome Zero, por meio do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e do Ministério da Educação, está levando alimentação de qualidade para milhões de brasileiros. Desde junho, as creches - públicas e filantrópicas - de todo o País estão recebendo recursos do Programa Fome Zero para a compra de alimentação escolar. Pela primeira vez na nossa história, crianças menores de 4 anos vão receber alimentação saudável e nutritiva, tão importante nas primeiras fases do seu desenvolvimento. Essa é mais uma das ações estruturais do Programa Fome Zero para garantir comida de qualidade no prato de todo brasileiro, todos os dias. As verbas são repassadas para as prefeituras e para os governos estaduais, e as creches decidem como aplicá-las. Todas as cidades deverão ter o apoio de um nutricionista, para elaborar cardápios adequados para a faixa etária. E você, mãe ou responsável, também é uma parte importante dessa história: contamos com a sua ajuda para trabalhar lado a lado com os Conselhos de Alimentação Escolar de sua cidade, focalizando a aplicação das verbas e a qualidade da alimentação de suas crianças. Afinal, é de pequeno que a gente aprende muita coisa importante, que vale para a vida toda: o valor de um prato de comida é uma delas.

Para mais informações, ligue 0800 707 2003




Ministério da Educação

Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar

Fonte: Revista Veja. Número 1818 de 03 de setembro de 2003. pp. 70-1.

Anexo 02 – Campanha Publicitária do Projeto Prato Popular da Coca-Cola

**PROJETO  
PRATO POPULAR**

**SE A PRIMEIRA REFEIÇÃO  
DO DIA É MUITO IMPORTANTE,  
IMAGINE A ÚNICA.**

Trêscentas pessoas já se beneficiam diariamente do Projeto Prato Popular, que começou em Porto Alegre.

A Coca-Cola está levando esta ideia para todo o Brasil. A meta é oferecer meio milhão de refeições até o final deste ano. Cinco novos restaurantes do Projeto Prato Popular estão sendo inaugurados: Em Belo Horizonte, a inauguração foi dia 18 de março; em Manaus será dia 30, e ainda no primeiro semestre em João Pessoa, Jaboatão dos Guararapes e Fortaleza.

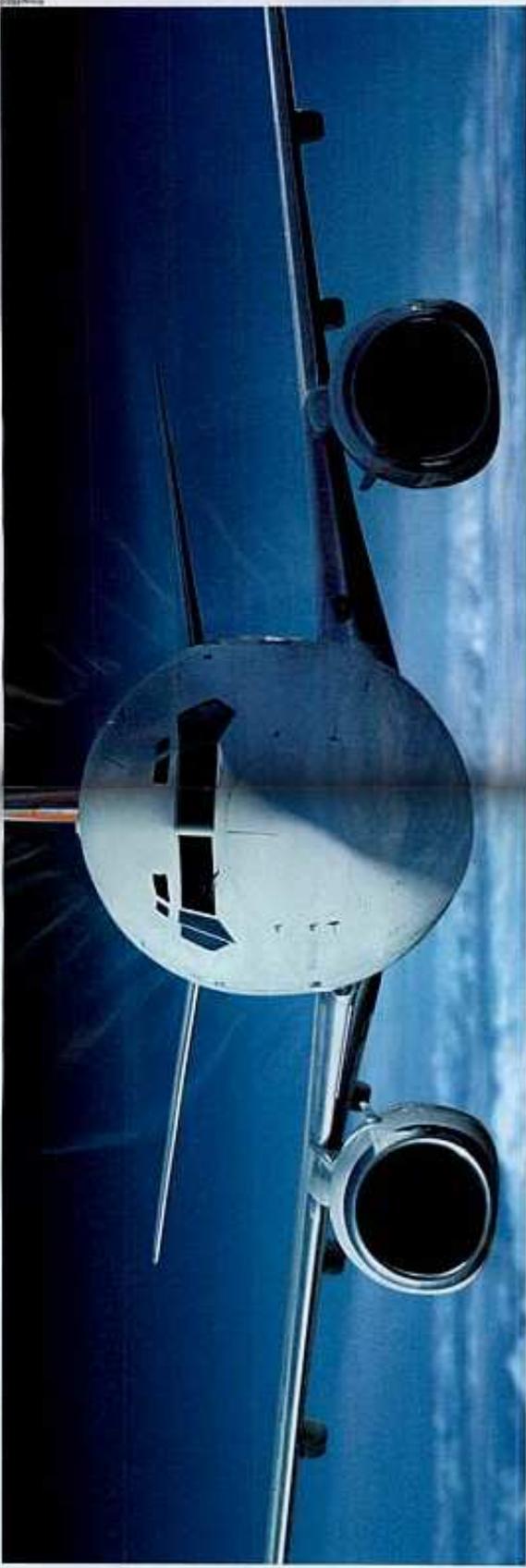
O Prato Popular, para muita gente, **R\$ 1** é a única refeição do dia. Mas é uma refeição completa, saborosa, com grande valor nutricional, ao custo de 1 real. Poder pagar faz parte do projeto, ao devolver a autoestima e a dignidade. É uma ideia feita com arroz (mais carne, salada e um refrigerante) que mostra como a parceria entre empresas é capaz de colocar rapidamente em prática ideias tão simples e tão importantes quanto comer.

**PRATO POPULAR**  
RESTAURANTE COMUNITÁRIO




Fonte: Revista Veja. Número 1846 de 24 de março de 2004. pp. 43.

Anexo 03 – Campanha Publicitária da Gol – Linhas Aéreas



Apesar de viver no alto, uma companhia aérea nunca foi tão acessível.

Gol. Aqui todo mundo pode voar.

Desde que a Gol iniciou as suas operações, mais e mais gente passou a voar mais e mais vezes. Como a Gol conseguiu isso? Sendo democrática. A Gol trabalha para que todos possam aproveitar a aviação. Gol não tem barreiras para ninguém. Compra de passagens a bordo, de via híbrida, 224 milhas...

Além disso, para 21 milhões de brasileiros, voar nunca foi tão fácil. Como resultado, a Gol transportou mais de 17 milhões de pessoas em 2003, a equivalente a 1 bilhão de pessoas a cada hora, 24 horas por minuto. E continua trabalhando cada vez mais para ser a companhia preferida.

[www.voegol.com.br](http://www.voegol.com.br) • 0300 789 21 21

**GOL**  
Linhas aéreas inteligentes

Fonte: Revista Veja. Número 1858 de 16 de junho de 2004. pp. 06-07.

Anexo 04 – Campanha Publicitária da Gol – Linhas Aéreas.

um lado da aviação  
conheciam: o lado de dentro.

ndo pode voar.

www.voegol.com.br • 0300 789 21 21

Gol. Aqui todo mu

A Gol está mostrando  
que muitos brasileiros não

Gol. Aqui todo mu

Linhas aéreas inteligentes

Fonte: Revista Veja. Número 1859 de 23 de junho de 2004. pp. 80-81.

Anexo 05 – Campanha Publicitária da Bradesco Vida e Previdência.

**Proteger a família é um direito de todos.**



**Vida Segura Bradesco**  
Seguro de vida por apenas  
**R\$ 9,90**  
mensais

[www.bradescoprevidencia.com.br](http://www.bradescoprevidencia.com.br)

 A Bradesco Vida e Previdência criou um seguro de vida especialmente para você: o Vida Segura Bradesco. A proteção que sua família merece por um preço que cabe no seu bolso: só R\$ 9,90 mensais. O Vida Segura Bradesco oferece cobertura em caso de morte acidental, sem período de carência, e em caso de morte natural, com carência de apenas 12 meses. Tudo sem burocracia e sem necessidade de preencher declaração de saúde. Oferece também a tranquilidade extra da Assistência Funeral Individual. Além disso, fazendo um Vida Segura Bradesco, você participa automaticamente do

Programa de Relacionamento da Bradesco Vida e Previdência e concorre a R\$ 15 mil\* em quatro sorteios todo mês. Afinal, quem ama sua família merece ganhar prêmios.

Para fazer um Vida Segura Bradesco, converse com seu corretor ou passe hoje mesmo em uma Agência Bradesco.

 **Bradesco** Vida e Previdência

Fonte: Revista Veja. Número 1859 de 23 de junho de 2004. pp. 80-81.

## Anexo 06 – Campanha Publicitária da Fundação Bradesco.

PHOTO: SAATCHI & SAATCHI

• Orientação de dentistas sobre saúde bucal e aplicação de flúor.  
 • Expedição de documentos pessoais (RG, CPF etc.).  
 • Exames preventivos de saúde (medição de pressão, diabetes etc.).  
 • Orientação jurídica.  
 • Mostra artística e pinxatas, entre outras atrações.  
 • Oficinas de artesanato.  
 • Carta de saúdo.  
 • Ensino de como preparar uma refeição sem desperdício.  
 • Palestras sobre os riscos do uso de drogas, prevenção de DSTs e Aids.  
 • Casamento comunitário.

**Dia Nacional de Ação Voluntária.  
 Uma aula de cidadania nas escolas da Fundação Bradesco.**

No último dia 7 de março mais de 300 mil atendimentos foram realizados nas 40 escolas da Fundação Bradesco, em comunidades carentes de todo o Brasil. Foi a 2ª edição do Dia Nacional de Ação Voluntária, um evento que realizou mais de 600 atividades e serviços de saúde, educação, lazer e cultura, prestados por mais de 7.000 voluntários, entre professores, alunos, funcionários da Fundação e pessoas da comunidade. É o Brasil voluntário formando cidadãos e promovendo a inclusão social em nosso país.

Fonte: Revista Veja. Número 1846 de 24 de março de 2004. pp. 06-07.

Anexo 07 – Propaganda do Programa Bolsa Família – Governo Federal.

**PROGRAMA**  
**Bolsa Família**

# Bolsa Família.

## A evolução dos programas de complementação de renda no Brasil.

**Evolução significa fazer mais e melhor.**

Os programas de complementação de renda são um recurso em dinheiro que o Governo Federal entrega mensalmente para as famílias mais pobres. Exemplos desses programas são o Auxílio Gás (também conhecido como Vale Gás), o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação e o Cartão Alimentação. O problema é

que, além de oferecer benefícios que isoladamente são baixos, cada programa funciona inteiramente separado dos outros, com diferentes cadastros de beneficiários, e parte significativa das famílias está inscrita em apenas um programa. Algumas famílias recebem mais de um benefício, e famílias vizinhas, em condições iguais, não recebem.

Foi justamente para corrigir esse problema, garantindo mais recursos a toda a família e melhorando o uso dos recursos públicos, que o Governo Federal, em parceria com Estados e municípios, está lançando o Bolsa Família, a evolução dos programas de complementação de renda no Brasil.

**Evolução porque vai ampliar, juntando todos os programas num só.**

**Evolução porque passa a proteger toda a família.**

**Evolução porque vai aumentar, e muito, os benefícios pagos.**

**Evolução porque nos próximos anos vai incluir milhões de famílias que antes não faziam parte de nenhum programa.**

**Evolução porque vai mais que dobrar os recursos aplicados.**

As famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família terão como compromisso cobrar e manter as crianças na escola e estar com a carteira de vacinação em dia.

**AVISO IMPORTANTE:**  
A meta do Bolsa Família é incluir ao longo da produção da obra todas as famílias que atendidas pelos atuais programas. Não haverá corte de benefícios. As famílias que não estiverem inscritas nos benefícios atualmente, serão cadastradas imediatamente, visando os benefícios atuais.

Mais informações, ligue 0800-0603212 ou visite o site [www.bolsafamilia.gov.br](http://www.bolsafamilia.gov.br)

**O Bolsa Família fortalece o Futuro e a Esperança**

**FOME ZERO**

**BRASIL**  
UM PAÍS DE OPORTUNIDADES

**Bolsa Família**

Fonte: Revista Veja. Número 1826 de 29 de outubro de 2003. pp. 90-91.

Anexo 08 – Propaganda do Programa Luz para Todos – Governo Federal.

**Chegou a Luz.**

Está começando o Programa Luz para Todos, que em 5 anos vai levar a energia elétrica até a casa de todos os brasileiros que ainda vivem no escuro. Com instalação de graça para as famílias de baixa renda.

Parece incrível, mas em pleno século 21 ainda existem cerca de 12 milhões de brasileiros que não têm luz elétrica em casa. São 2,5 milhões de famílias que vivem principalmente no campo, em lugares distantes e pequenos vilarejos. A grande maioria tem renda mensal inferior a 3 salários mínimos. E, até o ano passado, se quisessem ter luz e energia em casa, as famílias tinham que pagar do próprio bolso os altos custos da instalação elétrica, o que era proibitivo para elas.

◀ **A partir de agora a vida de 12 milhões de brasileiros vai começar a mudar.**

Programa **LUZ** para Todos

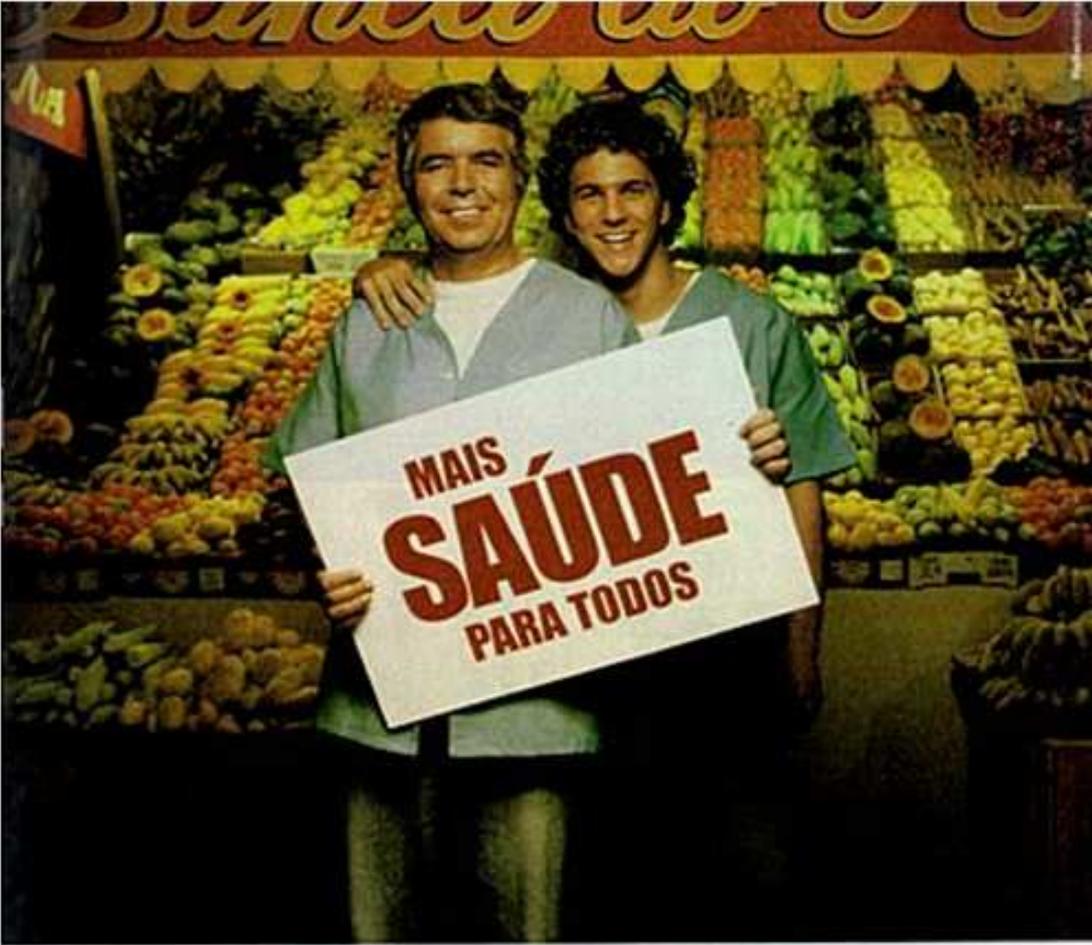
**Eletrobrás**  
A Energia que movimenta o Brasil

**Ministério de Minas e Energia**

**LUZ**  
UM PAÍS DE TODOS  
BRASIL 2003

O Programa Luz para Todos vai levar, até 2008, luz à casa de todos os brasileiros que ainda vivem no escuro. E vai garantir instalação de graça na casa das famílias de baixa renda. Para financiar o Luz para Todos, o governo fez uma parceria com os governos estaduais e as concessionárias de energia elétrica. Juntos, eles vão investir mais de R\$ 7 bilhões, dos quais R\$ 5,3 bilhões são de recursos federais, no maior projeto de universalização de luz já realizado nesse país.

Anexo 09 – Campanha Publicitária da Monsanto.



**MAIS SAÚDE PARA TODOS**

Se você já pensou num mundo melhor, você já pensou em transgênicos.

Assoc. Conselho Científico  
 **EVOLUÇÃO**  
 a ciência da  
 Nutrição  
[www.abbrn.org.br](http://www.abbrn.org.br)

Na agricultura, a biotecnologia criou as plantas geneticamente modificadas (transgênicas) que podem produzir alimentos seguros e ricos em vitaminas. Hoje, os transgênicos já são consumidos nos EUA, Europa, Japão e outros países. Biotecnologia é isso: a tecnologia para uma vida melhor.

**MONSANTO**  
 imagine  
[www.monsanto.com.br](http://www.monsanto.com.br)  
 0800 35 8243

Informações sobre Transgênicos e Biotecnologia também são encontradas nos sites:  
 • Sociedade Brasileira de Melhoramento de Plantas - [www.sbrmp.org.br](http://www.sbrmp.org.br) • Sociedade Brasileira de Biotecnologia - [www.sbbiotek.org.br](http://www.sbbiotek.org.br) •  
 • Conselho de Informações sobre Biotecnologia - [www.cib.org.br](http://www.cib.org.br) •

Fonte: Revista Veja. Número 1834 de 24 de dezembro de 2003. p. 103.



## Anexo 11 – Propaganda do Programa Escola de Todos.



**Um país soberano é um país**

**100%**

**ESCOLA DE TODOS**

**Educação**

Um Brasil soberano, com uma economia forte e uma sociedade feliz e bem organizada. E o que todos nós queremos. Para que cada brasileiro seja capaz de exercer seus direitos de forma irrestrita. Para que cada criança logo se torne 100% cidadã. Foi por isso que o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação, criou o Programa Escola de Todos, cujo objetivo é matricular na escola 100% das crianças do Brasil e combater a evasão escolar.

E o trabalho de implementação já começou. O Ministério da Educação já sabe exatamente quantas são e onde moram as crianças que estão fora da escola, graças a uma extensa pesquisa chamada Mapa da Exclusão Educacional. E está compondo a Rede de Agentes de Inclusão Educacional, com parceiros dos governos municipais e estaduais, educadores e membros da sociedade civil. Cerca de 30 mil técnicos estão sendo formados nas 27 unidades da Federação. Mas esses são apenas os primeiros passos.

A participação do seu município, da sua associação, do seu sindicato, da sua congregação religiosa vai melhorar a eficiência dos programas e ações de combate às causas da exclusão. Conquistando, ponto por ponto, cada canto do território nacional, vamos fazer do Brasil um país 100% educação.

**SABIA COMO COLABORAR COM O PROGRAMA ESCOLA DE TODOS.**  
 PROCURE A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO SEU MUNICÍPIO OU ENTRE EM CONTATO COM A SECRETARIA DE INCLUSÃO EDUCACIONAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.  
 ACESSO:  
[www.mec.gov.br/learte](http://www.mec.gov.br/learte)  
 OU LIGUE GRATUITAMENTE PARA  
 0800-416161

Ministério da Educação

Fonte: Revista Veja. Número 1834 de 24 de dezembro de 2003. pp. 58-59.

Anexo 12 – Campanha Publicitária da Mercedes-Benz.



Aqui tem Mercedes-Benz.

Porque tem sempre um Mercedes-Benz na sua vida.

- Seja nas estradas ou nos rios, de dia ou de noite, tem sempre um Mercedes-Benz perto de você. E, mais do que isso, na hora de oferecer soluções para o seu negócio ou aliviar as estradas do seu caminhão, tenha um Sprinter, a Mercedes-Benz também está por perto. Porque aqui tem uma marca que se preocupa com você.
- Por isso, oferecemos a mais completa linha de veículos comerciais. Afinal, você precisa ver opções, não é? E como sabemos que eficiência e economia são indispensáveis, desenvolvemos o poderoso motor eletrônico para toda a linha linha de produtos. E, aqui tem experiência e muita versatilidade.
- Resistência e robustez? Aqui também tem. Quer mais? Aqui tem a maior Rede de Concessionários do País, com uma equipe de profissionais sempre pronta a oferecer o melhor atendimento.
- Pronta. Não é só estradas por que aqui tem confiança. E por que tem sempre um Mercedes-Benz na sua vida.

Para obter mais informações sobre os veículos comerciais que fazem parte da sua vida, acesse o site [www.mercedes-benz.com.br](http://www.mercedes-benz.com.br) ou Ligue 0800 90 90 90.



Mercedes-Benz  
Você sabe por quê.

Fonte: Revista Veja. Número 1851 de 28 de abril de 2004. p. 71 e p. 73.

**Anexo 13 – Campanha Publicitária da Stora Enso.**

**Nós plantamos futuro.**

Stora Enso, a maior produtora global de papel e celulose, acredita no Brasil ao participar na Veracel, empresa que constrói, no sul da Bahia, a maior fábrica de celulose em terra única do mundo. Como parte de sua política de responsabilidade social, a Stora Enso investe na educação da população local através de escolas e projetos sociais. Sua missão é promover a comunicação e o bem-estar das pessoas ao transformar fibras renováveis em papel, embalagens e produtos de madeira.

[www.storaenso.com](http://www.storaenso.com)

**STORAENSO** 

Fonte: Revista Veja. Número 1834 de 24 de dezembro de 2003. pp. 117.

Anexo 14 – Campanha Publicitária da Natura.

**bem estar**  
é aprender a valorizar  
sua própria beleza.

**natura**  
bem estar, bem

**estar bem**  
é ensinar uma nova cliente  
a gostar ainda mais de si mesma.

**Faça como a Lucia, seja uma Consultora Natura.**  
A beleza de ser uma Consultora Natura está em aliar os grandes conhecimentos aos pessoais. Ampliar seus horizontes profissionais e conhecer de perto o mundo dos cosméticos. Descobrir o potencial transformador que um business pode ter na sua vida e dividir essa descoberta com suas amigas e clientes. Seja você também uma Consultora Natura e enriqueça ainda mais a sua vida. Ligue: 0800 11 9566 ou acesse: [www.naturastret.com.br](http://www.naturastret.com.br)

É exclusivo de demonstração de produtos. Uma coleção de beleza, cores e fragrâncias para a Consultora Natura usar o bem estar em si mesma e bem estar.

Lucia Paqueton, 37 anos, Consultora Natura e mãe de duas filhas.

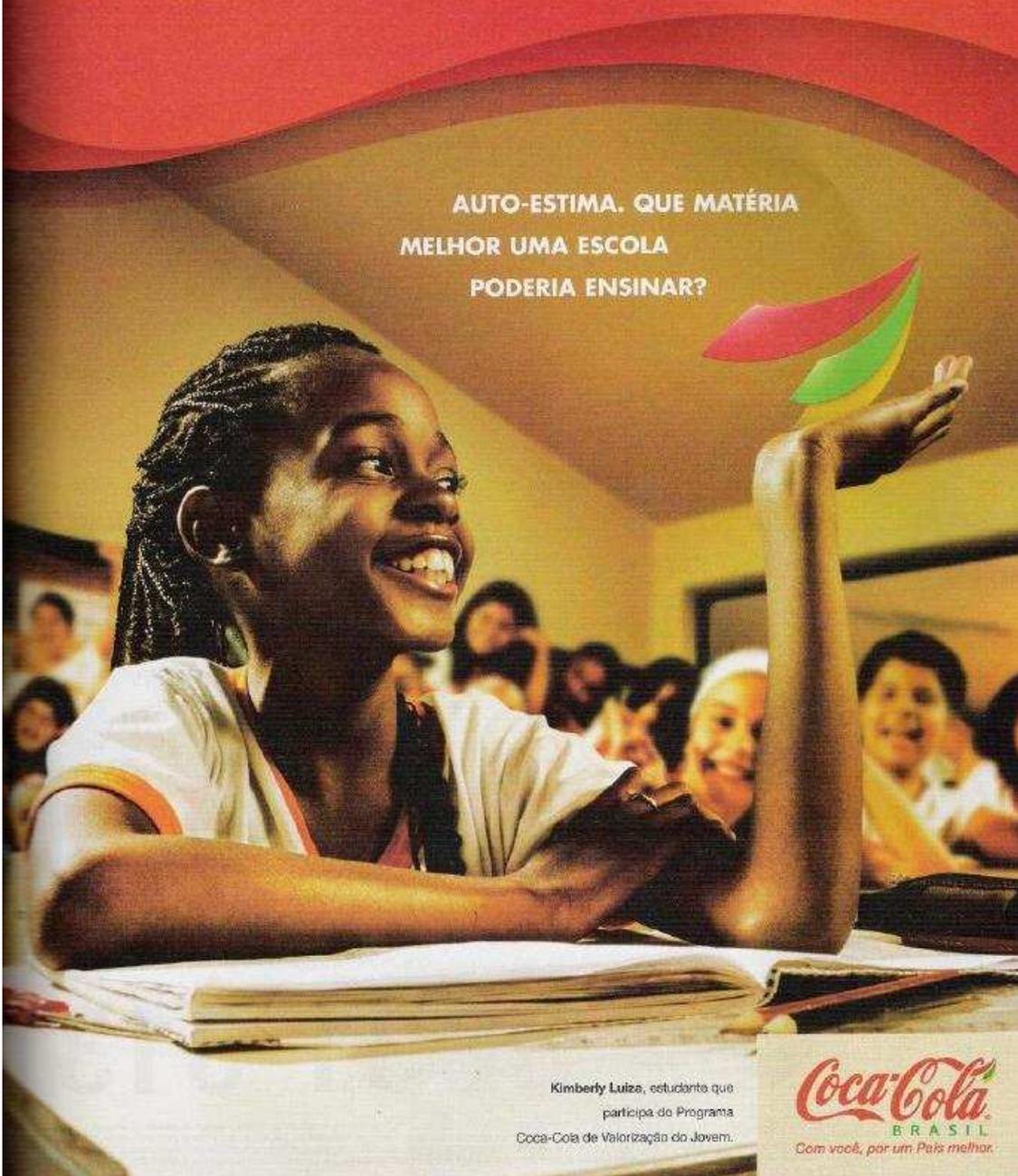
Fonte: Revista Veja. Número 1871 de 15 de setembro de 2004. pp. 24-25.

## Anexo 15 – Campanha Publicitária da Coca-Cola.

Alunos desmotivados têm um problema pior do que nota baixa: a baixa auto-estima. O Programa Coca-Cola de Valorização do Jovem, o PCCVJ, entendeu que dar responsabilidade a esses alunos, transformando-os em monitores de séries menores, poderia ser uma ótima lição. A ideia era combater a evasão escolar. E deu certo: os 15.700 alunos que já foram beneficiados pelo programa nos 8 estados participantes melhoraram seus desempenhos e passaram a se respeitar – uma verdadeira inclusão social. A evasão escolar média das 38 escolas integrantes do PCCVJ é 2,1%; a média nacional é 3%. É muito bom que alunos possam ensinar – e aprender – que nada substitui a auto-estima.



**AUTO-ESTIMA. QUE MATÉRIA  
MELHOR UMA ESCOLA  
PODERIA ENSINAR?**



Kimberly Luiza, estudante que  
participa do Programa  
Coca-Cola de Valorização do Jovem.

**Coca-Cola**  
BRASIL  
Com voôê, por um País melhor.

Fonte: Revista *Época*. Número 393 de 28 de novembro de 2005. pp. 83.



